

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
(PUC-SP)

Karina Pierrobon Caritá

**DO LUTO À LUTA:
NOTÍCIAS DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE
UMA GUERRA PARTICULAR**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

São Paulo

2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
(PUC-SP)

Karina Pierrobon Caritá

**DO LUTO À LUTA:
NOTÍCIAS DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE
UMA GUERRA PARTICULAR**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a. Doutora Maria Lúcia Martinelli.

São Paulo

2010

Banca Examinadora

Aos familiares das vítimas de violência, especialmente àqueles que tiveram a possibilidade e coragem de dividir comigo suas dores, angústias, revoltas e esperança por dias melhores. Obrigada por compartilharem seus saberes e acreditarem que “paz sem voz, não é paz, é medo!”.

Agradecimentos

A todos que, de alguma forma, participaram da minha formação num sentido amplo: pessoal e profissional. Àqueles que me ofereceram carinho, apoio, esperança, crítica, enfim, que contribuíram para eu ser quem sou.

À minha família extensa e à intensa, de todos os dias e momentos: meus queridos e incentivadores pais, irmão e cunhada; madrinha e padrinho; tias e tios; primos, primas e seus ‘co-relatos’.

À minha mais nova família: marido. Obrigada pela paciência, carinho e colaboração.

Especialmente, à minha amiga e parceira Adriana Massocato de Oliveira, pelos ensinamentos e trocas, e pelo envolvimento e contribuições a esta dissertação.

À Profª. Isaura Isoldi, responsável por meu encantamento pelo Serviço Social. Obrigada por me mostrar que o mundo pode ser diferente e melhor.

À Profª. Drª. Maria Lúcia Martinelli, pela acolhida e incentivo durante esta pesquisa. Obrigada por acreditar na importância desta temática; por ofertar e dividir novas direções.

Aos companheiros de luta pelos Direitos Humanos do Centro de Referência e Apoio à Vítima (Cravi) e aos outros mais que encontrei nesta caminhada.

A todas as pessoas que tive a possibilidade de atender no Cravi, agradeço pela confiança, pelas trocas e pela oportunidade de terem partilhado histórias e sentimentos tão importantes.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão da bolsa nesses dois anos, esperando que esta dissertação contribua para dar visibilidade às questões da violência e de suas vítimas, diretas e indiretas.

Resumo

Esta dissertação pretende aprofundar o conhecimento sobre as vítimas indiretas de homicídio, o que pensam em relação ao fato violento, e as formas de resistência e luta em relação à violência, visando sistematizar uma experiência profissional. Objetiva, também, avaliar e demonstrar as possibilidades que os profissionais têm em mobilizar potências transformadoras desses sujeitos a partir da experiência de atendimento no Centro de Referência e Apoio à Vítima (Cravi). Centra-se no Grupo de Cidadania, formado de forma interdisciplinar por profissionais das áreas de Psicologia e Serviço Social.

Iniciamos a dissertação situando o processo de aproximação profissional ao universo dos familiares de vítimas diretas de homicídio por meio de estágio, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Pesquisa. Num segundo momento, propomos a discussão acerca da violência e da condição de vítima a partir dos referenciais do materialismo histórico dialético e de toda a literatura utilizada, conforme é apresentado ao longo do texto.

Em relação aos desafios encontrados no trabalho com as vítimas indiretas, problematizamos uma experiência multidisciplinar de grupo, para então apresentarmos a metodologia do Grupo de Cidadania e discutirmos a interdisciplinaridade enquanto posição ético-política em direção à autonomia, aprofundamento da democracia e exercício de cidadania.

Apresentamos a metodologia da pesquisa e o trabalho com os Grupos de Cidadania de 2006 e 2009, enfatizando, por meio das falas das vítimas indiretas, o desenvolvimento e as produções dessa experiência.

Após esse percurso, apresentamos alguns norteadores para a prática profissional do Assistente Social no trabalho com os familiares de vítimas de violência, com o objetivo de mobilizar as potências de transformação nesses sujeitos, a partir da experiência com os Grupos de Cidadania.

Palavras-Chave: Vítimas indiretas, Violência, Grupo, Interdisciplinaridade, Serviço social.

Abstract

This dissertation aims to deepen the knowledge about indirect victims of homicide, their thoughts towards the violent fact and their ways of resistance and fight against violence. It also intends to evaluate and demonstrate the possibilities professionals have to mobilize transformative powers of these individuals and situation from the experience of care at the Center of Reference and Support to Victims – CRAVI. This is the Citizenship Group, held in an interdisciplinary way, by professionals of Psychology and Social Work.

This research began revealing the approaches to the professional world of murder victims' relatives directly through Internship, End of Course Work and Research. In a second step, we propose a discussion of violence and victimization based on the use of historical and dialectical materialism.

Regarding the challenges encountered in working with indirect victims, a multidisciplinary group experience is problematized and then, the methodology of the Citizenship Group is presented and the interdisciplinarity as an ethical-political position towards autonomy, deepening democracy and citizenship exercise is discussed.

We present the research methodology and the work with the 2006 and 2009 Citizenship Groups, emphasizing, through speeches of indirect victims, this experience's development and productions.

After this path, we suggest some guidance for Social Workers' professional practice in working with victims of violence relatives, aiming the mobilization of the transformation powers in these subjects, from the experience with Citizenship Groups.

Keywords: Indirect Victims, Violence, Group, Interdisciplinary, Social Service

Abreviaturas e Siglas

Abeps – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

Abess – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social

Bope – Batalhão de Operações Policiais Especiais

CDHEP – Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo

Cravi – Centro de Referência e Apoio à Vítima

DHPP – Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa

Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Febem – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FIddH – Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos

IML – Instituto Médico Legal

ONG – Organização não Governamental

PAJ – Procuradoria de Assistência Judiciária

PCC – Primeiro Comando da Capital

PRO-AIM – Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade

Provita – Programa de Apoio e Proteção a Testemunhas, Vítimas e Familiares de Vítimas da Violência

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SEDH – Secretaria Especial dos Direitos Humanos

SJDC – Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 APROXIMAÇÃO DO TRABALHO COM FAMILIARES DE VÍTIMAS	
2.1 Primeiras Referências	4
2.2 Aprofundando o Conhecimento	12
3 A DERROTA DE TODOS NÓS!	
3.1 Violência: Um Caminho para Entender	18
3.2. Vítimas Indiretas: Uma Condição a Ser Ultrapassada	31
4 FAZER COLETIVO: DESAFIOS NO TRABALHO COM FAMILIARES DE VÍTIMAS	
4.1 A Ultrapassagem do Trabalho Multidisciplinar.....	40
4.2 Efetivando a Proposta de um Trabalho Interdisciplinar: Grupo de Cidadania	53
5 SITUANDO A EXPERIÊNCIA	
5.1 Metodologia de Pesquisa	59
5.2 Grupo de Cidadania de 2006.....	61
5.3 Grupo de Cidadania de 2009	72
6 DO LUTO À LUTA	
6.1 O Trabalho do Serviço Social Mobilizando Potências de Transformação	87
.	
6.2 Considerações Finais	102
REFERÊNCIAS	107
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

A violência é vista não como fato isolado e isolável, mas como uma questão pública e política, com múltiplas dimensões e produzindo efeitos e consequências sociais enormes. A imagem que reiteradamente usamos é de uma pedra atirada em um lago. Gerando o medo, gerando uma vitimização difusa ou coletiva que promove nosso isolamento atemorizado em nossas casas fortaleza, indo contra nossos desejos de uma sociedade democrática. Sociedade esta que exige cidadãos que participam, que se mobilizam, que atuam, que ocupam os espaços públicos. (SCHILLING, 2002)¹

Esta dissertação, a princípio, continha o caráter de síntese de um trabalho realizado com as vítimas indiretas de violência num período de dez anos. Durante esse percurso, escolhi olhar e escutar esses sujeitos a partir de referenciais da minha formação profissional em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Isso significa partilhar histórias de vida de forma crítica; acolher a singularidade dos sujeitos, fazendo analogia com a totalidade das relações sociais; oferecer atenção e cuidado no trato das demandas apresentadas; e construir, de forma conjunta - profissional e usuários de serviços -, alternativas de enfrentamento de violações de direitos, numa perspectiva de promover a reflexão, autonomia e as condições de vida justa e digna.

Entretanto, no final da elaboração desta pesquisa, percebi que este é um produto que relata trajetórias de vidas. Minha trajetória profissional é apresentada com o propósito de dizer sobre minhas opções ético-políticas, conquistas e desafios cotidianos. Uma postura profissional questionadora do *status quo*, baseada na centralidade do humano e que busca incessantemente por uma sociedade mais justa e igual, conforme as diretrizes estabelecidas no Código de Ética profissional. Isso significa, quase sempre, um movimento contrário, já que o imperativo da atualidade é permanecer em estado de inércia.

¹ Fala de Flavia Schilling, ex-coordenadora do Cravi, durante o 1º Seminário do Cravi realizado em 2002. A autora refere-se à forma como a violência é entendida na instituição.

Ao me encontrar com as vítimas indiretas de violência no Cravi² compreendi que nossas trajetórias se cruzavam justamente a partir de um ideal comum: a indignação. Nos Grupos de Cidadania, realizados de forma interdisciplinar, fui aprendendo com os familiares de vítimas que onde há indignação, há crítica, e onde há crítica, há possibilidade de transformação.

Então, como fazê-la, o que queremos transformar, para quê e para quem?

Descobrimos juntos, na experiência dos grupos, que necessitamos e desejamos manter relações mais humanas e solidárias para termos laços mais consistentes e baseados na alteridade. Queremos que os sujeitos tenham acesso a seus direitos e que estes sejam respeitados e consolidados. Acreditamos que numa sociedade democrática todas as questões devem ter espaço para serem discutidas, que todas as falas devem ter lugar e que todos os sujeitos devem ser reconhecidos em suas lutas.

Os grupos expressaram isso em discussões e por meio da elaboração de um livro e um *blog*. Esses produtos sintetizaram a luta das vítimas indiretas de homicídio: a busca pelo reconhecimento e visibilidade de sua condição de vítima de violações de direitos, por justiça e por dias melhores. Deixaram marcado que a saudade e as dificuldades acompanham esse caminho, por isso a escolha em registrar que há outras alternativas no enfrentamento da perda violenta. Exercitaram a alteridade e a cidadania por meio da transformação de suas queixas individuais em demandas coletivas, sociais e políticas.

É a partir desses propósitos que produzi esta dissertação. A partir das minhas escolhas profissionais e políticas, a intenção é contribuir, oferecendo mais um lugar para a discussão da violência e suas vítimas.

Sendo, esses, novos atores no cenário social pretendo, também, contribuir com a categoria profissional, trazendo elementos que são importantes para uma prática que está comprometida com o desvelamento de uma realidade que poucos querem ver, se co-responsabilizar e promover mudanças.

² O Cravi é um programa da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo (SJDC) que integra o Sistema Nacional de Assistência a Vítimas e de Proteção a Testemunhas, por força de convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República e que, quando surgiu, operava em convênio com organizações não governamentais (ONGs) e Universidades. Estava voltado prioritariamente ao atendimento de familiares de vítimas de homicídio e latrocínio. Em 2007, na gestão do secretário Luiz Antonio Guimarães Marrey, esse quadro alterou-se: o recorte institucional foi ampliado também para atendimentos de vítimas de crimes contra a vida, violência doméstica e sexual.

Desta forma, convido os leitores a mergulharem nessas histórias, a refletirem e se tornarem novos atores na luta contra a violação de direitos e multiplicadores na busca por uma sociedade mais democrática e livre.

2 APROXIMAÇÃO DO TRABALHO COM FAMILIARES DE VÍTIMAS

Creio que um primeiro movimento que o trabalho com a identidade me ensinou, foi exatamente o de recuperar a centralidade do humano, de reconhecer os sujeitos sociais com os quais atuamos como legítimos construtores da prática social. Nós não construímos só a nossa prática profissional, o fazemos de modo inclusivo com todas estas pessoas, sejam elas crianças, adultos, anciãos, o morador de rua, pois não há ser humano sem história, assim como não há identidade sem escuta. (MARTINELLI, 2005)

2.1 Primeiras Referências

Meu percurso profissional em relação à temática da violência teve início em 1998, no Núcleo de Violência e Justiça da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP. Na ocasião, estava cursando o terceiro período, já com o currículo aprovado em 1996³.

A proposta do Currículo Mínimo para o Curso de Graduação em Serviço Social tem como eixo central a Questão Social, “entendida no âmbito da produção e reprodução da vida que tem no trabalho o seu elemento fundante. Essa perspectiva articula organicamente profissão e realidade”. (ABESS, 1996) A originalidade que esse currículo propõe é conceber o “exercício profissional como prática e pensá-lo como processo de trabalho”. (ABESS, 1996) Nesse sentido, foram pensados três grandes núcleos de fundamentação da formação profissional, de forma articulada: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Este último fundamenta a criação do Núcleo de Violência e Justiça, pois seu conteúdo dirige-se à ação profissional,

suas estratégias e técnicas de operacionalização, que devem estar articuladas aos referenciais teórico-críticos, buscando trabalhar situações da realidade como fundamento da intervenção. As situações são dinâmicas e dizem

³ Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social apreciada na II Oficina Nacional de Formação Profissional e aprovada em Assembleia Geral da Abess, ambas realizadas entre os dias 7 e 8 de novembro de 1996, no Rio de Janeiro (RJ).

respeito à relação entre Assistente Social e usuário frente às questões sociais. As estratégias são, pois, mediações complexas que implicam articulações entre as trajetórias pessoais, os ciclos de vida, as condições sociais dos sujeitos envolvidos para fortalecê-los e contribuir para a solução de seus problemas/questões. (ABESS, 1996)

A Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, por meio das docentes do Núcleo de Violência e Justiça⁴, foi convidada a pensar na constituição de um centro de atendimento e apoio às vítimas de violência, juntamente com outras universidades, instituições governamentais e ONGs.

No momento em que se iniciava o quarto período da graduação, foi apresentada, para os alunos de Serviço Social, a proposta de estágio no Cravi e abertas vagas para alunos do segundo ao quarto ano.

Em julho de 1998, o Cravi foi inaugurado e iniciei, junto com outras seis estudantes, o estágio no Cravi, que:

constituiu-se tendo como meta tornar-se referência, ser transdisciplinar, elaborador de metodologias específicas e adequadas para o atendimento às famílias de vítimas de homicídio, no reatamento individual das consequências dos crimes violentos, buscando ao mesmo tempo conhecer e reconhecer as expressões sociais da violência e suas determinações, cabendo à Universidade a formação de alunos, supervisão técnica a profissionais, desenvolvimento de pesquisas para produção de novos conhecimentos. (OLIVEIRA; PA VEZ, no prelo)⁵

A instituição foi criada como programa da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, respaldada pelos artigos 245 da Constituição Federal, que trata da responsabilidade do Poder Público pela assistência aos herdeiros e dependentes de pessoas vitimadas por crime doloso, e 278, incisos V e VI da Constituição Estadual, que determina a responsabilidade do Poder Público pela criação, instalação e manutenção de serviços de prevenção à violência e de núcleos de atendimento jurídico, psicológico e social a vítimas de violência. Está de acordo também com as recomendações do Programa Nacional de Direitos Humanos, criado pelo Decreto federal 1.904, de 13.5.96, e Programa Estadual de Direitos Humanos (itens 106, 107 e 108), instituído pelo

⁴ Docentes Prof^a. Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira e Prof^a. Graziela Acquaviva Pavez.

⁵ Projeto elaborado na ocasião da pesquisa Consolidação de Política Pública de Atendimento às Vítimas de Violência, realizada pelas docentes Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira e Graziela Acquaviva Pavez, do Núcleo de Violência e Justiça da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, em parceria com o Cravi e financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Essa pesquisa será explicitada neste capítulo, no item 2.2.

Decreto estadual 42.209, de 17.9.97, e a Lei estadual 10.354, de 25.8.99, que dispõe sobre a proteção e auxílio às vítimas da violência.

O Cravi, ao ser fundado, estabeleceu algumas parcerias: a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) tinha e tem como função oferecer norteadores gerais e parte do financiamento para a manutenção e funcionamento do Cravi; a organização não governamental Pró Mulher, Família e Sociedade alocou três psicólogos e duas assistentes sociais para atendimento à população; a Procuradoria de Assistência Judiciária (PAJ), na qual, voluntariamente, quatro procuradores prestavam atendimento jurídico às vítimas e a Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, com seu Núcleo de Violência e Justiça, que tinha como função formar os estagiários de Serviço Social; supervisionar os aspectos técnicos do Núcleo de Serviço Social; e desenvolver pesquisas em relação à temática.

No início, a equipe de Serviço Social era formada por duas assistentes sociais e sete estagiárias (três do segundo ano, duas do terceiro e duas do quarto). Contávamos com supervisões técnicas uma vez por semana feitas por docentes do Núcleo de Violência e Justiça da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP.

O plano de estágio, no primeiro momento, era semelhante para todas as estagiárias dos diferentes períodos; a proposta era vivenciar o cotidiano da instituição, participar das supervisões e realizar leituras de bibliografia sobre os temas violência, Direitos Humanos, Serviço Social, atendimento, acolhimento, escuta, Justiça, com o objetivo de embasar futuras discussões em equipe e desenvolvimento de uma metodologia de atendimento. Num segundo momento, as estagiárias passaram a acompanhar os profissionais nos atendimentos à população e, posteriormente, realizaram atendimentos supervisionados.

Em relatório síntese, elaborado pela supervisora técnica⁶, após dois anos de trabalho com a equipe de Serviço Social foi apresentada uma avaliação sobre o cotidiano institucional com importantes ponderações em relação às direções teórico-metodológicas e políticas que estavam sendo praticadas na instituição; sistematizações sobre o trabalho realizado até aquele momento e os norteadores utilizados na prática do Serviço Social.

As demais áreas que compunham o Centro – Psicologia e Direito – tinham uma visão conservadora sobre o trabalho que o Serviço Social deveria desenvolver, como a

⁶ OLIVEIRA, I. I. de M. C. **Trabalho desenvolvido pelo núcleo de serviço social no Cravi**. No prelo.

simples e direta função de conceder auxílios – encaminhamentos e doação de cestas básicas. No entanto, o trabalho das assistentes sociais apresentava nova direção teórico-metodológica e política. Outra crítica do Serviço Social à instituição refere-se ao trabalho feito de modo multidisciplinar, contrariando a direção contida no projeto metodológico institucional – a inter ou transdisciplinaridade. A crítica fundamentava-se no fato de haver um entendimento sobre a complexidade da violência vivida pelos usuários do serviço, no sentido de que apenas uma área de saber não conseguiria abarcar a diversidade de demandas encaminhadas à instituição:

Em busca de manter vigilância sobre a compreensão total do que se apresenta no cotidiano, o trabalho do Cravi deve superar a multidisciplinaridade que, na verdade, é um monólogo de especialistas em compartimentos fechados, trabalhando um projeto interdisciplinar que promova o diálogo entre especialistas, reoxigenando o pensamento com o empréstimo mútuo de conceitos, instrumentos e técnicas. (OLIVEIRA)⁷

Em relação às sistematizações sobre o trabalho realizado e os norteadores utilizados na prática do Serviço Social, exerciam-se as seguintes direções:

- O acolhimento, a escuta, a reflexão conjunta, a ética, o fortalecimento e o suporte, fazem parte da prática do Assistente Social no Cravi e em outros *locus* institucionais;
- O foco do trabalho social, hoje, está ancorado no entendimento de que é muito mais importante ouvir do que perguntar: ouvir o usuário, para que ele mesmo se ouça, rompendo o círculo contagioso de perguntas e respostas;
- O atendimento interdisciplinar quer desenhar o quadro da violência urbana e está construindo novas categorias teóricas para análise como, por exemplo, o luto violento (anunciado, esperado), diferente do luto inesperado. (OLIVEIRA)⁸

Para realizar os acolhimentos⁹, a equipe e a supervisão técnica desenvolveram a seguinte metodologia: uma série de quatro a seis entrevistas qualitativas de escuta conjunta que reconstruam o quadro da violência e orientem o encaminhamento¹⁰ buscando conhecer aspectos como:

- Origens – história da vida;

⁷ Idem.

⁸ Idem.

⁹ Acolhimento é um dispositivo institucional que tem o objetivo de receber os sujeitos que procuram a instituição (porta de entrada) e identificar e/ou construir as demandas por eles trazidas.

¹⁰ A partir da identificação da demanda o(s) encaminhamento(s) poderia(m) ser interno(s) ou externo(s). Os encaminhamentos internos são feitos para dentro da instituição, ou seja, para o Serviço Social, a Psicologia e/ou o Jurídico. Os externos destinam-se a outras instituições que podem responder às demandas do usuário alheias ao recorte do Cravi. Há uma terceira possibilidade, que é do encaminhamento ser tanto interno quanto externo.

- Condições construídas de sobrevivência;
- Constituição da família atual (novas e antigas construções, novos modos de sobreviver);
- Histórias pregressas de violência;
- Ambiente e relações domiciliares;
- Significados e amplitudes das determinações sociais que interferem nas manifestações e vivências de violência;
- História do homicídio e/ou latrocínio;
- Desejos e demandas;
- Encaminhamentos.

Em relação ao atendimento social nossa escuta privilegiava as características acima e também possuía os seguintes objetivos:

- Identificar as demandas (real e aparente);
- Definir a caracterização da violência sofrida;
- Fortalecer a pessoa na busca da recuperação e reconstrução da história de vida;
- Verificar a situação familiar atual (socioeconômica, psicológica, jurídica, entre outras).

A prática e as discussões em equipe permitiram desenhar o primeiro perfil das famílias que procuravam o Cravi, embora não determinassem ainda suas **demandas reais**¹¹. Outras questões a respeito da prática e dos sujeitos envolvidos nas tramas da violência foram surgindo, para docentes, profissionais e estagiárias do Serviço Social do Cravi:

apresentava-se a necessidade de maior aproximação às famílias vítimas de homicídio que não procuravam o Cravi e cujas necessidades se desconhecia, dificultando o estabelecimento de direções claras para o atendimento. (OLIVEIRA; PA VEZ, no prelo)

A necessidade de aprofundar o conhecimento sobre essa temática e sua articulação com nosso percurso de estágio, foram fundamentais para realizar o exercício

¹¹ Entendíamos por demanda aparente a solicitação inicial do usuário, sendo que a mera resposta a essa aparência não significava fazer uma intervenção que objetivasse o enfrentamento e a busca de soluções mais contundentes para a situação apresentada. Por demanda real, entendíamos a demanda apresentada/construída após o desvelamento da demanda aparente.

de síntese da graduação, o TCC, em dezembro de 2000, produzido com mais duas colegas sob orientação da docente Graziela Acquaviva Pavez, intitulado *Vítimas de Homicídio e Latrocínio na Grande São Paulo: Uma Primeira Aproximação do Serviço Social na Discussão da Violência*.

O objetivo foi pesquisar as respostas do Serviço Social às vítimas de violência – homicídio e latrocínio¹² –, pois a profissão vinha trabalhando com essa temática, porém havia poucas sistematizações teóricas, principalmente no que se refere ao posicionamento da profissão em relação à violência e às vítimas.

A instituição escolhida para realizar a pesquisa foi o Cravi, por ser o único serviço público estatal de São Paulo referência no atendimento às vítimas de violência. Entrevistamos seis vítimas indiretas¹³ (usuárias do serviço) e três assistentes sociais da instituição. Dos seis entrevistados - quatro mulheres e dois homens - duas eram vítimas indiretas de latrocínio e quatro de homicídio. Em relação ao parentesco, duas eram mães, duas eram companheiras, um era tio e um pai.

O perfil desses entrevistados representava o universo de famílias que procuraram o Cravi no período de 1998 a 2000: a maioria era mulher, mãe ou companheira, na faixa de 20 a 60 anos, moradoras de distritos periféricos da cidade de São Paulo, principalmente nas zonas sul e leste. A demanda decorrente era por orientação jurídica ou justiça.

A partir desses elementos, identificamos o perfil das vítimas diretas: homens, entre 18 e 30 anos, moradores das mesmas regiões, e que foram vitimados nas proximidades ou dentro de suas casas, na maioria das vezes, por pessoas que faziam parte de suas relações sociais.

As entrevistas realizadas com as vítimas indiretas tiveram por base os norteadores metodológicos utilizados pelo Núcleo de Serviço Social do Cravi: escuta/diálogo, resgate do histórico de vida, condições construídas de sobrevivência, constituição familiar atual, entre outras apresentadas anteriormente. Com as assistentes

¹² Segundo o Código Penal (CP) – DL – 002.848-1940, Parte Especial, Título I - Dos Crimes contra a Pessoa, Capítulo I - Dos Crimes contra a Vida, **Homicídio Simples, Art. 121 – Matar alguém**. Parte Especial, Título II - Dos Crimes contra o Patrimônio, Capítulo II – Do Roubo e da Extorsão, **Roubo, Art. 157 – Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência. § 3º - Se da violência resulta lesão corporal grave; se resulta morte. Latrocínio, conhecido como roubo seguido de morte.**

¹³ Vítima indireta são os familiares e amigos da vítima direta. Vítima direta é aquela que sofreu, ela própria, o ato criminoso.

sociais, elaboramos questões sobre as estratégias de atendimento utilizadas e o posicionamento profissional destas em relação às demandas das vítimas.

Tal exercício possibilitou-nos chegar a importantes considerações¹⁴:

- Visão de vítima: um dos sujeitos integrantes das relações violentas, relações ambíguas e contraditórias, dentro do contexto sócio-histórico. Compreendê-la nessa perspectiva significa identificar e analisar os impactos da violência no cotidiano da vítima em suas múltiplas dimensões;
- Para compreender a violência, é necessário que o profissional desenvolva uma escuta diferenciada, na qual o sujeito possa se reconhecer dentro do contexto da violência socialmente construída e reconhecida como fenômeno social;
- Distinção entre demanda aparente e real: desvendar a demanda aparente trazida pelo usuário significa ultrapassar o imediatismo dos pedidos, numa perspectiva totalizante do sujeito, ou seja, no exercício da cidadania, nas relações familiares, no sofrimento psíquico advindo dessa violência, da impotência diante das precárias respostas da polícia, da justiça e da sociedade, dos problemas relativos à materialidade da existência;
- Trabalhar com a desinformação das pessoas é um dos elementos primordiais do Cravi. A maioria das vítimas não é informada e tem dificuldade de acesso ao andamento dos inquéritos policiais ou mesmo dos processos criminais;
- Superar a singularização da violência sofrida, para a sua particularização histórica no plano social e sua maneira de se manifestar no segmento social no qual essas pessoas estão inseridas, buscando identificar os elementos sociais definidores dessa violência;
- A observação cotidiana feita na instituição demonstrou o caráter relacional entre violência urbana e doméstica, as relações entre o agressor e vítima, e Estado e sociedade. A ausência das políticas públicas é marca comum em locais onde há número elevado de homicídios;
- Lugar socialmente ocupado pelas vítimas nas relações violentas: a noção de vítima que as entrevistadas apresentaram é sinônimo de culpa. As mulheres apresentaram-se confusas quanto ao seu papel de mãe e de mulher; sentiam-se responsáveis pelo crime e pela violência ou "disfunção" da sua família. Havia

¹⁴ Importante destacar que tais considerações foram validadas posteriormente na Pesquisa PUC-Fapesp-Cravi, que será relatada no item 2.2 desta dissertação.

um sentimento de onipotência enraizado culturalmente nas mulheres. No caso das mães, sentiam-se responsáveis por gerar uma prole que entrou no mundo do crime, e a própria sociedade reforça esse entendimento.

O trabalho com as vítimas indiretas de homicídio e latrocínio foi realizado de acordo com os seguintes norteadores:

- Orientar e dar assistência aos indivíduos quanto às conquistas e garantias de direitos, e soluções de necessidades básicas;
- Conhecer e compreender a história do crime (homicídio e latrocínio), a história da(s) vítima(s), direta(s) e indireta(s), as demandas e necessidades apresentadas, articuladas com a violência ampla em que se desenvolveu essa situação;
- Fortalecer a vítima indireta na busca pela Justiça legal (se esta desejar) no esclarecimento do crime e na construção da sua história de vida, implicando novas formas de sociabilidade;
- Contribuir na elaboração e execução de políticas públicas que previnam e combatam a violência;
- Desenvolver trabalho inter-transdisciplinar, no qual profissionais de diferentes áreas tomem a discussão da violência como primordial no seu trabalho;
- Considerar a violência como transversal: suas expressões são complexas e perpassam a discussão de gênero, cultura, raça, poder.

A conclusão deste trabalho apontou para a necessidade das profissionais continuarem investigando socialmente o trabalho do Serviço Social com as vítimas, considerando-as como sujeitos participantes das relações sociais violentas.

Seguindo esse apontamento, a escolha foi por continuar as investigações sobre as vítimas e o trabalho do Serviço Social com elas realizado, participando da Pesquisa PUC-Fapesp-Cravi, que teve início em meados de 1999.

2.2 Aprofundando o Conhecimento

Para aprofundar o conhecimento sobre as necessidades dos familiares de vítimas de homicídio, as docentes¹⁵ responsáveis pelo Núcleo de Violência e Justiça da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, apresentaram a proposta de realizar a pesquisa *Consolidação da Política Pública de Atenção às Famílias de Vítimas da Violência*, em parceria com o Cravi e financiada pela Fapesp, no âmbito da linha de pesquisa sobre Políticas Públicas.

Algumas diretrizes e alguns norteadores já vinham sendo traçados, a partir dos atendimentos aos familiares de vítimas de homicídio realizados pelo Cravi e durante as supervisões institucionais, que contavam com a participação da equipe de Serviço Social e as docentes.

No documento *Os Direitos Humanos das Vítimas – História da Criação de um Centro de Referência a Vítimas*, o dr. Belizário Santos Júnior, então secretário da Justiça do Governo do Estado, orienta os profissionais quanto à direção do programa:

- Reconhecer que a violência atinge todos os sujeitos de uma sociedade, visto que a “violência é uma constante agressão aos nossos direitos de cidadania” (JÚNIOR, 1998);
- Saber que as famílias que perdem seus provedores sofrem um “acréscimo de desigualdade” (JÚNIOR, 1998), necessitando de mais atenção do Poder Público;
- Perceber que a principal dificuldade encontrada por esses familiares é a falta de informação sobre todos os seus direitos;
- Utilizar outros recursos e redes de serviço que servem de suporte para os profissionais que trabalham com as famílias;
- Realizar o trabalho por meio de parcerias com a sociedade civil e outras secretarias;
- Conscientizar-se de que conceito de vítima indireta, para o serviço, é: “dependentes carentes, de vítimas fatais de crimes dolosos, nos exatos da Constituição Federal” (JÚNIOR, 1998);
- Saber que a vítima deve receber assistência jurídica, psicológica e orientação social, em caráter emergencial, de 60 a 90 dias. Após esse período, deve ser

¹⁵ Prof^{as}. Isaura Isoldi de Mello Castanho e Oliveira e Graziela Acquaviva Pavez.

encaminhada, se necessário, para outros serviços e programas do Estado ou da sociedade civil;

- Tornar o serviço referência, para sua replicabilidade em outros locais da cidade e municípios mais populosos;
- Ter claro que o objetivo do Cravi é “possibilitar de forma integrada, eficiente e ágil a redução da situação de desigualdade da família vitimada, reforçada com o *plus* de desequilíbrio acrescentado pela morte” (JÚNIOR, 1998);
- Conhecer os outros objetivos: construção de parcerias; atuação multidisciplinar; incentivo à participação popular; eliminação de formas burocráticas e segmentadas do agir do Estado; construção de modelo de experiência com capacidade de se reproduzir; diminuição da impunidade (em conjunto com o Programa de Apoio e Proteção a Testemunhas, Vítimas e Familiares de Vítimas da Violência - Provita e outros programas de redução da violência); a obtenção do compromisso das pessoas envolvidas, reforçando os laços de uma cultura solidária;
- Ter como horizonte do trabalho: “amparar a vítima da violência, garantir a assistência necessária para a recuperação do dano sofrido e restaurar a dignidade da pessoa” (JÚNIOR, 1998).

No entanto, esses norteadores careciam ser aprofundados e consolidados a partir da aproximação com maior número de famílias, já que a demanda recebida pela instituição era pequena, em relação à quantidade de homicídios ocorridos na capital.

Em consonância com esses indicadores, a pesquisa pretendeu:

- contribuir para que o atendimento aos familiares das vítimas de homicídio seja consolidado como um direito, como uma política pública de natureza interdisciplinar e integral;
- investigar as expectativas e necessidades das vítimas da violência urbana, para construir a metodologia de intervenção do Estado, formando e capacitando seus quadros técnicos e administrativos para maior eficiência no atendimento dos problemas sociais;
- através dos resultados, fornecer parâmetros para avaliação do trabalho desenvolvido no Cravi, sua reformulação e consolidação e possibilidade de multiplicação;
- que o Estado responda com maior prontidão às consequências da violência urbana, trazendo benefícios para a população, no reconhecimento de seus direitos de cidadãos para o enfrentamento da violência nos planos individual e coletivo (reconstrução do projeto de vida social, psicológico e material e rompimento do “emudecimento”, originado pelo medo e impunidade);
- trazer benefícios à população em geral, contribuindo para o restabelecimento da confiança do Poder Público para prevenção e combate à

violência e implementação de políticas sociais de intervenção no circuito da violência, através de programas de atenção que previnam a constituição social do “agressor” e da vítima, possibilitando atuação de caráter interruptor desse circuito, além da reprodução da experiência para todo o Estado;

- discutir o perfil do funcionário público para enfrentamento desburocratizado da questão, estabelecendo direção política e treinamento teórico-instrumental, com repercussão na qualidade do atendimento prestado pelo Estado aos cidadãos;
- treinar parceiros de ONGs, eventuais co-partícipes na constituição da política. (OLIVEIRA e PAVEZ, no prelo)

A partir da pesquisa, que teve duração de quatro anos, as pesquisadoras puderam chegar a resultados previamente imaginados e outros imprevisíveis.

Após entrevistar 391 famílias, acessar e cruzar dados do Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade (PRO-AIM) e do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), fazer um trabalho de georreferenciamento e sistematizar esses dados quantitativos e qualitativos, a pesquisa proporcionou como produtos: *Relatório Final de Atividades* (1998 – 2003), *Proposta Metodológica para Atenção aos Familiares de Vítimas de Homicídio* e o ensaio *O Perfil dos Homicídios em São Paulo – Um Retrato Feito pelas Mulheres*.

Com base nesses documentos, apresentamos alguns¹⁶ resultados desta pesquisa. Em relação aos dados quantitativos, a pesquisa confirmou que as vítimas que sofrem diretamente a violência são do sexo masculino (90,8%), estão na faixa etária de 18 a 33 anos (72,4%), e tem cor parda (50,1%). Desses homens, 52,4% possuíam companheira e 55,7% tinham filhos. A maioria sabia ler e escrever (94%) e exercia uma profissão (71%).

Portanto, a maior parte das representantes das famílias dessas vítimas, que concederam as entrevistas, são mulheres (86%): suas mães, esposas ou companheiras. São elas que também constituem o maior grupo que procura os serviços de atendimento no Cravi.

Esses familiares demandam por “atendimento qualificado, que ofereça retorno, a partir de uma escuta qualificada, em ambiente acolhedor” (OLIVEIRA; PAVEZ, 2003). Querem que escutemos sua “indignação, revolta, conformismo, culpa, ocupação do papel de vítima, heroização da vítima, medo, isolamento social, descrença nas

¹⁶ Serão apresentados apenas os resultados da pesquisa fundamentais para esta dissertação. Foram utilizados os seguintes documentos: OLIVEIRA, I. I. de M. C.; PAVEZ, G. A. **Relatório final de atividades** – 1998-2003. No prelo; OLIVEIRA, I. I. de M. C.; Pavez, G. A. **Proposta metodológica para atenção aos familiares de vítimas de homicídio**.

instituições, história de convivência com vários tipos de violência” (OLIVEIRA; PAVEZ, 2003).

Reclamam da falta de informação sobre seus direitos, do acesso restrito à Justiça, da vitimização primária e secundária¹⁷, das precárias condições de vida, da não solução do crime, da forma como são tratadas nas instituições da polícia e do Judiciário, da falta de reconhecimento de sua condição de vítima (OLIVEIRA; PAVEZ, 2003).

Também esperam “empenho policial e jurídico, a elucidação do crime, transparência no encaminhamento dos inquéritos e processos nos órgãos de segurança e Justiça, valorização da vítima nos processos, reconhecimento dessa condição e facilitação do acesso às informações” (OLIVEIRA; PAVEZ, 2003). Finalmente, pedem por atendimento psicológico, orientação social quanto aos equacionamentos das circunstâncias atuais de vida, orientação jurídica pronta e clara, e clamam por justiça.

Ao conhecer essa realidade e necessidades das famílias, com base na pesquisa, as pesquisadoras propõem que a política pública de atendimento deve formular-se em:

reconhecer as famílias em sua individualidade, articulada com seu meio social local, regional, nacional e mundial; significa entender as articulações entre Estado e Sociedade, em suas dimensões institucionais ou via rede sociais que sintonizam e afiliam os sujeitos. Pensar que cada caso é um caso é uma forma de descolar estes crimes de sua produção e reprodução social e de se planejar uma ação pública determinada a erradicar este tipo de morte. (OLIVEIRA; PAVEZ, no prelo).

As autoras apontam ainda que o trabalho nos Centros de Atendimento devem considerar as ambiguidades e contradições próprias das vítimas, para responder às complexas demandas apresentadas pelas famílias, com o objetivo de diminuir o sofrimento por elas vivido, apontando para a possibilidade de acessar direitos na tentativa de romper com a reprodução dessa violência (OLIVEIRA; PAVEZ, no prelo).

Ao proporem uma visão da violência relacionada com o acirramento das desigualdades sociais e ausência de oportunidades e escolhas, indicam que, para trabalhar com a questão da violência, os profissionais devem procurar explicações que

¹⁷ “A vitimização primária é normalmente entendida como aquela provocada pelo cometimento do crime, pela conduta violadora dos direitos da vítima – pode causar danos variados, materiais, físicos, psicológicos, de acordo com a natureza da infração, personalidade da vítima, relação com o agente violador, extensão do dano, dentre outros. Por vitimização secundária, entende-se aquela causada pelas instâncias formais de controle social, no decorrer do processo de registro e apuração do crime. Ocorrido o crime, deve-se registrar a ocorrência, em alguns casos é preciso realizar um exame de corpo de delito, dentre outras providências” (KAMIMURA, 2007).

não sejam simplistas e simplificadas como as que culpam as famílias pela violência que acomete os jovens (OLIVEIRA; PAVEZ, no prelo):

O entendimento das manifestações da violência não pode ser feito através do estudo do caráter do indivíduo, mas deve ser procurado no seio da sociedade, que acaba por impor “imperativos categóricos” que instituem e justificam o circuito da morte.

Por isso, os familiares de vítimas de homicídio são considerados “na condição de vítimas indiretas” (OLIVEIRA; PAVEZ, no prelo) da violência que vitimou os seus, e “deste lugar reivindicam direitos, serviços, atenção especial para conquistar uma vida plena e integral, o mais distante possível da violência e sua reprodução” (OLIVEIRA e PAVEZ, no prelo).

Nesse sentido, o trabalho com as vítimas indiretas deve ser realizado de forma a “reconhecê-las como sujeitos de direitos, e entender suas demandas e possibilidades de saída do lugar de vítima, reconhecendo-as como sobreviventes” (OLIVEIRA e PAVEZ, no prelo) do circuito de violências a que estão sujeitas.

O reconhecimento dos familiares de vítimas de homicídio se faz primordial, pois não são consideradas como parte integrante e fundamental na trama maior da violência; não são incluídas nos inquéritos e processos judiciais; não são ouvidas e levadas em conta pelas instituições da Segurança Pública. São invisíveis aos olhos da sociedade.

Para empreender um trabalho na direção contrária a essa situação, os profissionais precisam:

conhecer as tramas, o tecido social que fomenta as diferentes expressões da violência urbana, a constituição dos homicídios ou latrocínios, sua natureza e articulações, dentro de um espectro de conhecimento pautado pela interdisciplinaridade. Entender, compreender a violência, seu engendramento e o lugar que a vítima ocupa nesta relação. (OLIVEIRA; PAVEZ, no prelo)

Em relação às estratégias metodológicas e estruturais do processo de atendimento dos familiares propõe-se (OLIVEIRA e PAVEZ, no prelo):

- O **acolhimento**, que tem como objetivo estabelecer vínculos de confiança, romper o silenciamento, identificar a real demanda, planejar o prosseguimento e elencar as prioridades de intervenção; deve ser realizado de forma individual, com três ou quatro encontros, e tem início no momento em que o contato telefônico é recebido;

- O **atendimento** busca cuidar das demandas, das mediações e construir respostas para a “ruptura do processo de produção/reprodução da violência”; e pode ser individual ou em grupo, nas áreas da psicologia, serviço social e jurídico;
- O **desligamento**, que deve ter como critério principal a ruptura antes descrita, que “não ocorre de forma linear, em todas as dimensões da vida, nem tampouco é unilateral”.

Desta forma, a pesquisa traçou os seguintes perfis: da violência urbana, na forma de homicídio; das vítimas diretamente atingidas por essa ocorrência e de seus familiares; suas condições socioeconômicas e formas de sobrevivência; histórias de vida permeadas por diferentes violências e as demandas decorrentes. Também estruturou procedimentos de intervenção dos Centros de Atendimento e propôs estratégias para a consolidação de uma política pública.

Todas essas informações formaram sólida e consistente base para a continuidade do trabalho no Cravi e serviram como norteadoras de todo meu percurso profissional, que será apresentado na continuidade desta dissertação.

3 A DERROTA DE TODOS NÓS!

3.1 Violência: Um Caminho para Entender

Se fosse inventado como um personagem de ficção (...) a protagonista deste relato soaria artificial e inverossímil.

(SOARES, 2007, p.145)

Madalena¹⁸ chega bastante ansiosa ao Cravi, comentando que se trata da primeira vez que conversa com pessoas “assim”, que tratam da “violência em casa”. Convidada a falar sobre tal violência, ela conta que a filha, sua “bebezinha” (1 ano e 10 meses), foi agredida, estuprada e morta há dois anos. Madalena tinha três filhos: a bebê, Margarida e Joaquim.

Comenta que a sogra havia morrido naquele mesmo ano, por doença e, Renato, seu esposo (união livre) também, três meses antes da morte da filha, por parada cardíaca decorrente de HIV. Sentindo-se desamparada, pede a uma cunhada que cuide de seus filhos enquanto trabalha e estuda. Madalena vende balas e estuda a noite. Esta troca de favores era bastante comum entre elas, tendo Madalena e seu falecido esposo ficado com os filhos desta cunhada, algumas vezes até por 15 ou até 20 dias.

Ela segue contando sobre a morte da bebê e como imagina que tudo ocorreu, a partir dos relatos da polícia e dos médicos: a cunhada deixou seu filho cuidando das filhas de Madalena. A bebê adormece (relato bastante confuso) sobre o penico e o garoto passa a agredi-la, joga-a na parede e depois a leva para a cama onde ocorre o estupro. Margarida, sua outra filha, testemunhou.

Durante esse episódio, Madalena recebeu um telefonema da cunhada dizendo que Margarida machucara a bebê que caíra da escada e havia entrado em coma. Madalena pede que levem a menina para o pronto-socorro e segue para o hospital. O resgate é chamado e leva a menina para outro hospital. Madalena conta como foi recebendo as informações, por vezes enganosas, de hora em hora, até que encontra a filha e é informada da agressão e do estupro que culminaram em morte encefálica. Após duas semanas no hospital, ocorreu a morte cardíaca. Madalena conta que, quando soube do ocorrido, sentiu-se como se estivesse “drogada, viajando, bêbada”. Nessas circunstâncias foi aconselhada por uma Assistente Social a deixar sua outra filha em um abrigo; ela reitera não poder confiar em mais ninguém. Perguntada se já havia se sentido assim antes, ela conta que perdera três filhas, de dois meses, por doença.

Naquela mesma semana, levou Margarida para fazer um exame e verificar se ela também havia sido agredida e/ou estuprada; sentiu-se aliviada ao

¹⁸ Todos os nomes foram trocados para preservar o sigilo.

verificar que, com ela, nada havia ocorrido, porém, ainda teme por sua segurança, já que foi testemunha. Seu sobrinho, autor das agressões, encontra-se na Febem e Madalena teme o momento em que ele sairá. Ressente-se por tudo ter ocorrido sob os cuidados da cunhada.

Hoje, Madalena sente-se desconfiada de todos, tem medo do que pode ocorrer se arrumar outro companheiro. Sente que a igreja evangélica (frequenta desde a morte da bebê) tem ajudado, mas precisa de ajuda de pessoas que trabalhem com “violência em casa” pois sente vontade de largar tudo, sair sem rumo e beber.

Mostra-se preocupada com os efeitos do ocorrido em Margarida, pois ela estava com apenas quatro anos de idade quando testemunhou as agressões. Margarida teve que contar o que viu para profissionais do Conselho Tutelar, na Delegacia e para o Fórum. Madalena gostaria que a filha “apagasse da mente” o ocorrido, já que frequentemente faz alusões ao que viu e Madalena não gosta de ouvir, pois “machuca muito”. Preocupa-se também com Joaquim, que sempre toca no assunto e tem estado agressivo e displicente na escola “levando tudo na brincadeira”. Chegou a procurar tratamento psicológico no posto de saúde, mas não conseguiu.

Comenta pouco sobre o encaminhamento jurídico que foi dado ao caso, parece não conhecer os procedimentos e faz muitas perguntas sobre detalhes do crime.

Diz estar passando por uma situação econômica complicada, já que quase não tem saído para vender balas e está desempregada.

Madalena aprendeu a profissão de vendedora com a mãe, que a levava, desde seus dois anos de idade, para vender balas na rua. Fala da sensação de ser bandida, de parecer que está roubando por ter que ficar fugindo da fiscalização. Aos 11 anos, Madalena foi entregue por sua mãe a Renato, seu namorado na época, junto com seus irmãos, após uma briga entre a mãe e o padrasto. A mãe foi embora e Madalena tentou levar seus irmãos para o padrasto, porém este já estava com outra família. Procurou, então, a tia que foi ao Fórum regularizar a situação e a mãe de Madalena perdeu a guarda dos filhos. Madalena passou a viver com Renato, desde então.

Ela já havia saído de sua casa outras vezes, pois seu padrasto “mexia” nela. Nessa época, foi à Delegacia, mas os policiais não acreditaram no que contou e ela teve que voltar para casa. Não aguentava mais a situação do padrasto molestá-la e a mãe “só dar as coisas para ela”. Tinha planos para que sua mãe se separasse, dizia que ela, seu companheiro e as tias (irmãs da mãe de Madalena) a ajudariam se ela se separasse, mas isso não aconteceu. Ela conta que a mãe fazia ela e os irmãos irem ao mercado roubar e vender balas na rua, “ela sempre fazia a gente ficar na pior”. Sentia-se mais dona de casa do que filha.

A mãe de Madalena foi criada por uma tia, pois sua mãe tinha problemas com álcool. Um mês antes da morte da mãe (problemas no fígado, decorrentes do alcoolismo), Madalena foi visitá-la e encontrou-a bêbada, brigada com o companheiro e morando na rua. Esta convidou a mãe para morar em sua casa, mas ela não aceitou; disse que queria ficar com o companheiro ou voltar com o padrasto de Madalena.

Relata que viveu um pouco a história da própria mãe em seu casamento: “tudo igual, a casa cheia de gente, outras mulheres”. Quando casada, Madalena ficava mais na rua do que em casa, por causa dos frequentes desentendimentos com o marido. Relata que Renato era um bom pai para as crianças, pois ficava com os filhos enquanto ela trabalhava até que ele ficou

doente (HIV) e ela passou a ficar mais em casa. Perguntada se ela sabe se tem o vírus, confunde-se, diz que dá “agonia” fazer o exame. Os cunhados estão doentes e, se também estiver, a família não ligará mais para ela. Conta que os filhos já fizeram o exame e constatou-se que não contraíram o vírus. Após a morte do esposo, sentiu dificuldades no relacionamento com os filhos, pois ele costumava cuidar dessa parte. Os filhos sentem sua falta, Joaquim pergunta a que horas o pai vai levantar do caixão. Diz que o marido era mais mãe que marido.

Madalena conta não ter podido ser criança, lembra-se de ter cuidado dos irmãos, mas não se lembra de ter recebido cuidados. No dia da morte de sua filha, viu sua imagem no passado, “vi a cena todinha”, e pensou que poderia ter acabado como a filha e, se está viva é “pela mão de Deus”. Madalena considera que talvez ela seja um milagre de Deus e que pode estar viva para fazer o bem, cuidar das pessoas, ela encontra aí um sentido para a razão de ter nascido, questão que se coloca com frequência.

Após retomar seu passado e relacioná-lo com o presente, Madalena passa a pensar-se como mãe, conta que todos esperavam que ela fosse ficar como sua mãe, já que esta havia ficado como sua avó materna, porém ela se esforça para cuidar de um modo bastante atencioso dos filhos. Por outro lado, Madalena conta que se preocupou, quando da morte de sua filha, se iria “tomar bronca: que mãe é essa!?”. Sente-se, hoje, “muito em cima do muro”, com muitas dúvidas, com medo do ser humano, mudando de humor e se perguntando se vai morrer. Acredita que a origem destes sentimentos está em vivências infantis, como quando tinha que vender balas, algumas vezes permitindo que homens se aproveitassem dela a fim de vender o suficiente para que sua mãe permitisse que fosse à escola, o que nunca ocorria.

Refere-se à ingratidão dos outros, especialmente da cunhada, que algumas vezes defendeu o filho contra ela, além de não ter protegido a bebê do mesmo modo como Madalena sempre cuidou dos filhos da cunhada. Madalena fica pensando no porquê o sobrinho teria feito “maldade”; acha estranho tê-lo acompanhado desde o nascimento e de repente “essa maldade da mente, do coração”, imagina que talvez ele tivesse “bronca dela”, ciúmes pelo modo como ela tratava seus filhos. Comenta que o pai dele morreu quando ainda era pequeno. Comenta a ira que sente por sempre tê-lo tratado bem.

O atendimento jurídico de Madalena no Cravi revelou-lhe que a perícia realizada no corpo da Bebê não constatou sinais que indicassem estupro, isto deixou-a bastante confusa; não sabe mais em quem acreditar, se vê diante de diferentes versões sobre como sua filha morreu (médicos, resgate, vizinhos, cunhada, peritos...) e do fato de que não estava lá, como gostaria, para protegê-la e de sua impotência diante da morte e da falta que a bebê lhe faz¹⁹.

Dizer sobre a violência não é tarefa nada fácil; falar sobre o indizível, trabalhar com o inominável é, muitas vezes, fazer um esforço de se distanciar, aproximando-se; é se desprender de valores e julgamentos preconcebidos, considerando valores éticos e políticos universais; é estar sempre atento ao humano, não naturalizar e banalizar, mas compreender as relações que se estabelecem na realidade social.

¹⁹ O relato foi produzido no Cravi pela psicóloga e psicanalista Luciana Venezian, pela Assistente Social Karina P. Caritá, e pelo advogado Shiguelo Kuwahara, profissionais que atendiam Madalena, com o objetivo de discutir e estudar o caso.

Conceituar esse tema torna-se ainda mais difícil, já que falamos de valores e normas construídos numa sociedade estruturada na e pela desigualdade social, na qual a ideologia dominante escolhe “o inimigo” que deve ser combatido, destruído e eliminado da convivência social.

A definição que Chauí (1998) atribui à violência é nossa escolha, com a intenção de compreender a história real relatada por Madalena:

etimologicamente, violência vem do latim *vis*, força, e significa: Tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); Todo ato de força contra a espontaneidade, à vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constringer, torturar, brutalizar); Todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); Todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como um direito.

A história de Madalena revela as várias expressões da violência, ao longo de sua vida. Relata ter sofrido com o abandono de sua mãe; ter sido abusada sexualmente pelo padrasto e por outros homens na rua; fala da humilhação que sentia ao vender balas na rua e não ter podido ser criança ao ter seu trabalho explorado na infância; expressa o incômodo em ter sido vítima e algoz quando sua mãe pedia a ela e a seus irmãos que roubassem produtos em lojas; e, enfim, a angústia ao vivenciar o homicídio da filha como se este pudesse ter sido sua própria história.

Violência doméstica e sexual, abuso, maus-tratos, exploração do trabalho infantil e homicídio eram nomes desconhecidos por Madalena, porém, em todos seus relatos dizia saber que essas coisas “não eram certas”, que lhe faziam mal, lhe faziam sofrer; sabia que eram ações constringedoras, cerceadoras de liberdade, transgressoras de direitos e brutalizantes.

Logo que chegou à instituição, disse que nunca havia falado com pessoas que tratam da “violência em casa”. Mesmo que tenha procurado o serviço após a morte de sua filha (homicídio), sua fala diz de uma história marcada pela violência em casa, causada por familiares ou por pessoas com quem mantinha relações afetivas: mãe, padrasto, marido, sobrinho.

A violência doméstica permeou, pelo menos, três gerações da família de Madalena. A avó de Madalena era alcoolista e “deu” a filha para outro familiar criar. O mesmo aconteceu com Madalena: sua mãe também se tornou alcoolista e Madalena foi dada a um homem que se tornou seu marido quando ela estava com 13 anos. Outro

ponto, observado pela própria Madalena, foi a repetição da história da mãe: as traições e brigas com os maridos.

Aqui chamamos atenção para um ponto importante a respeito da violência – sua repetição. O ciclo e o circuito da violência parecem não ter fim, e quanto mais as histórias são desveladas, maior se mostra o grau de complexidade e diferentes as facetas da violação dos direitos.

Inúmeras vezes, e isso pode ser observado na história descrita, pessoas chegaram ao Cravi dizendo-se vítimas de violência específica, porém, ao longo dos atendimentos, percebíamos que outras violações haviam ocorrido com aqueles sujeitos. Muitas vezes, a primeira violência ocorrera na infância, como abuso sexual ou maus-tratos provocados por pessoas da própria família, frequentemente pela mãe, pai ou padrasto e madrasta. Ao aprofundar a história, a pessoa, muitas vezes, associava ao fato de que a mãe também havia passado pela mesma situação que a vitimou. Outro aspecto muito recorrente era a pessoa também se reconhecer ‘replicador’ das mesmas ações com seus filhos.

Isso diz sobre a “cultura da violência”, em torno da qual Costa (1995) faz a seguinte reflexão:

(...) ao expor as pessoas a constantes ataques à sua integridade física e moral, a violência começa a gerar expectativas, a fornecer padrões de respostas. Episódios truculentos e situações limites passam a ser imaginados e repetidos com o fim de caucionar a ideia de que só a força resolve conflitos; (...) a cultura da violência valorizando a utilização da força constrói uma nova hierarquia moral. (...) Em um contexto geral no qual impere essa ‘cultura da violência’, disseminam-se sistemas particulares irreduzíveis a ideais comuns. (...) Nesse vácuo, os indivíduos e grupos passam a arbitrar o que é justo ou injusto, segundo decisões privadas, dissociadas de princípios éticos válidos para todos. (COSTA, in: OLIVEIRA et al, 1995, p.126)

Assim, a violência vai criando novas formas de sociabilidade, outros significados para os valores morais e éticos, novas concepções de família, sociedade, justo e injusto, direito e cidadania, polícia e bandido, entre outros. Para compreender como a violência se engendra nas relações e no cotidiano das pessoas é preciso entender como esses valores foram construídos ou reconstruídos, pelo indivíduo, a partir de sua singularidade. É preciso nos perguntar por que um indivíduo que dizia acreditar e confiar na polícia como instituição de proteção, passa a compará-la com bandidos, que têm função no extremo oposto.

Segundo Barroco (2006, p. 8), a ética, considerada ontologicamente:

é uma atividade que permite ao indivíduo sair da sua singularidade para estabelecer uma conexão consciente com o humano genérico; logo, é uma atividade universalizante, mesmo sendo realizada por um indivíduo particular. Nesse sentido, a ética se põe como mediação entre todas as esferas sociais, inclusive da esfera moral, campo institucionalizado de normas e deveres orientadores do comportamento dos indivíduos sociais e campo propício à reprodução de valores e deveres assimilados espontaneamente pela tradição, pela repetição, pelo hábito, ou seja, de forma a-crítica, levando à reprodução da alienação no campo do comportamento ético-moral.

A reflexão ética sobre a violência é fundamental para compreendermos como, onde, por que e para que a roda das violações de direitos continua girando. Faz-se necessário questionarmos as ideologias dominantes e sua reprodução, no sentido de encontrar caminhos por onde atravessar e ultrapassar as respostas violentas para os conflitos pessoais, familiares ou grupais.

No caso de Madalena, foi relatada pelos bombeiros, pela equipe do resgate e pelas assistentes sociais, uma versão sobre a morte de sua filha na qual ela acreditou, já que essa era uma importante referência sobre os fatos ocorridos. Após análise dos laudos pela área jurídica do Cravi, a versão de abuso sexual da menina não foi confirmada.

Madalena, então, não sabia mais em quem e em qual história acreditar. Tinha confiança na equipe de socorristas e assistentes sociais, mas depois ficou em dúvida sobre o motivo desses terem lhe contado uma história que ainda não tinha sido comprovada pelos órgãos competentes (Polícia Civil e Militar e Instituto Médico Legal - IML). Dizia ter sofrido muito com a morte de sua filha e também pelo abuso sexual que ela supostamente teria sofrido; havia julgado e condenado seu sobrinho pelo abuso de sua filha, e, finalmente, havia sido revitimizada pela falta de cuidado dos agentes públicos com a sua história.

O sistema de justiça pode violar outros direitos nesse processo, vitimizando novamente o cidadão: condutas ou comentários discriminatórios, demoras excessivas na finalização do processo, ausência de orientação sobre providências necessárias, dentre outros exemplos. A pessoa que já sofreu uma violação de seu direito experimenta novamente outra violação, desta vez, praticada por algum agente estatal do sistema de justiça, o que pode agravar as consequências da vitimização primária. (KAMIMURA, 2007).

A vitimização secundária é um dos fatores que perpetua o ciclo de violência, e pode fazer com que as vítimas passem a desacreditar nas instituições, se sintam desamparadas e, na maioria das vezes, impotentes diante de toda a situação. Madalena

observou mudanças no comportamento do filho e procurou ajuda psicológica em um Posto de Saúde, mas novamente encontrou-se sem apoio e referências de setores públicos para a resolução do problema.

Poderíamos aqui fazer outras observações, em relação à história de Madalena, porém nossa intenção era levantar alguns pontos iniciais importantes para a discussão sobre as violências que se descortinam no decorrer do processo de desvelamento da realidade social.

A partir desses apontamentos, faremos um recorte para as particularidades da violência brasileira, suas expressões, a fim de traçar um cenário no qual as violações de direitos se proliferam, se aprofundam e tornam-se alarmantes aos olhos dos cidadãos que resistem em se conformar com a banalização da violência.

O Brasil é um país que, historicamente, instituiu a democracia há poucas décadas; país no qual a organização política e econômica é capitalista²⁰, e que tem em sua gênese a contradição das classes sociais, gerando diferenças e desigualdades que são expressas na questão social.

Uma sociedade que tem em seu cerne essas diferenças e desigualdades pode ser considerada uma sociedade estruturada com e pela violência. Podemos, portanto, considerar que a violência é uma expressão da questão social²¹:

(...) decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social, hoje, é de fundamental importância para o Serviço Social em dupla perspectiva: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada – quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida. Formas de resistência já presentes, por vezes de forma parcialmente ocultas, no cotidiano dos segmentos majoritários da população que dependem do trabalho para sua sobrevivência. Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de reinvenção da vida, construídas no cotidiano, pois é no

²⁰ “Os significados atribuídos ao capitalismo, fundado sob o pensamento de Karl Marx, deixam claro que compreender o capitalismo como categoria histórica implica em visualizá-lo não apenas como um período histórico ou uma ordem econômica distinta. É preciso considerá-lo em sua condição de categoria histórica, social e econômica, como um modo de produção associado a um sistema de ideias e uma fase histórica. O elemento crucial de tal concepção não é, pois, o caráter comercial do capitalismo, ou o espírito capitalista empreendedor e aventureiro ao mesmo tempo que racional e disciplinado, como o que queria Sombart; é na verdade o modo de produção capitalista e as relações sociais que lhe são próprias, determinado a ruptura entre o capital e o trabalho e entre os homens, como membros de classes sociais, que passam a se diferenciar a partir da posse privada dos meios de produção.” (MARTINELLI, 2008, p. 29-30)

²¹ “Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.” (IAMAMOTO, 2007, p. 27)

presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado. (IAMAMOTO, 2007, p. 28)

Uma das características desta sociedade – como consequência desse modelo - é o esvaziamento, na vida cotidiana, de meios que garantam o acesso ao exercício da cidadania. Outra característica é, segundo Martins (2000, p.11), a “(...) dominação e a alienação que distorcem a compreensão da História e do próprio destino” dos sujeitos. Isso nos remete ao pensamento de Mezan (1997) que nos faz refletir sobre o lugar social que os sujeitos ocupam, ou seja, “implica saber de que lado da luta de classes ele está – dos que produzem mais-valia ou dos que participam na sua apropriação” (p. 14). Ou, como afirma Chauí,:

a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e as simetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. (2000, p. 94)

Desta forma, entender a violência numa perspectiva dialética significa vê-la como uma construção histórica, social, que se expressa numa relação desigual, assim como todas as relações constituídas numa sociedade estruturada a partir do modo de produção capitalista. Significa compreender as relações de poder estabelecidas, visando precisar os lugares sociais dos implicados e, mais do que as causas da violência em questão, as formas de sustentação e manutenção dessa violência ou de certos ciclos de violência.

Partimos do princípio de que a violência não é natural, mas uma construção social; por isso é imprescindível apreendê-la a partir de uma “dada realidade e de nossos critérios, normas e valores” (MICHAUD, in: OLIVEIRA et al, 1995, p. 125). A história de nosso país é constituída por processos de violência, desde a chegada dos portugueses, e sua imposição da cultura civilizatória para os indígenas, que se arrasta até os dias atuais, na estrutura das divisões de classes e imposições de ideologias dominantes. Isso diz da forma como o poder é distribuído:

(...) o resultado de nosso processo de desenvolvimento não foi apenas a solidificação de uma nação onde os grupos dominantes sempre espoliaram, exploraram e excluíram brutalmente os dominados, mas, principalmente, a

constituição de um Estado e de uma sociedade autoritários que lidam de forma profundamente violenta com conflitos. (OLIVEIRA; LIPPI; COSTA, 1995, p. 125)

No Brasil a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2000) sempre foi considerada perigosa e tratada como “casos de polícia”; a pobreza, então, foi se tornando sinônimo de perigo e associada com violência/criminalidade. Desta forma, historicamente foi sendo construída uma imagem de “inimigo”, denominada “povo”:

A principal desculpa para essa política de extermínio é a guerra contra a criminalidade (...) O inimigo agora são os suspeitos criminosos e delinquentes ‘infiltrados’ nas massas populares, no “povão”, como gostam afetuosamente de dizer os comandos da PM. Nessa guerra, as garantias constitucionais para o criminoso são um luxo a que a PM não pode se curvar: os princípios do Direito são uma limitação incômoda a seus combatentes (PINHEIRO, in: ALMEIDA, 2004, p. 50)

Ao tratar do assunto “direitos”, com os familiares de vítimas atendidos no Cravi, frequentemente, ouvíamos: *Não temos direitos; somos pobres*. A queixa - resultado de ações vivenciadas no cotidiano das pessoas que pertencem à classe-que-vive-do-trabalho - torna-se, ao longo do tempo, uma constatação, gerando sentimentos ambíguos, ora de revolta, ora de impotência:

Tal associação ideológica tem repercussões profundas para as classes subalternas, pois, além de não terem acesso a políticas públicas básicas, têm em torno de si comportamentos de discriminação e repressão. Devem ser enfatizadas, ainda, as marcas danosas produzidas em seus processos de subjetivação, em especial, a internalização dessa concepção mistificadora. (ALMEIDA, 2004, p. 56)

Quais são as estratégias e alternativas que estamos construindo para esse enfrentamento?

Nesse horizonte, nos perguntamos onde está o Estado, quais funções está desempenhando e a quais interesses está respondendo. Observamos, como outro ponto importante a ser analisado, a violência e o Estado, que tem atuado de forma cada vez mais omissa em relação à população e mais submisso em relação ao mercado e às classes dominantes. Tem se eximido de sua função legítima de:

(...) garantir e manter o ‘Estado de Direito’. Isso contribui, cada vez mais, para o isolamento das pessoas e segregação das mesmas, em vez de propiciar a emergência de ações coletivas em torno de reivindicações de direitos sociais legítimos, além de conduzir para a construção de estratégias na esfera do particular e para a ampliação das formas discriminatórias. Desqualifica a

força e a ação coletiva, enquanto estratégias que visam à transformação da realidade. (BAIERL, 2004, p. 26)

Principalmente a classe-que-vive-do-trabalho não se sente representada pelo Estado, seus agentes e instituições. Também não se vê fazendo parte dessa representação e responsáveis por ela. O Estado torna-se um nome, algo abstrato, do qual não fazem parte e não querem fazer; estão fora! As pessoas, na maioria das vezes, sabem quais são as funções do Estado, mas, na sequência, dizem que este não faz o que promete, ou o que deveria ser feito. Sentem-se abandonadas, não sabem a quem recorrer quando o *Estado não funciona*, ou seja, quando os serviços são de baixa qualidade, quando não há lazer, médicos nos Postos de Saúde, creches para os filhos.

São tratados como subcidadãos, que tentam exercer alguma cidadania possível, resistindo como podem e exigindo o básico – qualidade de vida, numa cidade com mais segurança, com menos diferenças, com mais oportunidades; querem ser vistos, reconhecidos em suas necessidades e considerados humanos a partir de seus direitos.

Nesse cenário, os agentes públicos, principalmente a polícia, são “desacreditados”; estão, muitas vezes, envolvidos com o tráfico de drogas e a corrupção; praticam tratamentos discriminatórios e violentos com a população; violam direitos; e são alvo de muitas críticas por parte da classe-que-vive-do-trabalho. Nesse horizonte:

a violência ganha graus acentuados de institucionalização, seja porque envolve frequentemente agentes públicos, seja porque está incrustada nas várias esferas do poder público, seja, ainda, por se apoiar na complacência e na omissão do Estado. É importante realçar a relação entre o Estado brasileiro e naturalização de processos institucionais de violência, cujos efeitos incidem desigualmente sobre o conjunto da sociedade brasileira. (ALMEIDA, 2004, p.57)

Perguntamos, então, como o Estado está enfrentando a questão social e suas manifestações, em particular, a violência. Sendo o Brasil um país signatário da Declaração dos Direitos Humanos, quais ações estão sendo realizadas nesse âmbito?

Almeida (2004, p.64) oferece direções para refletirmos se essas ações se encaminham para a “inibição ou potencialização de ações coletivas, e em que medida esses projetos indicam” a superação da ordem dominante.

As ações coletivas têm se mostrado importante instrumento de mobilização e potência dos sujeitos particulares em âmbito coletivo. Tivemos essa experiência com os grupos formados no Cravi²² e observamos que as pessoas puderam passar por:

(...) um processo de identificação de interesses de carências e necessidades individuais que se coletivizam e passam a ser percebidas como direitos, gerando em torno de si uma determinada forma de organização e mobilização, a partir das reivindicações e desejos coletivos. (BAIERL, 2004, p. 26)

Entendemos que para ultrapassar a questão da violência é preciso superar também as formas como essa sociedade está constituída. Como apontava Marx²³, é a classe trabalhadora que tem as condições de realizar essa transformação, de forma coletiva. É dessa forma que tem a possibilidade de sair do individualismo, da culpabilização, do silenciamento e do medo, e buscar outras formas de resistência, pois:

o coletivo é construção que envolve conflitos e concordâncias, que envolve partes fracas e fortes, que coloca sempre em risco a diminuição ou o aumento da liberdade e da igualdade. Entretanto, essas construções coletivas necessitam ser exercícios efetivos de direitos e de poder se o que se almeja é o exercício da democracia (BAIERL, 2004, p. 207-208)

Uma das particularidades da violência no Brasil, é que esta tem nos homicídios uma das formas mais brutais de violação de direitos – a vida. As vidas que são retiradas têm nome, idade, sexo, etnia e condição social específicas: “quem está morrendo são jovens, em geral pobres, frequentemente negros. O quadro é tão dramático, que não seria exagero denominá-lo genocídio” (SOARES, 2007, p.142).

Essas mortes acontecem, principalmente, nas periferias das grandes capitais, local em que os conflitos são solucionados com a eliminação do outro. A violência ocorre quando não há mais o uso do recurso da palavra, da conversa, da negociação.

Atendemos, no Cravi, inúmeros casos de homicídio nos quais a família relatava os “motivos banais” pelos quais seus entes foram assassinados. Homicídio ocorrido entre vizinhos por causa da posição que o varal ocupava no quintal comum; morte causada por “engano”; assassinatos entre jovens que olharam para as namoradas de outros jovens. Perguntamos: São mortes motivadas por causas consideradas banais, mas são banais para quem?

²² Será explicitada nos Capítulos 4 e 5.

²³ Temática discutida no conjunto da obra de Karl Marx.

Para o Estado, essas mortes são tratadas como números, “mais um” nas estatísticas de mortes por causas externas, porém, para as famílias, o significado não é de “mais um”, e sim de “menos um” (OLIVEIRA, 2009). Nas contas e nos contos, as mães que perderam seus filhos de forma violenta se perguntam o que dizer quando questionadas sobre a quantidade de filhos que tem: Contam aquele que foi assassinado ou não?

Quando conhecemos os índices alarmantes dos homicídios na cidade de São Paulo²⁴ e não vemos ações públicas de mobilização coletiva que questionam essa situação e só presenciamos medidas de combate à violência na direção de aquisição de armamento e equipamentos para a polícia, entendemos que a solução para a violência aparece na forma de recrudescimento, uma ação na forma de vingança e não de quebra desse ciclo.

No documentário *Notícias de uma Guerra Particular*²⁵, o morador do morro, o policial e o traficante reproduzem uma guerra, relatam as perdas e ganhos de viver numa cidade (Rio de Janeiro) que oficialmente não está em guerra civil, mas vivenciam essa condição permanentemente. Um policial do Batalhão de Operações Especiais (Bope) fala que está *participando de uma guerra*; o rap cantado por um adolescente narra o cotidiano desse conflito: (...) *não tem mole pra civil, nem pra PM (...) venho de AR-15 e outro de 12 na mão, vem outro de pistola escoltando o camburão (...)*; o morador conta que o (...) *tráfico de um lado melhorou e de outro não* a vida do dia a dia, que ora são ajudados pelo tráfico, mas quando os traficantes *tem que cobrar, seja de pessoas lá de baixo, seja da nossa comunidade, eles não vão medir, eles não querem nem saber se é menor, se não é (...)*. Fala-se de um espaço compartilhado por todos, por esses três personagens do documentário e pelas *pessoas lá de baixo* que são os que não moram no morro; fala-se de uma sociedade que divide espaços geográficos distintos, mas onde todos compartilham dessa guerra.

Essa “guerra civil” não declarada evidencia a violência gerada pelo combate entre traficantes e policiais, causador de grande parte dos homicídios ocorridos no País.

²⁴ Segundo o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros – 2008, o Município de São Paulo aparece em primeiro lugar em números absolutos de homicídio em âmbito nacional. No período de 2002 a 2006, o número de homicídios foi de 5.575 (2002), 5.591 (2003), 4.275 (2004), 3.096 (2005), 2.546 (2006). Em 2006, a taxa foi de 23,7 homicídios para cada cem mil habitantes. Apesar de apresentar queda na taxa de homicídios, o Município de São Paulo continua a liderar as estatísticas quando se tratam de números absolutos (WAISELFISZ, 2008).

²⁵ *Notícias de uma Guerra Particular*. Direção de João Moreira Sales e Kátia Lund. Vídeo Filmes. Brasil, 1999.

As dívidas de drogas, a disputa pelo ponto de tráfico, vingança, oponência (facções são inimigas; policiais e traficantes são inimigos) e “exemplo” (mata-se para que sirva de exemplo para os outros) são os motivos para assassinar os que estão nessa teia.

Os envolvidos formam o perfil descrito por Soares. São as vítimas diretas da violência. Jovens que procuram no tráfico afirmação, respeito, reconhecimento, visibilidade, sobrevivência, conforme afirma um líder comunitário²⁶:

O que leva um jovem a entrar pro tráfico? Eu acho que o que leva essa juventude, principalmente a juventude que tá na favela, que já é uma terceira geração, ela busca uma afirmação muito forte nessa cidade, então, acho que o tráfico oferece isso também, oferece respeito que ele não tem quando ele opta por ser um entregador de remédio em farmácia; acho que quando ele abre o jornal e lê: na favela o jovem enfrentou a polícia, armado e botou o capuz... Isso alimenta nele esse orgulho, esse poder que ele acha que tem sobre uma sociedade que não reconhece seu real valor.

Hélio Luz²⁷, quando questionado sobre o que seria se tivesse nascido no morro, enfatiza a necessidade, revelando a desigualdade social:

Qual é a opção que eu tenho? Se conseguir um emprego, vou ter que trabalhar de 8 a 12 horas por dia para ganhar 112 reais por mês. E de repente, se me encaixo no tráfico, ganho por volta de 300 reais por semana... É negócio! Não é negócio? Claro que é negócio para qualquer um... só não é negócio para quem nunca ficou desempregado, para quem nunca passou fome. Para o miserável é negócio. E aí não é uma questão de que não tem jeito. O pessoal vai fazer fila para querer trabalhar. Não é um emprego? É um emprego! Não é opção não, é emprego! Ganha mais que o pai...

Baierl (2004), em sua pesquisa realizada no Município de Santo André (SP), aponta que os homicídios estão mais concentrados em áreas de maior exclusão social e econômica. Esses dados são semelhantes ao de outras pesquisas realizadas²⁸. Enfatizamos que não queremos fazer uma análise de que a violência é produzida pela classe que vive do trabalho, ao contrário, queremos afirmar que essa classe é vítima de abandono social, que muitas vezes culmina na violência do homicídio. Nas palavras de Almeida (2004):

²⁶ Idem.

²⁷ Então representante da Polícia Civil do Rio de Janeiro, na época das filmagens do documentário.

²⁸ Pesquisa PUC-Fapesp-Cravi de Isaura Isoldi de Melo Castanho e Oliveira e Graziela Acquaviva Pavez; Mapa da Exclusão/Inclusão Social de Aldaíza Sposatti e Atlas da Exclusão Social de Marcio Pochmann et al.

A violência e a criminalidade no Brasil só podem ser entendidas como produto das relações históricas, particularizadas por cinco séculos de colonialismo e por um passado escravocrata recente, por relações fortemente hierarquizadas, autoritárias e arbitrárias, enraizada em uma concepção patrimonialista, que minam as fronteiras entre o público e o privado, pela imposição dos atos mais arbitrários e da sua institucionalização pela via legal (os atos institucionais, os processos contra os ‘terroristas’, enfim, a combinação de terror e legalidade), o que nos lega como patrimônio coletivo a banalização da vida, a naturalização da morte e a cultura da impunidade. (p.49)

Após a perda violenta de um parente, as famílias, muitas vezes, questionam-se sobre questões como: a importância *versus* a banalização da vida; a forma violenta e não natural que causou a morte; sobre o acesso à Justiça ou justiça *versus* a impunidade; se terão ajudas financeira, psicológica e jurídica ou se continuarão sofrendo o abandono público; se tem direito ao luto e ao sofrimento ou se terão que voltar ao trabalho para não perder a forma de subsistência; se terão força, coragem e disposição para lutar pela memória de quem se foi.

Devemos refletir a respeito das inquietações desses familiares enquanto uma sociedade produtora, reprodutora e, portanto, responsável pela violência, pois, a violência “é a derrota de todos nós – um fracasso compartilhado” (SOARES, 2005, p. 90).

3.2. Vítimas Indiretas: Uma Condição a Ser Ultrapassada

Consideramos vítimas de violência sujeitos que tiveram seus direitos e natureza violados, ou seja, direito à liberdade, à vida, às condições iguais e justas de vida, direitos individuais, sociais, econômicos, culturais, entre outros.

Compreendemos como vítimas diretas de homicídio os sujeitos que tiveram seu direito primordial violado – a vida. Entendemos, também, que seus familiares tiveram direitos violados, os mais diversos, desde antes do homicídio e outros a partir desse. Esses sujeitos são considerados aqui vítimas indiretas dessa violência, o homicídio, nos termos já explicitados no capítulo anterior.

Tanto as vítimas diretas quanto indiretas são apreendidas como sujeitos integrantes das relações violentas, relações ambíguas e contraditórias dentro de um contexto sócio-histórico. Compreendê-las, nessa perspectiva, significa também identificar e analisar os impactos dessa violência no cotidiano desses sujeitos em suas múltiplas dimensões.

Essas vítimas são sujeitos que “não só lutam para viver a vida de todo o dia, mas que lutam também para compreender um viver que lhes escapa porque não raro se apresenta como absurdo, como se fosse um viver destituído de sentido” (MARTINS, 2000, p. 11). Reconhecem-se como vítimas no contexto social de perda, mas que convivem com as violações de direitos cotidianamente, sem muitas vezes perceber essa situação.

Alguns sujeitos, ao procurarem o Cravi, reconhecem serem vítimas de violência, porém questionam o que fizeram de errado, por que mereceram algo tão violento; relembram sua vida e tentam alinhar situações ocorridas que poderiam explicar o fato vivido. São narrativas relegadas ao plano do singular, do privado, destituídas de um sentido coletivo.

A democracia e a modernidade trazem novos contextos sociais à população. Martins (2000, p. 20) afirma que “a modernidade anuncia o possível, embora não o realize” e concordamos com essa afirmação quando as vítimas falam sobre o caminho institucional que percorrem após o homicídio, a demanda e busca por justiça e direitos, e a falta de reconhecimento de sua condição.

O Brasil é país signatário da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e, portanto, adota seus princípios e fundamentos na Constituição de 1988. O artigo 245 trata da responsabilidade do Poder Público pela assistência aos herdeiros e dependentes de pessoas vitimadas por crime doloso e o artigo 278 da Constituição Estadual determina a responsabilidade do Poder Público pela criação, instalação e manutenção de serviços de prevenção à violência e de núcleos de atendimento a vítimas de violência, que prestem atendimento jurídico, psicológico e social.

Retratamos aqui o possível, neste momento histórico: temos uma Constituição que garante a assistência aos herdeiros (vítimas indiretas) e a criação, instalação e manutenção de núcleos de atendimento a vítimas, porém falamos de um único centro de atendimento para todo o Estado de São Paulo, que não conta com o respaldo de uma política pública, mesmo existindo desde 1998.

Conforme ressaltado por Barroco (2008, p.11) “é a sociedade moderna que inaugura a prática política de declarar direitos, assinalando que eles não são reconhecidos por todos” e é isso que a fala das vítimas expressa ao sentirem e dizerem que não são reconhecidas. A falta de reconhecimento desta condição – de vítima – passa pela falta de conhecimento público desse lugar. São sujeitos de direitos, sujeitos políticos demandando essa visibilidade a partir da condição de vítima.

Ao transitarem pelos caminhos institucionais – IML, delegacias, hospitais, Judiciário – as vítimas falam sobre o despreparo e a desumanização nos serviços prestados pelas instituições; muitas vezes escutam que devem ir a tal lugar, procurar por alguém, buscar um documento, mas não sabem o porquê, não sabem quem é o sujeito com quem deve conversar e nem para que ter acesso a tal documento. Falam de um percurso desprovido de sentido, alienado e alienante, ao qual não se sentem pertencentes, mas gostariam e deveriam ser.

Ao relatarem as experiências vividas nesse contexto, dizem não ter espaço para falar, para questionar; não são reconhecidas na sua condição de vítimas e em muitos casos são interrogadas de forma acusatória, são culpabilizadas. Em muitos lugares, não recebem informações, não participam dos processos, ficando relegadas a um lugar assujeitado, coisificado.

Em relação à demanda e busca por justiça, concluem coisas parecidas; se não são testemunhas do crime ocorrido, não sabem sobre o andamento do processo no Judiciário, não recebem comunicados sobre as audiências e oitivas, desconhecem as investigações que foram ou não foram realizadas, não tem acesso ao promotor, ou juiz, responsável por seus casos. Não são reconhecidas como familiares ou vítimas indiretas, não se sentem pertencentes ou participantes dos rumos e decisões do processo.

Isso leva ao que denominamos vitimização secundária ou re-vitimização, ou seja, a violência primeira foi causada pelo homicídio de um membro de sua família, e, na busca pela solução do crime e justiça, o sujeito sofre outras violações de direitos.

Numa sociedade autoritária, segundo Chauí (2000, p. 90):

estruturada a partir das relações privadas, fundadas no mando e na obediência, disso decorre a recusa tácita (e às vezes explícita) de operar com os direitos civis e a dificuldade para lutar por direitos substantivos e, portanto, contra formas de opressão social e econômica: para os grandes, a lei é privilégio; para as camadas populares, repressão. Por esse motivo, as leis são necessariamente abstratas e aparecem como inócuas, inúteis ou incompreensíveis, feitas para ser transgredidas e não para ser cumpridas nem, muito menos, transformadas.

É nessa sociedade autoritária e burguesa que a Declaração Universal de Direitos Humanos é concebida, trazendo consigo – além de conquistas importantes e fundamentais para o gênero humano – contradições inerentes ao capitalismo. Segundo Barroco (2008), são as seguintes:

- a proposta de universalidade “esbarra em limites estruturais da sociedade capitalista: uma sociedade que se reproduz através de divisões (do trabalho, de classes, do conhecimento, da posse privada dos meios de produção, da riqueza socialmente produzida); - Os Direitos Humanos são fundados na democracia e na cidadania burguesa, o que revela seus limites reais, econômicos e sócio-políticos; - A sociedade burguesa é fundada na propriedade privada dos meios de produção, o que leva as Declarações de Direitos Humanos a incorporarem esse fundamento de modo contraditório, pois a propriedade é privada, mas as leis são universais; - Mesmo preso a interesses privados o Estado não pode se restringir ao uso da força e da violência; por isso, para garantir a sua legitimidade e hegemonia, incorpora determinadas reivindicações das lutas populares por direitos” (p.1-2).

Essas contradições nos ajudam a delinear a problemática relativa à efetivação dos Direitos Humanos: “a defasagem entre seus pressupostos universais e a sua objetivação na prática em estruturas sociais fundadas em divisões de classes, de poder econômico e sócio-político” (BARROCO, 2008). Há o reconhecimento em lei de que existem vítimas indiretas, mas não há efetivamente políticas públicas que alcancem todos esses sujeitos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, as Constituições Federal e Estadual e o Cravi oferecem um primeiro reconhecimento da condição de vítima e a possibilidade dessas se sentirem nesse lugar de quem sofreu violações de direitos. Isso oferece às vítimas possibilidade de se posicionarem e ocuparem outros lugares sociais, já que há o reconhecimento de busca a ser apreendida para a superação desse lugar.

O Cravi é uma instituição criada pelo Estado, em julho de 1998, para responder a uma expressão da questão social – a violência e suas vítimas. Possivelmente já havia as mesmas demandas que foram se apresentando ao longo desses dez anos de atuação do Cravi. Os sujeitos já clamavam por justiça e já reclamavam das violações de direitos a que foram submetidas, mas isso não era mediado por uma instituição criada pelo Estado. Ao efetivar um direito, por meio de uma instituição que oferece atendimento às vítimas, essa questão torna-se pública, universal e anuncia outras possibilidades para as vítimas.

Essa instituição é produto das interações históricas, políticas, éticas e sociais de uma sociedade. As alternativas são construídas a partir das necessidades e possibilidades dos sujeitos e, conforme são materializadas, podem ser apropriadas universalmente pelos seres humanos.

Porém, nesta sociedade que aliena, os sujeitos muitas vezes não têm consciência, informação e acesso a alternativas construídas, ocupando, na maioria das vezes, lugares

alienados²⁹. Esses lugares alienados são também alienantes e alienadores e impossibilitam o desenvolvimento de uma posição mais ativa, mais cidadã.

Isolamento e silêncio têm sido as respostas individuais mais recorrentes das vítimas indiretas de homicídio, construídas para resistir ou enfrentar a violência. Podem constituir-se como entraves para a concretização da sua cidadania, o que exige do Poder Público e da sociedade civil ações de enfrentamento e prevenção que priorizem o entendimento sobre a questão, que promovam a responsabilização crítica contextual, de forma a romper e atravessar os muros desse silenciamento que isola o cidadão em uma individualidade ainda mais alienada.

Pode-se dizer que, em determinadas situações, há o reconhecimento dessa condição de vítima que é ocupado pelos sujeitos, pois estes procuram o Cravi, e a partir desse reconhecimento são impulsionados a buscar um outro lugar: de pertencimento e autonomia através do exercício da cidadania.

Porém, em outros casos, há a vivência desse lugar, mas não há o reconhecimento da condição de vítima. Há sujeitos que não sabem que sofreram violação de direitos, ou não reconhecem que o que vivenciaram foi violência; dizem sentirem-se perdidos, tristes e que a vida deles mudou depois do ocorrido, mas não nomeiam o vivido como violência e não se nomeiam como vítimas.

Aos Centros de Atendimento às Vítimas cabe o papel de oferecer espaço de diálogo, reflexão, reconhecimento e mobilizar as potências de transformação na direção do sujeito político, coletivo, social.

O trabalho feito pelas instituições – e principalmente pelo Serviço Social – mostra-se fundamental já que não há em nossa sociedade espaços públicos para onde essas demandas e questões possam ser direcionadas. Falamos do Estado de São Paulo, que registra mais de 40 milhões de habitantes³⁰ e possui apenas uma instituição de referência e apoio à vítima. Isso demonstra a falta de espaços, visibilidade e oportunidade de fala dessas vítimas.

²⁹ “O termo *alienação* vem do latim, *alienatione*, significando “ato ou efeito de alienar(-se)” (FERREIRA, 1975, p. 69). Considerado hoje um dos conceitos centrais do marxismo, foi desenvolvido por Marx como “conceito metafilosófico, portanto revolucionário” (BOTTOMORE, 1988, p. 5), significando “um fenômeno histórico geral, próprio de toda a sociedade marcada pela presença da propriedade privada e/ou de uma intensa divisão de trabalho, e que se expressa no fato de os indivíduos não conseguirem se reconhecer ou se apropriar dos objetos ou das relações que eles mesmos criam, enquanto partes constitutivas do homem social” (NETTO, 1981, prefácio de Carlos Nelson Coutinho, *In* MARTINELLI, 2008, p. 62).

³⁰ Dado disponível no Portal do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: www.sp.gov.br. Acesso em: 2010.

A esse cenário somam-se as vivências das vítimas; a complexidade e ambiguidades que esse lugar carrega faz com que as vítimas apresentem comportamentos distintos entre elas; algumas ficam num lugar muito passivo, vitimizador, onde faltam perspectivas, esperança e sobram medo, sofrimento, impotência e descrença nas instituições públicas e na Justiça. Esse lugar é muitas vezes chancelado pelos familiares, vizinhos, amigos e pela estrutura social, pois “enviam mensagens” para que se esqueça o que passou, que “deixe pra lá”, que “não vai dar em nada”. Outras vítimas ficam num lugar mais ativo, mas não menos preocupante; têm atitudes de investigar o crime por conta própria, colocando-se em risco, muitas vezes impulsionadas por sentimentos de vingança, o que também não deixa de ser uma descrença nas instituições e na Justiça.

Ao falarmos das vítimas indiretas de violência, nos referimos a um grupo específico³¹: são mulheres, na faixa etária de 20 a 60 anos, moradoras da periferia da cidade de São Paulo. Esse perfil pode ser analisado a partir das contribuições de Almeida (2004) sobre as “relações estruturadoras da vida social”:

fundamentalmente as de classe, de gênero, étnico-raciais e geracionais – dada a sua transversalidade, encontram-se de tal modo entrelaçadas nas práticas sociais que se pode apenas indicar a possibilidade de que uma delas adquira proeminência a partir de um recorte desse campo temático, em dado período histórico. Dessa forma, quando se estudam as práticas terroristas de Estado é a categoria classe que adquire centralidade; na análise da violência de gênero ou da violência doméstica, as categorias gênero e geração são prevaletentes, embora tensionadas e permeadas pelas outras duas categorias; e nas chacinas urbanas todas as categorias estão extremamente entrelaçadas. (p.42)

Vítimas indiretas da violência, no recorte dos homicídios -- muito semelhantes às chacinas urbanas –, são os sujeitos com os quais esta dissertação se ocupa. Fazendo parte desse grupo, possuem características particulares, como:

- São do mesmo gênero, condição que já as coloca numa posição desigual à dos homens;
- Pertencem à classe-que-vive-do-trabalho, desempregadas ou empregadas no mercado informal, e habitam em bairros onde o Estado quase não se faz presente;

³¹ Conforme verificado na estatística do perfil das vítimas indiretas que procuram o Cravi.

- A maioria apresenta outras marcas da violência em sua história de vida – doméstica, sexual, institucional – que expressam as combinações anteriores, resultado da sociedade desigual.

Outras particularidades que as vítimas indiretas trazem em suas falas são a dor, o sofrimento, a revolta, a injustiça, a falta de visibilidade, a memória e a escolha pela busca da justiça.

Em relação à dor e ao sofrimento, dizem referir-se à perda, porém trata-se da perda violenta, diferente da perda por doença, que seria “natural”. Expressam que esta dor e sofrimento só aumentam quando iniciam o trajeto na busca por justiça, pois sofrem humilhações, vivenciam a condição de (in)visibilidade perversa (SALES, 2007) da vítima ou são julgadas pela condição de mulher que não “deu conta” de suas obrigações.

No contato com as impossibilidades e invisibilidade perversa, surge a revolta com as instituições e sistema de investigação e justiça; a negligência, o despreparo, a corrupção, a desigualdade no tratamento e a falta de respostas são queixas recorrentes das vítimas indiretas. Sentem-se impotentes e demonstram-se revoltadas diante dessa situação à qual dão o nome de injustiça.

Por vivenciarem esse lugar de invisibilidade perversa, sentem-se sozinhas, desamparadas pela sociedade e atribuem um “peso e responsabilidade” à memória dos mortos que “tem que ser” carregada e defendida por elas, de forma solitária e privada. A identidade e vida da vítima direta deve ser lembrada para não ser esquecida e não se tornar “mais um número”, e precisa ser defendida, pois são vistas e consideradas como marginais, envolvidas com o tráfico, são pobres e negros e, portanto, “bandidos”, faziam algo “errado” e por isso foram mortos; essas são as características adquiridas pelas vítimas diretas depois de sua morte violenta, e esse é o peso e a responsabilidade que as vítimas indiretas vivenciam.

Ao escolherem o caminho da busca pela justiça, são novamente “julgadas” e desestimuladas pela sociedade; o que escutam é que a Justiça – ou Judiciário e Polícia – nada fazem e nada resolvem, ou que a justiça é Deus quem provê, ou, ainda, são feitas ofertas pela justiça com as próprias mãos ou de terceiros – ou vingança, pois os algozes merecem a morte.

Estes sujeitos estão constantemente expostos à:

violência da sujeição à paisagem urbana inóspita que traz para o cotidiano todos os tipos de dificuldade, de transporte, de educação, de saúde, cultura e lazer; violência no interior da vida familiar; violência na dificuldade crescente de direito ao trabalho, cada vez mais especializado e discricionário; violência no imperativo de enfrentar filas para receber cartões alimentação, cartões vale gás, vale leite, depois de comprovar pobreza extrema; violência da exposição ao trabalho e à prostituição infantil; violência da ausência de perspectivas de vida; violência de classe, de raça e de gênero (OLIVEIRA ; PA VEZ, no prelo).

As várias violências sofridas pelos sujeitos nos remetem à análise que Oliveira e Pavez (no prelo) fazem a partir do pensamento de Agamben – e sua discussão sobre o *homo sacer*.

A figura do *homo sacer* é aquela da exclusão, aquela a quem a lei nem atinge, tratando-a apenas como objeto de aniquilação, de extermínio. A vida perde seu caráter de sagrada para todos, e uma grande parcela da população recebe o atributo de *homo sacer*.

Analisar os sujeitos-vítimas numa perspectiva crítica permite compreendê-los como sujeitos inseridos num contexto marcado por relações sociais contraditórias e ambíguas, considerando-os em sua processualidade e totalidade, no processo dialético, privilegiando o recorte pela inserção em uma sociedade de classes.

Entendemos a vítima como sujeito que participa desigualmente das relações violentas – sociais, históricas, culturais – perpassadas pelo poder, seja em micro ou macros situações; sujeito alienado, submisso, subalterno, que pode se encontrar na condição de vítima e não ser vítima. Essa condição é construída socialmente e poderá ser relacional, tanto com referência ao agressor, como ao lugar que ocupa nessas relações.

Portanto, trabalha-se com:

(...) a noção de ocupação do lugar de algoz e vítima, visto que ambos são sujeitos, com fragilidade no exercício de sua autonomia e liberdade. Podem exercer a cidadania tutelada, vivem as tensões do processo de inclusão e exclusão social, e com isso podem sofrer danos mais acirrados da alienação, mas com certeza ocupam esse lugar; não são, em si, ora algozes, ora vítimas. A certeza desta ocupação vale para as reflexões afetas ao exercício da cidadania e se fundamenta na crença política de que historicamente – na resistência – se construíram as possibilidades de alteração e transformação do real. (OLIVEIRA; PA VEZ, 2002)

Nesse sentido, uma direção importante para ultrapassar a condição de vítima é não cristalizar essa posição, buscando práticas e metodologias que ofereçam suporte na perspectiva do sujeito de direitos.

4 FAZER COLETIVO: DESAFIOS NO TRABALHO COM FAMILIARES DE VÍTIMAS

(...) não ignorar a vida cotidiana é o ponto de partida para decifrar sociologicamente o possível. Decifrá-lo na trama que enreda o repetitivo nos desafios e possibilidades do que não se repete, da História que na própria vida cotidiana propõe e define a práxis criativa que a transforma. (MARTINS, 2000)

4.1 A Ultrapassagem do Trabalho Multidisciplinar

Ancorada nas diretrizes contidas no Trabalho de Conclusão de Curso e na pesquisa PUC-Fapesp-Cravi, retornei ao Cravi no final de 2003, como Assistente Social efetivada pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

Nos primeiros seis meses de trabalho, a instituição estava com menos da metade da equipe presente, pois havia firmado parceria com o Instituto Therapon Adolescência, que recebia verba da Secretaria Especial de Direitos Humanos para pagamento de seus funcionários, e essa verba estava atrasada.

A parceria do Therapon com o Cravi consistia na contratação de psicólogos, para atuarem em acolhimentos e atendimentos no Cravi, e de uma supervisora institucional que trabalhava com toda a equipe. Naquele momento, a equipe do Cravi era formada por cinco psicólogos, duas assistentes sociais, uma advogada e três estagiários: duas de Serviço Social e um de Direito.

Quando os trabalhos foram retomados, já com toda a equipe, havia muitos usuários na fila de espera, tanto para acolhimento, quanto para atendimento psicológico, que havia ficado parado por seis meses. Portanto, a maior demanda para a instituição naquele momento era acolher casos novos, ou seja, familiares de vítimas de homicídio, latrocínio e/ou vítimas diretas de ameaça contra a vida ou tentativa de homicídio.

Os acolhimentos aconteciam em duplas de profissionais, um da área da Psicologia e outro de Serviço Social, de forma individual (com um usuário), ou com membros da sua família, com o objetivo de identificar suas demandas e encaminhá-las interna e/ou externamente caso não fosse demanda direcionada ao Cravi. No caso da primeira opção, os sujeitos poderiam ser encaminhados para atendimentos individuais

nas áreas social, psicológica ou jurídica (numa combinação que atendesse às demandas trazidas).

Os atendimentos no Cravi aconteciam somente de forma individual, pois ainda não havia sido desenvolvida uma metodologia institucional de atendimento em grupos, e era pouca a experiência de grupos na instituição neste momento. Havia sido composto um grupo com crianças e adolescentes, coordenado por psicólogos, no início da parceria com o Instituto Therapon³² e um grupo com familiares de vítimas de homicídio coordenado por Assistentes Sociais, atendido durante o período da Pesquisa.

Em meados de 2004, surge a proposta da área de Psicologia em criar um grupo com vítimas indiretas de homicídio, pois:

nos atendimentos clínicos individuais, foi possível identificar a demanda dos usuários por um espaço coletivo em que pudessem tecer uma rede de apoio mútuo e partilhar suas experiências de perda e dor com outros que, por terem passado por vivências similares, pudessem reconhecê-las, validá-las, legitimando as próprias experiências emocionais³³.

Dessa forma, o atendimento feito numa abordagem grupal tinha o objetivo de *evitar que o atendimento à vítima fosse pautado por uma abordagem individualista, sem possibilidades de provocar mudanças no plano coletivo³⁴.*

A proposta foi bem recebida pela equipe e instituição, pois inaugurava-se uma nova forma de intervenção da área psicológica, que possibilitava atender mais vítimas, evitando assim a fila de espera e também colocar em prática um dos objetivos da instituição: o exercício coletivo de problematizar as violências vividas, trocar experiências sobre as consequências advindas da mesma e buscar soluções, principalmente no plano da subjetividade, de saída da condição de vitimização.

Porém, ainda havia um incômodo da parte de alguns profissionais, no sentido de entender que os atendimentos individualizados de cada área não eram suficientes para responder às demandas apresentadas pelos usuários do serviço.

Certa vez, ao sair de um acolhimento feito com uma mãe³⁵ de uma vítima de homicídio, esta Assistente Social e um psicólogo, durante a discussão do atendimento,

³² Intitulado Projeto Vida, que se constituía como um serviço de atendimento psicoterapêutico para crianças e adolescentes vítimas diretas ou indiretas de violência urbana. O projeto previa uma ação concreta na prevenção à violência urbana, por meio da promoção da saúde mental para crianças e adolescentes pertencentes a famílias que perderam seus integrantes em situação de homicídio, latrocínio, ou que foram vítimas diretas de violência.

³³ Projeto de Psicologia do Centro de Referência e Apoio à Vítima, 2008/2009.

³⁴ Idem.

perguntaram-se sobre os encaminhamentos que seriam dados ao caso. Não conseguíamos chegar a uma solução e pensamos que o atendimento psicológico e o social, feitos separadamente, não “dariam conta” de responder às necessidades colocadas pela mãe. Concluímos que o atendimento deveria ser realizado em conjunto. No mesmo espaço de atendimento, um psicólogo e uma Assistente Social poderiam compor uma intervenção que respondesse mais precisamente às demandas.

Essa composição, porém, não respondia a outro pedido escutado pelos profissionais: A mãe quis saber se havia outras mães que tinham perdido filhos assim como acontecera com ela, e que seu desejo era conhecê-las e trocar experiências. Havia demandas psicológica e jurídica identificadas, e também existia uma situação social relatada, que merecia bastante atenção.

Os profissionais em questão discutiram o caso com a advogada e juntos pensaram em propor um grupo em que as três áreas trabalhassem em conjunto, no mesmo espaço, com vários usuários do serviço. Isso se justificava, pois todos os profissionais já haviam escutado de pelo menos um familiar a pergunta: Existem outros na mesma situação que eu?

A partir desses fatos foi formado o Grupo Interdisciplinar, que teve como objetivo *formar cidadãos, através de uma abordagem da violência com um enfoque mais amplo do que o episódio que trouxe os usuários ao Cravi*³⁶. A justificativa que sustentava a realização desse dispositivo de forma interdisciplinar era:

*a necessidade de os técnicos contarem com seus colegas, independentemente da profissão de cada um, para ouvir e processar aquilo que é trazido pelos usuários ao Cravi. Ao mesmo tempo, o trabalho conjunto também oferece sustentação pela diversidade de escuta de cada profissão*³⁷.

Seria um grupo reflexivo sobre as histórias de vida, os recursos sociais encontrados nos bairros dos usuários, e expositivo, já que abordaríamos os Direitos Humanos e procedimentos legais e seus fundamentos. O trabalho em grupo seria dividido em três etapas, com uma média de cinco encontros para cada etapa, semanal, com duração de uma hora e meia para cada encontro.

³⁵ Esta mãe perdeu seu filho, que foi assassinado por um amigo de infância, em 2004. Este filho teve cinco filhos com sua companheira e, destes, três ficaram sob a guarda da avó. Ela pedia ajuda do Cravi a respeito da condenação do autor do crime, aos novos arranjos familiares, e ajuda psicológica, já que estava muito revoltada e deprimida pela violência que a vitimou direta e indiretamente.

³⁶ Projeto Grupo Interdisciplinar, 2004.

³⁷ Idem.

Essas três etapas foram divididas em:

- **Identidade** - retomar a história da família dos usuários, com a finalidade de localizar o ato de violência em um histórico no qual pode ser identificado um ciclo constituído por outros atos violentos, seja em âmbito doméstico, familiar, extra-familiar, social, entre outros;
- **Reconhecimento do território** - desenvolver o exercício de conhecer e reconhecer os recursos sociais, de saúde, educação, lazer, entre outros, de seus bairros, na tentativa de identificar e (re)construir uma rede de socialização, que serviria de apoio às suas necessidades e de sua família.
- **Direitos** - considerar a violação sistemática dos Direitos Humanos pelo Estado, e pelas pessoas, em seu agir cotidiano, como fatores fundantes da violência urbana.

O grupo teve início em junho de 2004, sendo coordenado por um psicólogo, uma advogada e uma Assistente Social; uma estagiária de Serviço Social exercia a função de observadora participante e tivemos dez inscrições de usuários³⁸ que foram encaminhados por outros profissionais que já os atendia.

No desenvolvimento da primeira etapa do Grupo – Identidade – trabalhamos, em seis encontros, com os aspectos mais subjetivos das participantes, cujo fundamento era:

(1) Permitir o conhecimento mútuo entre os membros do grupo, abrindo assim espaço para compartilhar seus problemas; (2) Amparar o sofrimento trazido em suas falas, a partir de situações de extrema pobreza, precário exercício de direito a lazer, segurança, saúde ou educação, somados por fim à dor de perder um ente querido em situação de violência. (3) Conhecer melhor o perfil do grupo para, em função das possibilidades que este apresenta, elaborar seu andamento ao longo do trabalho³⁹.

Como aspecto mais relevante dessa fase inicial do grupo foi registrada a questão das apresentações. Numa dinâmica em que uma participante entrevistava a outra, para, na sequência, apresentá-la ao restante do grupo, vimos que o nome era secundário à violência que havia ocorrido com a entrevistada. As participantes se apresentavam como: *Você é a que perdeu o marido assassinado no bar, né? Aquela teve o filho assassinado na porta de casa.* Elas se conheciam e se reconheciam por meio daqueles

³⁸ Após dois encontros, uma participante desistiu do Grupo, que prosseguiu e se encerrou com nove participantes.

³⁹ Projeto Grupo Interdisciplinar, 2004.

que haviam perdido. Suas identidades eram marcadas por mais um elemento – a violência.

O segundo encontro foi marcado pelos relatos das histórias de violência que haviam levado as participantes a procurarem o Cravi. Descreveram as dificuldades psicológicas, sócio-financeiras e jurídicas pelas quais passaram e passavam:

É difícil aceitar a morte do meu filho, mas hoje vejo que não sou só eu que perdi alguém de forma violenta;

Na hora, todo mundo é amigo, mas não sei se são ameaçadas e recuam na hora do depoimento;

*Nada foi fácil depois da morte dele, ainda é difícil cuidar dos meus filhos;
Tem dia, em casa, que não tem nem pão pra comer;*

A morte faz parte da vida, e que a morte em si, a gente aceita; mas entra a violência e ameaça a vida da gente;

Se aparecesse a verdadeira razão da morte de meu filho, isso amenizaria minha dor⁴⁰.

No encontro em que abordamos, com as participantes, suas histórias de vida – infância, adolescência, vida adulta –, muitas descreveram sua fase de vida atual (adulta), mas enfatizaram que não havia muito o que dizer sobre a infância, já que esta havia sido sofrida:

Tive uma infância muito difícil, porque meus pais eram alcoolistas. Na minha adolescência, o ambiente ainda era de muita discórdia, porque meus pais viviam brigando. Na minha vida adulta o que procuro ter é atenção com meus filhos, para não repetir as atitudes da minha mãe.

Outras disseram não ter tido infância, pois *Minha infância era ajudar meu pai a trabalhar na roça; Com pouca idade fui trabalhar como babá de uma família que viajava muito⁴¹.*

Quando propusemos um exercício de síntese dessa primeira fase, as participantes decidiram fazer recortes e colagens para posteriormente agrupá-los e fazer um jornal. Tal registro:

⁴⁰ Falas extraídas dos relatórios do Grupo Inter.

⁴¹ Idem.

Tinha como objetivo não apenas ser mais um elemento concreto que, ao ser feito por elas, contribuisse para que se apropriassem do trabalho, como também para ter um registro institucional, algo que não fosse apenas visto e utilizado interiormente, mas uma espécie de registro público, que servisse também para o Cravi ou a quem interessasse conhecer algo sobre esse trabalho⁴².

Durante o encontro aconteceram duas discussões muito importantes, a partir do choro de uma participante. A primeira foi a respeito da perda e do sofrimento. Algumas participantes passaram a comparar suas dores, a partir do grau de parentesco que tinham com as vítimas; algumas diziam que a dor maior era da mãe que perdia um filho, diminuindo assim a dor das outras participantes que haviam perdido outros membros da família. A partir dessa discussão, surgiu a segunda, a respeito do objetivo daquele espaço. Um diziam que o espaço não era destinado a pensar sobre a violência que havia ocorrido, mas sobre o futuro, as possibilidades e para *esquecer das coisas ruins*. Outras diziam que vinham ao grupo para chorar já que “são vítimas”, e que não pensar no ocorrido era negar o que havia acontecido e o motivo de estarem lá.

Após esse encontro, os coordenadores pensaram que havia polarização e quase cisão entre uma posição e outra. Para algumas, *só era possível vislumbrar ou construir um futuro, deixando de lado o passado, enquanto que para outras uma coisa (futuro) só era possível a partir de outra (passado)*⁴³. Duas participantes, particularmente, estavam numa posição muito vitimizadora e com grandes dificuldades em abandoná-la; não conseguiam vislumbrar outras possibilidades que não a dor e o sofrimento.

O grupo então entrou em sua segunda etapa – Reconhecimento do Território – que teve como objetivo:

a aproximação com as relações sociais das participantes, através da descrição de seus bairros e serviços que acessam nesses. Identificar redes de apoio (associações de moradores de bairro, vizinhança, etc.), serviços públicos (saúde, escola, transporte, equipamentos de lazer, etc.), e outros pontos que considerassem importantes (ponto de trânsito, favelas, lojas, supermercados) para reconhecerem o local habitado, que, muitas vezes, foi o mesmo local onde perderam seus familiares. Dessa forma, traçamos um meio de fazer a passagem do “eu - singular” para o “nós - coletivo”, envolvendo-as no trabalho de pensar tanto sobre si mesmas, como sobre o lugar onde vivem e compartilham com outras pessoas. Isso possibilitou iniciar o reconhecimento de cidadãs, alargando a visão de seu próprio bairro para o bairro das outras participantes, encontrando semelhanças e diferenças⁴⁴.

⁴² Projeto Grupo Interdisciplinar, 2004.

⁴³ Relatório final do Grupo Interdisciplinar, 2005.

⁴⁴ Idem.

Um dos exercícios propostos consistia na visita a um órgão, entidade, serviço, que as participantes julgassem interessante de conhecer ou saber mais sobre seu funcionamento, e preenchimento posterior de um relatório de avaliação (atendimento recebido, condições físicas do lugar, o público por ele atendido) para ser discutido no encontro seguinte. Uma participante que, desde as primeiras conversas do grupo ,relatava viver em um bairro com *absolutamente nada*, aventurou-se por uma *portinha* pela qual sempre passava em frente e nunca tentara averiguar de que se tratava. Descobriu ali uma Associação de Bairro que oferecia serviços a preço acessível e matriculou-se num curso de computação. Outra participante, que jamais saía de casa alegando temer a violência, mas demonstrando também muita desmotivação para circular pela cidade (não trabalhava, ficava em casa todos os dias), voltou ao grupo com relatórios de visitas a dois locais.

A partir desta atividade, percebemos que as participantes conheciam poucos locais que prestam serviços públicos à população, então, elaboramos um guia de recursos que continha atividades realizadas e endereços, nas áreas da saúde, educação, lazer, atendimentos psicológicos e jurídicos gratuitos, delegacias, sacolões, clubes, telecentros, entre outros, e trabalhamos com elas sobre como acessar cada serviço e suas utilidades.

Na avaliação e reconhecimento desses recursos, pudemos verificar que as participantes até têm acesso aos serviços, mas é a qualidade deles que discutíamos. Os equipamentos de saúde lideravam as reclamações, fato que confirma dados obtidos na pesquisa realizada com familiares de vítimas de violência⁴⁵.

Quando questionadas sobre o que faltava em seus bairros, as participantes falaram em lazer (praças, pistas de bicicleta e *skate*, cinema, teatro, biblioteca), educação (faculdades e cursos técnicos) e segurança (*policimento eficaz e justiça*), aspectos que novamente confirmam os dados da mesma pesquisa citada anteriormente. Esses serviços são oferecidos em maior quantidade nas regiões centrais e não nos bairros mais afastados do centro, onde habitam nossas participantes. Por outro lado, quando questionadas sobre o que mais há em seus bairros, responderam bares, padarias, igrejas e escolas de ensino fundamental.

⁴⁵ PA VEZ, Graziela Acquaviva; OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho. Vidas nuas, mortes banais: nova pauta de trabalho para os assistentes sociais, in: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 70, Ano XXIII, jul. 2002, (São Paulo): Cortez.

Os relatos sobre a condição de seus bairros e equipamentos públicos ou privados sempre vinham acompanhados de falas sobre a violência e o medo que perpassa o cotidiano na periferia da cidade. Mesmo morando em bairros diferentes, todos se encontram em zonas periféricas da capital e a realidade é muito semelhante. O marido de uma participante propôs que saíssem do bairro onde moram, depois da morte do filho, mas ela se recusou e respondeu: *Em qualquer lugar da cidade existe violência*. Outra conta que o marido morreu próximo à sua casa, e que tem medo de morar em seu bairro, pois neste *Tem manda-chuvas e policiais que dizem quem denunciou os traficantes ou ladrões*. Outra participante disse que em seu bairro *Tem lazer, mas esses espaços são ocupados pelos traficantes; tem polícia que pede propina para encobertar os traficantes*".

Embora não pretendêssemos, com esse grupo, negar o fato violento, que é desestruturante na vida de uma família, tentamos explorar as potencialidades dos sujeitos de reestruturarem suas vidas, oferecendo possibilidades para que estas não sejam reduzidas à morte da pessoa querida.

A terceira fase do grupo – Direitos Humanos – foi marcada mais pela explanação, contando com a participação do grupo; um momento que exigia mais explicações sobre direitos, leis, funcionamento do Estado e do Judiciário.

O encontro foi marcado pela frase de uma das participantes: *É o que o povo não tem*, seguida pela opinião de que algumas pessoas são *tratadas como bichos*. Surge, também, uma discussão sobre os direitos que os *bandidos* têm: *Comer, dormir, ter saúde, pra matar mais*. Fazem uma diferenciação entre os direitos dos ricos e dos pobres (os primeiros têm e os outros não). Os coordenadores conduziram a discussão para o exercício dos direitos, mas cada participante falou dos direitos particulares que foram violados. Ainda não havia sido construída uma visão de direitos coletivos e foi nesta direção que seguimos.

Nos encontros seguintes, foram distribuídas cópias da Constituição Federal e trabalhadas questões como direitos e deveres dos cidadãos, dos municípios, Estados e do governo federal. A direção era que as participantes fossem descobrindo caminhos e possibilidades para exercerem sua cidadania. Surgiram questões sobre para quem reclamar quando não tem médico no Posto de Saúde; quem poderia se candidatar a cargos públicos; que função tem os vereadores, senadores, governador, secretários; como e para quem exigir que os direitos sejam cumpridos, entre outros.

A “polícia” foi um assunto muito debatido nos encontros, principalmente quando falamos sobre o papel do Judiciário. Todas as participantes confundiam o papel das instituições; desconheciam a função do Judiciário e atribuíam todas as etapas do inquérito e processo à polícia. Também apresentaram muita desconfiança em relação às investigações feitas pela polícia e a essa instituição e seus representantes. Uma participante disse: *Com a farda, eles têm direito de tudo* e outras acompanhavam dizendo que a polícia *Tem que dar dura*. Uma participante contou que a polícia agrediu seu neto, pois, ao revistá-lo, este estava sem seus documentos e diz pensar que a polícia estava certa em agredi-lo. Ao ouvir a história, outra participante comentou: *Ainda bem que levaram o neto dela vivo pra casa*.

Nos últimos encontros, tratamos dos caminhos legais do inquérito e processo, os trâmites, investigações, funções das polícias militar e civil, dos papéis do promotor, advogado e juiz. Na maioria dos casos, os inquéritos haviam sido arquivados e os que se tornaram processo também. As participantes tiraram dúvidas em relação a “seus casos”, de forma individual, mas conseguiam se ouvir e considerar a situação da outra. Uma participante relatou ao grupo: *Mataram o assassino do meu filho, mas isso não me trouxe alívio, porque meu filho não voltou*. Os sentimentos de descrédito nas instituições e injustiça causam revolta e impotência: *Não tem saída. Se denuncia os assassinos, mandam alguém matar o restante da família*. Algumas participantes falaram em vingança, em fazer justiça com as próprias mãos, e outras dizem confiar na justiça divina.

No final dessa fase, o grupo faz um exercício de síntese, concluindo o jornal em construção. Uma participante resume esta terceira fase:

Com a Declaração dos Direitos Humanos, cheguei à conclusão que saber nunca é demais. Os direitos nunca são respeitados, e a nossa Justiça cada vez mais lenta segue ministrando o bem e o mal, deixando-nos com a sensação de que a luta não vale a pena, que a violência é normal, e a única coisa que não é normal é a nossa falta de conformismo.

Importante dizer que, durante os encontros deste grupo, as participantes firmaram vínculos para além do espaço grupal. Antes de iniciar os encontros, a instituição disponibilizava café e bolachas e as integrantes conversavam e trocavam informações nesse espaço,

consolidando assim um ponto essencial da proposta de todo o trabalho: que o Cravi forneça espaço e ocasião de formação de laços coletivos pelas pessoas que se identificam com demandas semelhantes e que assim saiam de uma posição passiva e identificadas sob o rótulo de vítimas⁴⁶.

Formar esse grupo no Cravi significou o início de uma nova forma de trabalho na instituição – uma aproximação com o trabalho interdisciplinar –, com interessantes resultados para os coordenadores, instituição e participantes. O grupo registrou frequência de 81%, presença bem acima da média de outros dispositivos da instituição. O objetivo de concretizar essa experiência de síntese, por meio da construção de um jornal, foi realizado com bastante empenho dos integrantes, porém não se obteve êxito na publicação desse material.

Alguns participantes continuaram a ser atendidos no Cravi, em outros dispositivos, após avaliação dos coordenadores; outros “se deram alta”, dizendo que tinham recebido elementos para caminhar sozinhos. As duas situações mostraram que esse trabalho foi importante para despertar em alguns o sentido de continuar buscando formas de lidar com a situação da perda ainda na instituição e, em outros, uma forma mais autônoma.

A experiência desse grupo, realizada em 2004, não foi mais desenvolvida como dispositivo institucional, pois houve mudanças na equipe e na gestão do Cravi.

Apesar do dispositivo ter se revelado uma forma adequada de trabalho com as vítimas, não houve sustentação de sua continuidade pela equipe e coordenação, no sentido de incentivar sua continuidade e incluir como direção metodológica e interventiva o trabalho interdisciplinar.

Neste momento, o único dispositivo institucional com alguma perspectiva interdisciplinar é o acolhimento, realizado por profissionais das áreas de Psicologia e Serviço Social em conjunto. Persiste a ideia de que se os profissionais das duas áreas estão juntos, isso significa um trabalho interdisciplinar.

Outros profissionais passaram a compor a equipe e questionar essa visão de trabalho interdisciplinar e outras experiências começaram a surgir. Os acolhimentos passaram a ser feitos por dois profissionais, de áreas diferentes, e o Direito passou a compor este quadro, pois “constatou-se que a escuta necessária ao acolhimento não depende da profissão do técnico, e sim de sua implicação e apropriação quanto aos saberes e objetivos da instituição” (CARITÁ et al, 2006). Formamos uma equipe que

⁴⁶ Relatório final do Grupo Interdisciplinar, 2005.

discute os acolhimentos e atendimentos com a presença e o olhar das três áreas do saber que compõem o quadro da instituição.

Essas conversas e discussões de casos passaram a ser norteadas com perguntas: O que sua área pode fazer por esse sujeito? Acredito que, nesse caso, a Psicologia deveria atuar, o que você pensa? Minha área não tem mais ferramentas para seguir atendendo esse caso, podemos pensar sobre qual área deve assumir o atendimento? Penso que este sujeito está trazendo demandas para o Jurídico e Serviço Social, podemos compor uma dupla de atendimento?

Esse movimento significou um avanço na gestão das áreas de saber, muito diferente da forma como era feito antes:

Em um primeiro momento, o Cravi administrava esses saberes de forma multidisciplinar, os três saberes estavam presentes e atuavam de forma independente. Havia supervisões específicas e núcleos que desenvolviam atendimentos isoladamente na perspectiva de justaposição de saberes e referidas ao conteúdo específico das disciplinas. Observava-se uma segmentação dos saberes nos acolhimentos que eram realizados com profissionais da psicologia e do serviço social, ficando para outro momento, em atendimento apartado, a avaliação da demanda jurídica pelo profissional do direito. (CARITÁ et al, 2006, p.3)

Analisando os dispositivos de acolhimento, os atendimentos e o Grupo Interdisciplinar, pensamos que o trabalho estava sendo realizado de forma multidisciplinar e não interdisciplinarmente. Os profissionais faziam uma avaliação da demanda apresentada pelo usuário no acolhimento e encaminhavam internamente o sujeito no sentido de “separar” o que era demanda para sua área e o que era da área do outro, porém, mesmo atendendo o mesmo sujeito não havia muitas conversas e discussões que “unissem” as demandas desse sujeito. Era uma forma de atender baseada em ‘o que eu posso fazer e o que eu não posso’:

Esta justaposição conduzia a explicações reducionistas sobre o fenômeno da violência, que gerava encaminhamentos imediatos sempre que o profissional sentia seu atendimento atrapalhado por questões que entendia que extrapolavam seu saber. O choro só podia ser escutado pelo psicólogo, que era chamado sempre que isso acontecia; o desejo por justiça só podia ser dito ao advogado... (CARITÁ et al, 2006, p.4)

Desta forma, os atendimentos eram fragmentados, a escuta dissociada da totalidade do sujeito, e passamos a questionar como as áreas de Serviço Social,

Psicologia e Direito responderiam sozinhas a todas as demandas que eram trazidas pelos usuários.

A violência é considerada, por Minayo e Souza (2004), como “um fenômeno polissêmico, polêmico e complexo, que envolve diferentes teorias, interpretações e, conseqüentemente, diferentes formas de intervenção”, por isso entende que essa temática é “um campo de possibilidades interdisciplinar”.

Assim sendo, a equipe percebeu a necessidade de ‘colocar os diferentes saberes’ para dialogar, numa perspectiva oposta à unidade, mas como multiplicidades de conhecimentos,

(...) em que os diferentes saberes não seriam tomados como explicações verdadeiras sobre o sujeito vitimado pelas violências, mas como perspectivas que tornassem manejáveis a experiência. Surgia, então, uma nova forma de gestão dos saberes: a INTERDISCIPLINARIDADE, que sustenta o recorte das disciplinas, propondo um reconhecimento de seus limites e suas potencialidades, seus saberes e seus não saberes. Estes recortes evidenciam suas diferenças e promovem uma tensão questionadora, campo fértil para interlocuções, articulações e problematizações que possibilitam a produção de conhecimentos de diversos relevos à altura da complexidade do fenômeno.(CARITÁ et al, 2006)

Conforme afirma Martinelli (1998), a equipe precisou “estabelecer uma nova relação com o passado, com a profissão, com a instituição e entre os profissionais” para que essa nova forma de trabalho se constituísse. Passamos a ter mais consciência de nossos limites e possibilidades, que extrapolavam as possibilidades colocadas apenas por nossas áreas de saber, já que contávamos com o outro, num exercício de alteridade. Sposatti (1998) explica:

(...) trata-se da alteridade não só no sentido que vem sendo dado, de poder provocar a alteração, mas de construir uma relação horizontal com o outro. Alteridade supõe o convívio da diferença. Esse convívio com o outro supõe a existência da relação consenso/conflito, não para ser execrada, mas como parte das relações e da expressão das diferenças que supõe, efetivamente, a possibilidade do convívio com o heterogêneo. (p. 71)

A partir dessa nova posição, a equipe passou a criar dispositivos de atendimentos interdisciplinares, em que prevaleciam a necessidade do usuário e suas demandas. Os profissionais dispunham de tempo para discutir os casos que estavam atendendo, de supervisão institucional e de reuniões. Dispor desses espaços coletivos de diálogo significava, para a equipe, um investimento da instituição no trabalho interdisciplinar que estava sendo desenvolvido. Segundo Baptista (1998):

(...) por um lado, a instituição tem o monopólio do objeto e dos recursos institucionais, se é ela que define o significado objetivo do papel do profissional e a expectativa que existe com relação a ele, por outro lado, é o modo particular, subjetivo, como o profissional elabora a sua situação na instituição, estabelecendo sua própria ordem de relevâncias, que vai dar sentido do seu trabalho. (...) a situação dada tem o significado de um ponto de referência para um processo constitutivo da ação na instituição, que se realiza na relação intersubjetiva entre profissional/instituição/usuário. (p. 113)

O objetivo da interdisciplinaridade é incluir os diferentes saberes, é escolha por uma forma de trabalho mais democrática e uma posição ética e política. Para On (1998):

Penso a interdisciplinaridade não como um método de investigação, uma técnica didática, um instrumento utilitário, um princípio de homogeneização, ou um modelo metodológico capaz de produzir ideias generalizadoras ou universalizantes. Penso-a, inicialmente, como postura profissional que permite se pôr a transitar o “espaço da diferença” com sentido de busca, de desvelamento da pluralidade de ângulos que uma determinada realidade é capaz de gerar, que diferentes formas de abordar o real podem trazer. (p. 156)

É postura ética e profissional, comprometida com valores de liberdade, alteridade, democracia; exercício de diálogo coletivo e prática política; modo de olhar, escutar e compreender a realidade, o fenômeno a ser desvendado. Sawaia (1998) nos convoca a realizar essa prática a partir das quebras de paradigmas e verdades:

É falsa a ideia de que o múltiplo está na Sociologia, porque tem como objeto de estudo o coletivo, e o uno na Psicologia, porque estuda o indivíduo. Ambas, quando orientadas pelo princípio monista da unicidade, reduzem o seu objeto de estudo ao uno. (p. 99)

Essa e outras discussões sobre os limites e possibilidades de cada área de saber permearam a construção do trabalho interdisciplinar no Cravi. A relação consenso/conflito era cotidiana, nas discussões entre os profissionais. Porém, sempre buscávamos retornar à nossa direção geral de atender as vítimas indiretas da violência na perspectiva da autonomia, do acesso a direitos e à cidadania, no que se apresentasse de materialidade e subjetividade desses sujeitos.

Conforme explica Sawaia (1998):

Estudar os fenômenos subjetivos e os fenômenos sociais como mediações é colocar em relação dialética diferentes níveis de análise: o intra e o interindividual, o intra e o intergrupai, o intra e o intercultural, enfim..., é restabelecer a identidade entre sociedade e homem, entendendo que um é igual ao outro, embora um seja diferente do outro. É compreender que nada aparece

como coletivo sem que antes tenha sido vivido, subjetivamente, enquanto necessidade e sentimento do Eu. E que essas necessidades e sentimentos são sociais e não naturais ou genéticos. (p.101)

No Grupo Interdisciplinar, participaram as três áreas, pois uma não conhecia a dimensão do que a outra área poderia realizar. As três áreas se complementavam e se acompanhavam, com o objetivo de dar conta das demandas, mas cada uma abordando somente as temáticas que julgava ser de sua competência. Algumas vezes, após os encontros do grupo, um profissional dizia ao outro: *Tive vontade de dizer algo naquele momento, mas não disse, pois esses eram os seus encontros*. Como o Grupo Interdisciplinar foi dividido em blocos, cada bloco ‘pertencia’ a uma área do saber e achávamos que tínhamos que pedir ‘permissão’ para ‘entrar’ na área do outro.

Em consonância com os norteadores sobre interdisciplinaridade, a equipe, já em 2006, passou a propor um novo dispositivo institucional interdisciplinar, o Grupo de Cidadania. Diferente do Grupo Interdisciplinar, no qual as três áreas faziam parte da coordenação do grupo, neste participariam quaisquer profissionais das áreas de saber que compunham o Cravi. De outra forma, também foram pensados os temas que seriam abordados neste grupo: falaríamos de questões subjetivas e materiais que abarcassem as demandas escutadas nos atendimentos psicológicos, sociais e jurídicos.

4.2 Efetivando a Proposta de um Trabalho Interdisciplinar: Grupo de Cidadania

A metodologia do Grupo de Cidadania diferenciava-se da praticada no Grupo Interdisciplinar por agregar os três saberes contidos na instituição (Direito, Psicologia e Serviço Social) e podia ser organizado por qualquer um dos profissionais. Além disso, o grupo não se dividiria em módulos pertinentes a cada área, mas seriam abordadas temáticas transversais a todas as áreas, a partir das particularidades dos atendimentos aos familiares de vítimas de homicídio.

Sendo assim, considerávamos que:

(...) afeto, identidade, emoção, necessidade são questões sociopolíticas, tanto quanto instituição, classe social, relações de poder, trabalho são questões subjetivas. São passagens de uma instância a outra, onde estão sempre em confronto o uno e o múltiplo. Quando esse confronto é bloqueado, cessa o movimento(...) (SAWAIA, 1998, p.101)

Assim, em 2006, foi elaborado o projeto do Grupo de Cidadania, apresentado e discutido com toda a equipe, tornando-se um dispositivo grupal interdisciplinar, que, neste momento, seria executado por um profissional do Serviço Social e dois profissionais da área de Psicologia.

O grupo teve como objetivos:

estimular a vivência do protagonismo social, promover questionamentos sobre as formas de constituição dos laços sociais, problematizar o acesso às instituições e/ou redes de apoio e a circulação no próprio território ou comunidade. (CARITÁ, ERNESTO; OLIVEIRA, 2008, p.120)

O convite para a participação dos usuários do Cravi foi feito por meio de cartazes afixados na recepção do serviço e por indicações de outros profissionais da equipe. Os critérios para a participação no grupo eram:

usuários que falam sobre a vontade de expressar seus sentimentos e demandas num espaço coletivo, buscando compartilhar, multiplicar e publicizar suas experiências de violações de direitos e a construir ações pertinentes em relação à repetição da violência; não serão inseridos no grupo indivíduos em surto, altamente agressivos, com extrema dificuldade de se expressar ou com tendências a monopolização da fala. (CARITÁ, FEDRI, OLIVEIRA, 2008)

Estes critérios eram inicialmente utilizados e depois discutidos e avaliados em equipe e com o usuário.

O convite convocava para uma participação coletiva e cidadã, a partir de posições singulares de cada sujeito, para a troca de saberes entre os participantes e profissionais.

O grupo seria composto por três coordenadores e por participantes vítimas de violência. As funções dos coordenadores seriam diferenciadas em relação aos seus papéis dentro da dinâmica grupal: “Um profissional desempenhará o papel de observador e os outros dois terão os papéis de facilitadores nas discussões e tarefas grupais” (CARITÁ, ERNESTO, OLIVEIRA, 2008, p.124).

Os profissionais teriam as seguintes funções:

pré-selecionar temas para as tarefas do grupo, mediar discussões e promover diálogos que convocassem o grupo para pensar em suas potencialidades, posições subjetivas, lugares e laços sociais e escolhas, de forma pertinente em relação às demandas que os fizeram procurar o grupo. Além disso, a posição das coordenadoras seria criar “condições para a gestão e produção coletiva, evitando cair na manipulação e na sugestão”. (CARITÁ, ERNESTO, OLIVEIRA, 2008, p.124)

A justificativa para a criação de tal dispositivo se dava pelo fato de que muitas vítimas indiretas de homicídio, após a perda violenta, sentiam-se confusas, isolavam-se, ficavam sem referências, imaginando-se culpadas pela violência que as atingia:

A justificativa para a realização deste Grupo de Cidadania está relacionada com a possibilidade de simbolização desses sentimentos e de elaboração conjunta de uma realidade social, visando, através da fala e de ações pertinentes, a uma construção de sentido coletivo – para aquele grupo singular – em relação aos temas cidadania e direitos humanos. A aposta é de uma responsabilização conjunta para essas queixas e demandas, pois não há respostas prontas ou imediatas para essas questões.

Nessa direção, entendemos que o Grupo de Cidadania possibilita a construção de um discurso coletivo que tenha pertinência e faça sentido num coletivo maior, na sociedade. Isso pode ser entendido como uma forma de publicizar as violações de direitos sofridas no particular e encontrar formas coletivas de atravessar essas violações por meio do exercício de cidadania.

Através da construção de um discurso grupal apostamos numa escuta/fala que reitera um lugar no mundo, constituindo espaços de participação e trocas inerentes ao exercício da cidadania (CARITÁ, FEDRI, OLIVEIRA, 2008).

Ao longo do trabalho, foi utilizada como metodologia a relação de diálogo com o usuário, com intervenções que partem dos princípios da construção de um “corredor de confiança”, sigilo, o partilhar e a troca de experiências, como exercício de alteridade e protagonismo social.

Por meio dessa metodologia:

(...) pode-se obter novos produtos: um conhecimento diferente e inovador - que se constrói das reflexões a partir de uma informação transmitida -, constituição de laços sociais pela realização de prática dialógica e uma possibilidade de cada um pensar no seu lugar social. Tal intervenção incide, portanto, nas questões de alienação e responsabilização do sujeito, naquilo que se articula com cidadania, posicionamentos e escolhas. (CARITÁ, ERNESTO, OLIVEIRA, 2008, p.121)

A busca dos participantes por referências, informações e direitos é considerada oportunidade importante de resgate da cidadania. *Realizar uma intervenção que contextualize seu lugar social, o momento histórico e seus desdobramentos, provoca o sujeito a se posicionar de outra forma e buscar alternativas coletivas.* (CARITÁ ERNESTO, OLIVEIRA, 2008, p.121)

A escolha pela interdisciplinaridade deu-se por reconhecermos que cada disciplina tem seus limites e potencialidades, e suas diferenças promoveriam *uma tensão questionadora, campo fértil para interlocuções, articulações e problematizações*

que possibilitam a produção de conhecimentos de diversos relevos à altura da complexidade do fenômeno violência (CARITÁ et al, 2006).

Essa metodologia tem como objetivo:

abordar principalmente construções coletivas, mas também valorizar a subjetividade dos sujeitos a partir do que ele deseja e nomeia como cidadania, entendendo esse sujeito constituído a partir do outro, da sociedade, da cultura. Buscamos, assim, mobilizar os desejos singulares provocando-os em direção a uma coletividade. (CARITÁ, ERNESTO, OLIVEIRA, 2008, p.121)

Portanto, “consideramos o sujeito na articulação entre a constituição e o papel da subjetividade em sua dimensão sócio-histórica. Nossa aposta é de manter uma tensão questionadora a respeito dessa relação” (CARITÁ, ERNESTO, OLIVEIRA, 2008, p.122).

A metodologia também se constituiu pela abordagem dos grupos operativos que,

com suas propostas de “aprender a pensar”, “romper estereótipos”, “elaborar as ansiedades ante a mudança”, criaram condições para que as palavras e corpos sufocados nas hierarquias instituídas pudessem se pôr em movimento, ligar-se a outras formas sociais, criar novos sentidos para as práticas coletivas. (FERNÁNDEZ, in: CARITÁ et al., 2008, p.124-125)

As temáticas dos encontros foram preestabelecidas pelos coordenadores, sempre tendo em vista a discussão, e foram utilizados facilitadores, como textos, vídeos e músicas. Após esse primeiro momento abria-se espaço para que os participantes do grupo elessem temas que gostariam de continuar discutindo ou que fossem aprofundados.

Havia também um direcionamento metodológico de trabalharmos o ‘dentro e fora’ do grupo. Essa proposta consistia na escolha, pelo grupo, de pessoas que fossem falar sobre os temas eleitos dentro do Cravi e que, posteriormente, o grupo fosse ‘para fora’ conhecer instituições e/ou organizações, ou participar de eventos, seminários e/ou palestras que tratassem dos temas escolhidos. A necessidade que os usuários apresentavam por outras referências, por visibilidade e conhecimentos justifica essa opção. A troca de saberes dava-se entre os participantes e coordenadores e também com outros atores que não pertenciam àquele espaço.

Outro elemento utilizado desde o início dos encontros foi o ‘diário de campo’, ou seja, eram distribuídos cadernos nos quais os sujeitos podiam registrar qualquer informação, notícia, evento, situações vividas ou presenciadas que tivessem relação com

os assuntos discutidos no grupo. Poderiam, se assim decidissem, dividir isso com o grupo ou permanecer com o registro em seu próprio diário.

Desde o início do grupo, era contratado com os participantes a elaboração de um produto que representasse o processo e desenvolvimento grupal. Essa proposta era trabalhada ao longo do grupo e produzida nos últimos encontros.

A experiência interdisciplinar do Grupo de Cidadania teve essencialmente como direção ético-política uma prática social voltada para o processo de transformação social da realidade das vítimas indiretas de homicídio. Entendemos que, mesmo antes de colocar em prática essa posição pela interdisciplinaridade, as equipes e as instituições nas quais atuam precisam definir se o projeto e os objetivos institucionais têm como direção comum a escolha pela prática social, pois essa prática demanda posição de alteridade, posição ético-política em consonância com valores democráticos, plurais e de liberdade; a escolha por trabalhar por uma sociedade mais equitativa, justa, com a participação de toda a sociedade. Segundo Martinelli (1998, p. 147-148), essa ‘prática social’ entendida como:

- expressão do saber: implica que não há prática pronta, como também não há prática neutra: sua produção como teoria em movimento é um ato coletivo, político, uma ação cooperativa e complementar entre sujeitos sociais, sejam elas agentes ou usuários institucionais;

- prática educativa: é a expressão concreta da possibilidade de trabalharmos com os sujeitos sociais na construção de seu real, de seu viver histórico. É uma prática que se despoja da visão assimétrica dos sujeitos com os quais trabalha e que se posiciona diante deles como cidadãos, como construtores de suas próprias vidas. É, portanto, prática do encontro, da possibilidade do diálogo, da construção partilhada;

- prática política: não há prática social que não seja política, pois essa é a sua natureza constitutiva, a sua razão de ser. A prática social, dialeticamente concebida, na perspectiva que estamos trabalhando, é, por excelência, a possibilidade de operar com projetos políticos que tenham por horizonte a consolidação da democracia e o fortalecimento da cidadania. Trata-se, portanto, de uma prática que parte de uma teleologia e que constrói, juntamente com a população usuária, mediações consistentes para atingi-la, articulando-se permanentemente às práticas concretas das classes sociais. Em outras palavras, trata-se de uma prática que assume plenamente a sua vocação social e seu compromisso político.

O projeto passou por algumas transformações ao longo dos anos e foi realizado na instituição em 2006, 2007 e 2009. O dispositivo foi desenvolvido na instituição, nesses anos, pois obtivemos respostas positivas, principalmente dos participantes.

O desenvolvimento e os resultados desse trabalho é objeto desta dissertação e, assim, trataremos dessas informações no Capítulo 5.

5 SITUANDO A EXPERIÊNCIA

*Se uma cidade pequena se reunir vai ser como nosso grupo.
Isso que tamo fazendo aqui: se juntar para fazer alguma coisa.*
(Participante do Grupo de Cidadania, 2006)

5.1 Metodologia de Pesquisa

Passados dez anos de trabalho com a temática da violência, dos Direitos Humanos e com os familiares de vítimas de violência, principalmente no Cravi, em 2008, sentimos a necessidade de buscar a Universidade para encontrar outras respostas para questões que me instigavam profissionalmente.

Apresentamos um projeto de pesquisa cujo objetivo era discutir a identidade e o lugar social das vítimas indiretas de violência e a prática profissional. Porém, ao longo dos dois anos no mestrado, fomos percebendo que o projeto pretendia discutir o momento atual da experiência profissional com os familiares de vítimas de violência. Faltava dizer e escrever todo o percurso desse trabalho, com seus erros e acertos, os limites e as possibilidades, enfim, nossa trajetória profissional com esses sujeitos, que fizeram parte do nosso cotidiano, tornando-se também sujeitos desta pesquisa.

Desta forma, o projeto inicial foi se transformando, assim como nossa trajetória profissional, e assim se apresenta hoje.

Partimos do princípio de que a violência aparece no trabalho cotidiano dos Assistentes Sociais, nos vários lócus institucionais, porém a profissão não considerava essa temática como transversal ao seu fazer profissional. Desta forma, percebemos que esse campo de atuação carecia de estudos e pesquisas que tivessem como objetivo compreender as complexas tramas da violência, os sujeitos mais diretamente envolvidos e suas demandas.

A pesquisa PUC-Fapesp-Cravi e o TCC foram referências importantes, nesse sentido, já que apresentaram essas tramas, os sujeitos e respectivas demandas, a partir de suas falas, sentimentos, compreensões e avaliações.

A continuidade da escuta e do trabalho com os familiares de vítimas de homicídio ou vítimas indiretas de homicídio foram trazendo novas inquietações e a

necessidade de compreensão e desvelamento de outras questões que se colocavam no trabalho cotidiano.

Novas formas de abordagem e trabalho com estas famílias surgiram, no decorrer dos anos no Cravi, e um dispositivo, em especial, nos chamou atenção, o Grupo de Cidadania. Utilizamos os relatos desses grupos recolhidos nos anos de 2006 e de 2009, por terem sido a primeira e última experiência do Grupo de Cidadania feita na instituição até o momento desta dissertação. Também foram nesses dois grupos que esta pesquisadora participou como Assistente Social e coordenadora.

A atual pesquisa justifica-se pelo fato de ainda precisarmos aprofundar nosso conhecimento em relação às vítimas indiretas de homicídio, seus desejos e necessidades, formas de resistência e luta no enfrentamento da violência, suas falas em relação ao vivido e lugares socialmente construídos, possibilitando, aos profissionais que trabalham com a temática, realizar um trabalho de mobilização de potências de transformação desses sujeitos e dessa situação.

Algumas perguntas nos mobilizaram a fazer essa investigação:

- Que esses sujeitos têm a dizer sobre a experiência que passaram em relação à violência?
- Quais as formas de resistência e luta desses sujeitos?
- Conhecer as informações acima possibilita aos profissionais que trabalham com a temática da violência mobilizar o potencial de transformação dos sujeitos e da situação?
- Porém, como realizar esse trabalho, com quais bases norteadoras, em direção a qual projeto ético-político e esperando quais soluções e resultados?

Nossa hipótese é que o Grupo de Cidadania, trabalho feito com equipe interdisciplinar, é um dispositivo que possibilita conhecer e ter indicações de quem são esses sujeitos, suas necessidades e lutas. Esse espaço coletivo possibilitou muita troca de saberes, acesso a direitos e o exercício da cidadania. Portanto, acreditamos que o trabalho no grupo permitiu mobilizar potências de transformação em seus participantes.

Sendo assim, nossos objetivos foram:

- Aprofundar o conhecimento sobre as vítimas indiretas de homicídio, o que pensam em relação ao fato violento (homicídio) e quais as formas de resistência e luta em relação à violência;

- Avaliar e demonstrar as possibilidades que os profissionais têm em mobilizar potências transformadoras desses sujeitos e situação.

5.2 Grupo de Cidadania de 2006

O Grupo de Cidadania de 2006 era composto por três coordenadores, duas psicólogas e uma Assistente Social, e por nove participantes, sendo dois homens e sete mulheres, todos vítimas indiretas de homicídio ou latrocínio. Desses, relataremos um breve perfil em consonância com os objetivos desta dissertação:

- Homem 1: pai de vítima direta de homicídio: filho foi assassinado pela polícia;
- Homem 2: pai de vítima direta: filho desapareceu na ocasião dos crimes de maio de 2006⁴⁷. Pai de outra vítima direta de homicídio: filha foi assassinada; sem identificação do autor;
- Mulher 1: mãe de vítima direta de homicídio: filha foi assassinada em decorrência da violência doméstica que sofria do companheiro;
- Mulher 2: mãe de vítima direta de homicídio: filho foi assassinado na ocasião dos crimes de maio de 2006;
- Mulher 3: companheira de vítima direta descrita acima, nora da Mulher 2;
- Mulher 4: companheira de vítima direta de homicídio: companheiro foi assassinado por engano, na ocasião de disputa entre traficantes do bairro;
- Mulher 5: companheira de vítima direta: companheiro foi assassinado em situação não esclarecida;
- Mulher 6: tia de vítima direta de homicídio: sobrinha foi morta em consequência de lesão corporal culposa. Mãe do autor do crime;
- Mulher 7: mãe de vítima direta: filho foi assassinado numa situação de latrocínio.

⁴⁷ Por crimes de maio de 2006 denominamos: “Em 12 de maio de 2006, a organização criminosa ‘Primeiro Comando da Capital’ (conhecida pela sigla PCC) deflagrou uma série de rebeliões em presídios em todo o Estado de São Paulo, com a participação de milhares de presos, que fizeram mais de uma centena de reféns. Enquanto as rebeliões ocorriam no interior do sistema carcerário, postos, viaturas, delegacias de polícia, cadeias, presídios e diversos prédios públicos foram alvos de ataques armados nos quais policiais e agentes penitenciários eram os alvos prioritários. A polícia, então, reagiu. As folgas e férias foram canceladas e todo o efetivo saiu às ruas. Instalou-se um clima de guerra e os dias que se seguiram foram repletos de notícias sobre inúmeras mortes de dezenas de “suspeitos”. De 12 a 21 de maio de 2006, na chamada semana sangrenta, centenas de pessoas foram mortas”. (Informação extraída do documento *Análise dos Impactos dos Ataques do PCC em São Paulo em Maio de 2006*, produzido pelo Conectas Direitos Humanos, São Paulo, maio de 2009)

Foram realizados 19 encontros, uma vez por semana, e com a duração de uma hora e meia. Divididos em três módulos, contemplavam as etapas do desenvolvimento do processo grupal:

o primeiro módulo teve como objetivo a apresentação dos sujeitos e de seu percurso nas instituições e no Cravi, a formação de um contrato de grupo, a abordagem e reflexão sobre os desejos individuais e coletivos, a introdução da discussão do conceito de cidadania e a escolha do grupo por temas relacionados aos desejos coletivos. O segundo módulo contemplou as escolhas do grupo por temas e as formas destes temas serem trabalhados (dentro e fora do Cravi). O terceiro módulo abordou o fechamento do processo grupal e a construção do produto, o Livro de Cidadania. (CARITÁ, ERNESTO, OLIVEIRA, 2008, p.125)

Desta forma, apresentamos a seguir sínteses dos 19 encontros, agrupados pelos módulos relevantes para a avaliação:

Módulo 1 – Desejos individuais e coletivos (1º ao 5º encontro)

Esse primeiro módulo foi constituído por cinco encontros, que tinham por objetivo a integração do grupo e o levantamento dos desejos individuais, coletivos e grupais.

No primeiro encontro, os participantes se apresentaram uns aos outros e as falas sempre se remetiam ao fato ocorrido, ou seja, o motivo pelo qual eles haviam chegado ao Cravi. O desejo e a necessidade de contar sobre a violência vivida também marcou esse primeiro momento:

Sempre trabalhei, sou casado e tive três filhos. Também fui alcoolista, mas parei há 22 anos. Tinha uma vida maravilhosa. Esse menino que faleceu, não sei se faleceu mesmo⁴⁸. É uma perda irreparável. Quando ele estava vivo, ele fazia barulho, agora não tem mais este barulho. Também perdi outra filha, assassinada, há oito anos. Meus planos não se concretizaram até o final.

Outro ponto observado diz respeito à dor e ao sofrimento. Nesse início, apareceram falas dos integrantes que diziam que era bom estar no grupo, pois se percebia *outras pessoas com problemas piores*. Essa fala remetia os coordenadores a pensar que, ao participarem de um espaço coletivo, havia a conotação de que aquele espaço poderia se tornar um “espetáculo” para os participantes, e esse não era o objetivo.

⁴⁸ Filho desapareceu após os crimes de maio de 2006.

Uma situação ocorrida no final de um encontro entre duas participantes também nos indicou outro cuidado a ser tomado na dinâmica grupal. A participante que é tia de vítima e mãe do réu observou que o nome de sua cunhada (mãe da vítima) estava na lista dos integrantes do grupo e questionou sua presença, dizendo que não se sentiria bem se as duas participassem daquele espaço. Outra participante disse que se fosse com ela, não entraria no grupo e que ouvir a história de uma mãe de vítima era muito diferente de ouvir a história da mãe do réu.

O fato demonstra a dificuldade de enfrentamento do binômio vítima-algoz e provocava os coordenadores a pensar na questão: Quem é vítima e quem tem direito a ser atendido no Cravi? Como provocar outras posturas éticas referenciadas na alteridade e tolerância? Como incluir “o excluído”, “o diferente”, se essa é justamente uma questão fundamental para atravessar o circuito da violência?

No decorrer dos encontros, os integrantes falaram inúmeras vezes sobre a banalização da vida e da violência, que traz como consequência a invisibilidade perversa, ou seja, todos sabem, mas ninguém quer ver ou participar. Isso faz com que os familiares sejam culpabilizados pela morte violenta de seus entes e, muitas vezes, ameaçados por querer saber sobre a autoria do crime:

Meu caso é mais um caso, porque ninguém quer falar, a polícia o levou e deu cinco tiros de cima para baixo. Um policial mandou me avisar que eu estou correndo risco de vida, porque estou querendo saber demais. Eles matam meu filho de graça e ainda me ameaçam.

Lá fora todo mundo é individualista, aqui é diferente. Todo mundo tem o mesmo problema. Lá fora você fala com as pessoas e quando vira as costas elas te apontam e dizem que o que aconteceu é culpa dos próprios pais, que não cuidaram direito do filho.

As discussões sobre os desejos individuais, coletivos e grupais foram acompanhadas por posições de potência e impotência diante do fato violento. Os familiares dizem desejar justiça, mas não acreditam que isso aconteça, pois são pobres, não têm os direitos respeitados e seus “casos” não estão na mídia. Então, surgiam falas relativas à vingança e falas sobre a “impossibilidade” de se realizar justiça, já que alguém havia perdido a vida. O desejo, que vinha acompanhado de impotência, era de ter a pessoa de volta.

Os desejos coletivos apareceram na forma de desejo por direitos básicos: moradia, emprego, saúde, saneamento básico, educação, lazer, entre outros. Os participantes fazem uma distinção entre os direitos assegurados em lei e a falta de sua

aplicabilidade; dessa forma, como os direitos não são exercidos e assegurados, passam a ser vistos como privilégio. A ‘falta de direitos’ é atrelada à desigualdade social. Quando questionados pelos coordenadores sobre o desejo por segurança e justiça (falas freqüentes nas discussões) os integrantes disseram:

Do jeito que a gente está? Se colocar segurança na rua a gente fica sem segurança”. (referindo-se aos policiais, que podem levar as pessoas para um lugar e matar)

Liberdade até temos, só não temos segurança... está no papel, mas não temos o direito de ir e vir, como aconteceu durante os ataques do PCC.

Falas como as descritas acima permearam a maioria dos encontros até o final do grupo. Observamos que as vítimas indiretas passam por um processo de indefinição ou confusão a respeito de seus valores e referências. Relatam que sempre ensinaram seus filhos a confiarem na polícia e foi esta que os matou; que sempre acreditaram na Justiça, mas não têm resposta para seus “casos”; que os direitos estão escritos, mas não são realizados:

Não aguento mais falar desse nome: Justiça. Devia ser Injustiça.

Módulo 2 – Trabalhando as temáticas (6º ao 13º encontro)

Esse módulo foi composto por oito encontros e teve como objetivo a escolha, pelos participantes, de temas a serem aprofundados e as formas como seriam discutidos. Essas formas tinham o propósito de trazer outras pessoas para dentro do grupo e também levar o grupo para fora da instituição Cravi, conhecer outras propostas e/ou pessoas.

O sexto encontro foi especialmente marcado por acontecimentos novos e inesperados para os coordenadores. Um dos integrantes relatou ter vivido a experiência de ter participado de um evento público, no centro da cidade, no qual ele e sua filha falaram sobre o desaparecimento do membro da família, durante os crimes de maio de 2006.

A experiência mobilizou os participantes para a tarefa de refletirem sobre o que aquele grupo tinha em comum, para então pensar em temas a serem discutidos e aprofundados. As respostas foram:

- Têm os mesmos objetivos e expectativas: *carregam a violência e o trauma, mas têm esperança;*
- Necessidades básicas do cotidiano que são: *dever do Estado e direito das pessoas: desejo por justiça;*
- *Direito de falar e ter uma resposta;*
- *Sem resposta.*

A opção por *sem resposta* ou “não ter uma resposta” foi fator inesperado para a coordenação.

Após essa fala, uma mesma integrante disse que outro participante, cujo filho estava desaparecido, *não teve uma violência*, e o grupo se incomodou. Uma terceira participante respondeu: *A dor é igual e eu me coloco no lugar dos outros.*

A esse respeito, pensamos que o familiar que teve o filho desaparecido personifica o *sem resposta*: Não há explicação para o fato violento ocorrido, portanto, sobram perguntas sem respostas: Por quê? Por que comigo? Por que dessa forma?

Os encontros seguintes foram marcados pelas tentativas do grupo em escolher, dentre os temas que circulavam no espaço, aqueles que gostariam de discutir mais. Muitos falaram em *desigualdade social* e *desejo de justiça*, porém, havia duas integrantes que insistiam nas questões do *trauma, sofrimento e dor*.

Diante do *sem resposta*, dos *direitos que não são atendidos*, da *falta de justiça*, causados pela violência, o grupo decidiu discutir essas quatro temáticas, que foram representadas da seguinte forma:



Justiça, Violência e Desigualdade Social são representadas em relação, uma influenciando e sendo influenciada pela outra; todas permeadas por Sentimentos. A Justiça é falada como *falta de justiça* em relação ao fato ocorrido; a Violência representa que a morte não ocorreu de forma natural; a Desigualdade Social é entendida

como falta de direitos e Sentimentos representa a saudade, a dor e a luta cotidiana para superar a perda. Uma participante explica o ciclo a partir de sua história:

Meu marido foi morto, fui mal tratada quando fui pedir ajuda na delegacia, porque eu queria justiça.

A partir dessa escolha, seguimos discutindo essas temáticas. Os coordenadores utilizaram conceitos sobre Justiça, Violência, Desigualdade Social, Exclusão Social, Banalização da Vida, Relação entre Vítima e Algoz e Índices sobre Desigualdade e Exclusão Social, escritos em tarjetas, que foram distribuídas entre os integrantes, que liam e depois eram abertas as discussões. Os conceitos apresentados não tinham o objetivo de ser “verdades” ou restringir a conversa, ao contrário, visávamos utilizá-los como alternativas para a visão do “senso comum” e como disparadores da discussão.

O diálogo foi bem aproveitado pelo grupo, que demonstrou muito interesse pela discussão. Sobre as várias formas de violência (urbana, doméstica, sexual e de gênero), surgiram posições sobre uma sociedade permissiva em relação à violência contra a mulher: *A sociedade permite que os homens agridam*. Uma participante relatou ter sido estuprada por seu marido durante os 20 anos de seu casamento e que sua família dizia para ela *aguentar a situação*; outra integrante falou sobre a violência doméstica na qual era vítima e algoz e da perpetuação desse ciclo, pois agia da mesma forma com seus filhos.

Uma participante questionou o conceito de “vidas matáveis” e outra explicou: *São as pessoas de ruas. São pessoas que não vivem na sociedade, que são excluídas*. Ao apresentarmos os índices de exclusão social⁴⁹, por meio da visualização do mapa da cidade de São Paulo, os familiares reconheceram seus bairros como pertencentes aos de maior exclusão: *Eu me encaixo em quase todos esses aí*.

Nesse módulo, observamos uma mudança do grupo: Os integrantes passaram a contar outras histórias violentas que haviam vivido. Durante a discussão dos conceitos, iam se reconhecendo como participantes daquele ciclo. Falavam sobre a banalização dos sentimentos e da relação com o outro:

⁴⁹ Índices retirados do *Atlas da Exclusão Social*, Marcio Pochmann.

Antes, eu me comovia com a dor do outro, agora parece que eu endureci, as pessoas falam de violência, mas eu nem consigo ouvir direito, parece que ficou uma coisa banal.

Sobre a proposta de trabalhar o “dentro e fora”, o grupo escolheu receber a visita de duas acadêmicas estudiosas da temática da violência; e no décimo primeiro encontro contou com a presença das docentes Isaura Isoldi e Luzia Baierl, da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, que falaram, dentre outros temas, sobre mobilização social. O grupo interessou-se muito por essa temática, que refletiu na escolha por visitar uma instituição localizada na zona sul da cidade. Os participantes saíram do Cravi junto com a coordenação do grupo para irem ao Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP).

Após o contato com as acadêmicas e a ida ao CDHEP, o grupo passou a se interessar e falar sobre a vontade de “montar um fórum” como o que haviam visitado, porém, na zona leste, local de moradia da maior parte dos participantes. Outros dizeres foram significativos, demonstrando a mobilização do grupo para o coletivo:

Para nós conseguirmos algumas coisas na Justiça precisamos nos unir.

Foi bom saber que existem outras pessoas preocupadas com isso. (violência)

É bom a gente conversar, se reunir em grupo. Falar pra fora, transmitir.

*Depois que comecei a frequentar esse grupo eu participei de várias coisas.
(eventos de mobilização social)*

Os participantes, além de se reconhecerem no circuito da violência, também passam de uma posição mais individual e individualista para uma posição de ver o outro, considerá-lo numa alteridade, buscando a mobilização coletiva.

Módulo 3 – Fechamento do grupo e construção do produto (14^o ao 19^o encontro)

O módulo foi formado por seis encontros e teve como objetivo o fechamento do processo grupal e a construção de um produto que representasse essa trajetória coletiva.

Os integrantes sabendo ser a última etapa do grupo, passaram a narrar as mudanças observadas em si e nos outros, e sobre a função do espaço grupal:

Eu me sinto renovada quando venho aqui.

Eu mudei bastante. Antes não conseguia pensar na morte do meu filho.

É muito bom. Participar, conhecer pessoas, ver o problema de cada um, pensar nos outros.

Essa última frase foi dita por uma participante que, no início do grupo, dizia vir aos encontros, pois havia

outras pessoas com problemas piores.

A diferença entre as duas falas demonstra mudança de posição em relação a si e ao outro, uma aproximação com os objetivos do grupo, o reconhecimento do espaço grupal como espaço coletivo, de acolhida, compartilhamento de saberes e troca.

O grupo também inicia uma conversa sobre o que gostariam de fazer:

transmitir; falar para fora; que outras pessoas saibam; dividir o peso; multiplicar.

O desejo do grupo passa a ser:

fazer alguma coisa, de forma unida e juntos.

Para fazer o quê?

O bem e solidariedade.

Os familiares apresentam ideias para o produto e se dividem entre a proposta de fazer um DVD com os depoimentos de cada um; montar um fórum na zona leste com vítimas de violência e fazer um livro com depoimentos e a história do processo do grupo. E, quando questionados pelos coordenadores sobre os objetivos (por que, para que, para quem e onde divulgar), respondiam:

Eu acho que a gente tem que passar (a experiência do grupo) adiante, para outras pessoas, levar para outras pessoas que não conhecem.

Conquistamos um espaço para poder falar, conhecer outras pessoas. (E propõe que o grupo passe a se reunir na casa de alguém e que convidem outras pessoas.)

Tem que levar pra mídia, jornal, emissora... .

O Brasil todo tem que saber.

Não adianta contar só minha história, tenho que dizer o que eu quero (justiça). Senão, a pessoa vai ler o livro e falar: “Tadinha, como dói...”.

O grupo enfatiza muito a necessidade de levar informações para as pessoas que desconhecem os serviços, instituições e o percurso a ser realizado após uma perda violenta. Demonstram preocupação com outras vítimas da violência e que estas não passem pelo que eles passaram por não terem informações. Reconhecem a situação que vivenciaram e escolhem partilhar conhecimento com outras vítimas que são invisíveis para a sociedade. Querem ser vistos, reconhecidos em sua luta e acessar outras vítimas ainda invisíveis.

No penúltimo encontro, o grupo decide fazer um livro que contenha o depoimento de cada participante e que os coordenadores ajudem relatando o percurso grupal. Durante a elaboração e escrita dos depoimentos, os participantes falam das dificuldades em relatar suas histórias:

Eu fiz mais ou menos; não escrevi tudo o que eu queria falar.

Não dá (para escrever), porque ainda não tem um final. Tem começo e meio, mas ainda não tem final.

Esta última fala remete novamente ao *sem resposta*, ao movimento constante das vítimas entre a potência e a impotência, à busca por respostas, explicações e soluções. Para que consigam algo precisam buscar, exigir direitos e lutar por eles.

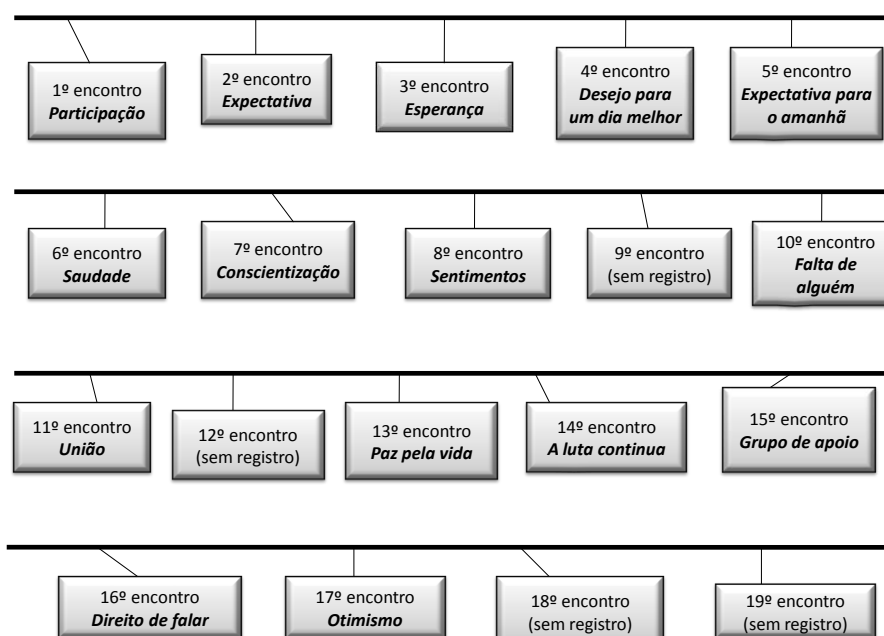
Após os avanços e recuos na elaboração do produto, no último encontro, o grupo escreveu uma introdução para o livro:

Há, neste livro, os relatos de famílias que sofreram com a perda de seus filhos, filhas e maridos. Todos têm em comum o desejo de justiça e buscam, nos encontros do Grupo de Cidadania do Cravi, uma resposta para seus sofrimentos. Encontramos espaço para falar e ouvir, desabafar, aprender a lidar com os sentimentos, amparo, saídas para os problemas, orientações e desejos de dias melhores. Recebemos orientações sobre cidadania. Tudo isso contribuiu para dar força, esperança, qualidade de vida, ter otimismo, caminhar sem medo e ser cidadão.

Embora cada integrante tenha escolhido escrever sua própria história, nesse processo de elaboração do produto, alguns participantes ajudaram outros na tarefa, e, no

final, produziram coletivamente uma apresentação sobre aquele produto, num exercício de síntese sobre seus desejos, conquistas, aprendizagens e trocas.

Desde o início até o final do grupo, havia uma tarefa que era realizada regularmente: Em cada início de encontro, era proposto, pelos coordenadores, que os participantes pensassem num nome para o encontro anterior. Essa tarefa tinha como objetivo que o grupo relembresse as discussões ocorridas no encontro anterior e as sintetizasse em um nome ou frase. Os nomes escolhidos eram então escritos numa folha e colocados num varal. Essas tarjetas simbolizavam o percurso, as produções e sínteses grupais. A seguir apresentamos, por meio dos nomes dos encontros, a trajetória grupal⁵⁰:



A partir da singularidade de cada um, os participantes constroem a particularidade grupal: Todos passam a se ver na trama da violência, e, a partir desse lugar, se consolidam como grupo, estabelecem uma rede de solidariedade entre eles, e elaboram um produto que pede visibilidade para suas histórias e justiça em relação à violência. Escolhem contar suas experiências para outros que também podem passar por essa situação. Multiplicam, dividem, se colocam em relação aos outros participantes do

⁵⁰ Os encontros sem nome são de inteira responsabilidade dos coordenadores do grupo, que não registraram essa informação.

grupo e a outros de fora deste. Ao sem resposta, foi construída uma possibilidade, o livro do Grupo de Cidadania.

Passados mais de dois anos após o término do grupo, em 2008, os participantes do grupo se reuniram novamente para discutir o processo de finalização do livro e sua publicação. Na ocasião relataram quais foram os desdobramentos que a convivência no Grupo de Cidadania teve em suas vidas. Um dos participantes tornou-se membro do Conselho Gestor de Saúde de seu bairro, já que ouvia reclamações de seus vizinhos sobre o Posto de Saúde, mas *não faziam nada* para mudar essa situação.

Outra integrante, que na época do Grupo montou uma peça de teatro na escola⁵¹ sobre violência doméstica, continuou com essa parceria e desenvolvia, naquele momento, um grupo com jovens estudantes da escola, para discutirem sobre o uso de drogas e suas consequências.

Pudemos, então, perceber que alguns familiares continuaram sua trajetória no sentido da mobilização social, trazendo outros sujeitos e grupos. Isso indica que o trabalho realizado gerou mobilização coletiva, mudanças significativas e outras possibilidades no enfrentamento da violência:

Se fosse neste momento, eu escreveria outro relato.

Em dezembro de 2008, o livro do Grupo de Cidadania, intitulado *Quebrando o Silêncio: Memória, Cidadania e Justiça*, foi lançado na ocasião do seminário⁵² em comemoração aos dez anos do Cravi. Alguns participantes do grupo compareceram ao evento e participaram da mesa que discutiu a experiência. Os livros foram distribuídos aos participantes do evento e autografados pelos integrantes do Grupo de Cidadania de 2006.

⁵¹ Essa participante, após a morte de seu filho, passou a estudar na mesma escola em que ele estudava e a desenvolver trabalhos sociais na instituição.

⁵² Seminário 10 Anos do Centro de Referência e Apoio à Vítima: A Consolidação de uma Política de Direitos Humanos, realizado em São Paulo, em dezembro de 2008.

5.3 Grupo de Cidadania de 2009

Neste grupo foi utilizada a mesma metodologia, pois eram os mesmos objetivos, porém com algumas alterações em relação ao conteúdo preselecionado dos encontros.

Uma mudança em relação ao recorte da instituição aconteceu em 2007, incluindo o atendimento a vítimas diretas de violência doméstica e sexual. Portanto, algumas alterações no conteúdo fizeram-se necessárias já que poderíamos ter como participantes do grupo outro perfil de vítimas.

A principal mudança refere-se ao Módulo 1, que foi dividido em dois e passou a ter como objetivo “a apresentação dos sujeitos e de seu percurso nas instituições e no Cravi e a formação de um contrato de grupo” (CARITÁ, FEDRI, OLIVEIRA, 2008).

O Módulo 2 tinha como proposta

a abordagem e reflexão sobre os desejos individuais e coletivos, a introdução da discussão dos conceitos de Cidadania, Direitos Humanos, Violência, Ética e Responsabilidade, e a escolha do grupo por temas relacionados aos desejos coletivos. (CARITÁ; FEDRI; OLIVEIRA, 2008, p.4).

No terceiro módulo, foram trabalhados temas escolhidos pelos participantes do grupo e, no quarto, realizados o fechamento e a elaboração do produto.

Foram realizados 32 encontros, cada um com uma hora e meia de duração; esse grupo teve tempo extenso devido ao grande número de feriados e também à riqueza das discussões, que muitas vezes não se encerravam no encontro previsto e se estendiam pelas semanas seguintes.

Desse grupo também participaram uma Assistente Social e dois psicólogos e, inicialmente, continha 12 participantes. Durante o processo, oito desistiram: Uma não deu prosseguimento por não ter conseguido liberação do trabalho para frequentar o grupo; duas por terem se inserido no mercado de trabalho; quatro foram indicados para participar, mas não chegaram a comparecer a nenhum dos encontros; e a última compareceu a apenas um encontro, mas a equipe avaliou junto com a participante que esse dispositivo não correspondia às suas demandas.

Dos seis participantes que compareceram a mais de um encontro, todas eram mulheres e com o seguinte perfil:

- Mulher 1: mãe de vítima direta de homicídio: filho foi assassinado por um grupo de milícia do bairro, na ocasião dos crimes de maio de 2006;

- Mulher 2: irmã de vítima direta de homicídio: irmão foi assassinado; não há conhecimento da autoria do crime;
- Mulher 3: mãe de vítima direta de homicídio: filho foi assassinado durante perseguição policial e morreu ao ser confundido com bandidos;
- Mulher 4: mãe de vítimas diretas de lesão corporal: dois filhos foram agredidos por policiais e um deles foi preso, após invasão do domicílio;
- Mulher 5: irmã de vítimas diretas de lesão corporal: filha da Mulher 4;
- Mulher 6: irmã de vítima direta: irmão foi encontrado morto e a investigação considera que foi suicídio, porém a participante acredita em homicídio.

No momento de finalização, o grupo contava com apenas quatro participantes, as Mulheres 1, 2, 3 e 6. Uma dessas participantes também teve problemas em ser dispensada do trabalho, faltando aos últimos encontros, porém acompanhava o desenvolvimento por meio de telefonemas e *e-mails* para os coordenadores e outras participantes do grupo.

A seguir, apresentamos a síntese de cada um dos módulos, indicando pontos importantes de avaliação.

Módulo I - Apresentação, contrato e integração (1º ao 3º encontro)

Esse módulo foi composto por três encontros, que tinham por objetivo realizar a integração do grupo, apresentar seus objetivos e discutir regras de seu funcionamento.

No primeiro encontro, compareceram seis participantes e a coordenação iniciou o trabalho pedindo para que os integrantes se apresentassem. No grupo também se percebeu a apresentação do fato violento que as levou até o Cravi, mas não havia relatos sobre suas histórias para além daquele episódio. Falaram sobre o que esperavam daquele espaço e o que procuravam:

Não conseguimos falar da gente.

Não somos protagonistas de nada.

Justiça é um termo lindo, mas é complicado. Procuramos justiça concreta. Somos cidadãos; “colocar o cidadão em prática”.

A gente pensa em fazer algo, mas não é fácil. Tentei montar um grupo, mas não dá. Venho para ver se muda alguma coisa.

Uma das participantes falou sobre encontrar outras pessoas que *passam pelo mesmo*; outra disse que compareceu ao grupo para *dividir a dor*, e a terceira contou uma história para o grupo:

Um fazendeiro estava colocando várias ratoeiras na fazenda. O rato preocupado foi pedir ajuda para a galinha. Esta diz: “eu não sou rato, não tenho nada a ver com isso”. Então ele vai pedir ajuda ao porco, que diz a mesma coisa. Desesperado, ele vai pedir ajuda à vaca, que diz que não tem nada a ver com isso também. Acontece que a mulher do fazendeiro é picada por uma cobra e adoece. Seu marido então mata a galinha e lhe prepara uma canja. O estado de saúde piora e os parentes vêm visitá-la, motivo que faz o fazendeiro matar o porco para preparar uma refeição para essas pessoas. A mulher morre e o fazendeiro mata a vaca para servir no velório, já que toda a comunidade estava presente. Moral da história: Nenhum bicho deu importância para a preocupação do rato, achando que não tinham nada a ver com isso. No entanto, podemos notar que todos foram afetados pela situação.

Diferentemente do Grupo de Cidadania de 2006, as falas colocam esse grupo numa posição mais voltada ao coletivo, convidando todos os integrantes pela responsabilidade de cada um em relação à violência. Portanto, os coordenadores não tiveram que trabalhar a passagem do individual para a coletividade ou grupalidade; essa passagem já estava constituída para essas integrantes.

Na semana seguinte, apenas algumas participantes compareceram ao encontro, e foi acordado com elas, que o encontro seria suspenso devido ao grande número de ausências. Essa situação foi tema do segundo encontro, que não estava na programação feita pelos coordenadores, porém tornou-se necessário entender o que havia acontecido. A maioria das integrantes falou sobre a importância de estarem juntas naquele espaço, porém, também havia o “desafio” de enfrentar a dor e comparecerem:

Assim que eu acordo já programo meu dia e quando sei que preciso vir pro Cravi, tento encontrar qualquer coisa que me impeça, algum imprevisto ou compromisso, porque sei que quando estiver aqui vou ter que mexer na ferida, cutucar em algo que dói tanto pra mim falar; estamos aqui porque não nos é permitido ter o tempo de luto.

Essa integrante é porta-voz de um movimento de grande parte dos familiares de vítimas: o Cravi é o lugar onde podem lidar com a impossibilidade de terem o parente

de volta, porém só o é porque abre a possibilidade de falarem sobre essa situação, a dor, a saudade e elaborar o luto. Diante do relato desse impasse, abrem-se outras falas:

Aqui não sou julgada pelo que falo, é o lugar onde conseguem me ouvir.

Aqui vim compreender o que é direito... o ódio e o rancor não me levam a nada, mas a justiça pode nos levar até um ponto.

Não vim aqui chorar minha vida (...) se for para chorar, choro lá na igreja. Aqui quero orientação.

União mesmo que por pouco tempo traz uma imagem calorosa... eu estar aqui com vocês aquece meu coração... não sei dizer, mas é uma sensação de pertencimento; quando estamos envolvidos num homicídio, a gente recebe um outro olhar.

A confusão dos valores e referências também permeou esse grupo. O medo, a justiça, a vítima e o algoz passam a ser conceitos contraditórios, cotidianos e questionáveis:

Agora o medo faz parte. Ele se tornou parceiro nosso.

(O atendimento em outras instituições) foi mecânico, frio, não encontrei apoio..., até explicarmos que não somos os malfeitores...

A polícia confundiu ele com os bandidos.

Eu acreditava no que é justiça, hoje minha relação está bem diferente (...) justiça conceito que pra mim antes era concreto e hoje é abstrato. Agora estou do outro lado. Antes tinha confiança na justiça, hoje não mais. Tento resgatar essa concretude.

Módulo II - Desejos e necessidades individuais, coletivos e grupais (4^o ao 15^o encontro)

Esse módulo contou com 12 encontros, em que se pretendiam discutir os desejos e necessidades individuais, coletivos e grupais; trabalhar com temas preestabelecidos pela coordenação – Cidadania, Direitos Humanos, Violência, Ética e Responsabilidade –; e elegeer temas para serem discutidos com mais profundidade.

A partir do quarto encontro, a coordenação pede que cada participante escreva seus desejos e necessidades em tarjetas e a tônica são os pedidos por justiça. O grupo discute a diferença entre necessidade e desejo e tenta encontrar saídas para o embate:

Tenho desejo de justiça, que se faça justiça, que abarca muita coisa, principalmente em descobrir os assassinos do meu irmão. Minha necessidade é permanecer na luta por justiça, não desistir.

Eu e minha família desejamos ser ouvidos, temos desejo de ter acesso e sermos ouvidos; já a necessidade é de ter voz.

Necessitamos de justiça e menos violência, desejamos a paz... estão todas relacionadas.

A fala de uma participante, enquanto fazia a tarefa, chamou a atenção da coordenação. Ela observou uma diferença entre verbalizar e escrever, acreditando que escrever *traz uma marca*. Ao escrever que seu desejo era a descoberta dos assassinos de seu irmão, disse: *Parece que se torna real*. Outra integrante complementa essa fala relatando que o que está escrito *se torna uma verdade* e confirma algo que não se quer acreditar: *Demorei tanto tempo para ler a certidão de óbito do M.⁵³; (...) escrever o que está escrito*.

O que aparentemente parece ser um exercício de escrita dos desejos e necessidades revela-se tarefa complexa e importante para o grupo. Escrever, deixar registrado, ler um documento que registre o fato violento é reconhecer-se, assumir-se na condição de vítima indireta de uma violência em que não se quer acreditar, mas que aconteceu.

Esse movimento é muito semelhante ao movimento de vir ou não ao grupo. O movimento contraditório e real entre o enfrentamento/luta e a aceitação/resignação é desgastante para os familiares. Entendemos que, ao se mobilizarem para o enfrentamento e luta, buscam um caminho difícil, porém responsável, ético e cidadão.

Uma participante afirma que, antes da morte de seu filho, o que acontecia no bairro não a incomodava, pois as pessoas que eram assassinadas eram traficantes; agora fica com muito receio, pois acredita que *pode ser com qualquer um*. Outra usuária contrapõe a fala:

Pra mim isto é diferente, não precisou acontecer nenhuma violência pra eu me importar como os Direitos Humanos. Isso já é de muito tempo, vem de casa. Qualquer morte afeta a todos.

Num dos encontros surgiu uma discussão importante referente à justiça. Uma participante expressou a diferença entre justiça plena e justiça possível, tendo o restante do grupo concordado:

⁵³ Refere-se à certidão de óbito do filho vítima de homicídio.

Para nós, como vítimas, a justiça nunca será plena porque o ente querido nos foi tirado... vivemos uma justiça possível. Mesmo que tudo seja feito, os assassinos sejam presos e tudo se resolva, para nós, como vítimas, individualmente, a justiça nunca será plena.

Semelhante ao Grupo de 2006, que também discutiu sobre o possível e o impossível, este grupo se coloca a pensar sobre a justiça plena, que significa ter o ente de volta, como algo impossível, e se propõem a construir alternativas para uma justiça possível. As integrantes passam a falar sobre o que gostariam de fazer e surgem propostas de multiplicar a experiência do grupo, de falar, transmitir valores e experiências para diminuir a violência. Uma participante refere-se ao livro feito pelo Grupo de 2006: *O livro anterior teve um significado tão importante para mim, que me fez vim para este grupo.* E pergunta: *O que esse grupo vai fazer? Qual vai ser o projeto?*

Antes de prosseguir com a elaboração de um produto a coordenação elaborou pequenas falas sobre temáticas consideradas importantes, que foram levadas para o grupo. Os primeiros conceitos discutidos foram violência e responsabilidade, expressos das seguintes formas:

Todos os tipos de desrespeito. Respeito está associado ao espaço pelo outro. A sociedade não tem mais isso... o desrespeito gera a violência.

Tinha pensado em crime e abuso; vejo um abuso de autoridade... pessoa que abusa de um poder para fazer alguma coisa.

Podemos pensar na violência num aspecto social, a pobreza, a desigualdade, e a impunidade também.

Você não está isento, o fato de fazer parte da sociedade você se torna responsável por ela também (...) todos somos responsáveis pela violência.

No décimo encontro, os coordenadores exploraram com o grupo uma dificuldade apresentada desde o início. Conforme a proposta metodológica, em todos os encontros os participantes deveriam lembrar e dar nomes para os encontros anteriores, porém, esse grupo sempre dizia ter se esquecido do que havia sido discutido e apresentavam muita dificuldade em nomear os encontros. Ao abordar esses acontecimentos, a coordenação escuta:

Ficamos muito esquecidas depois do acontecido.

O esquecimento é uma constante, vontade de lembrar, conjunto de sintomas, característico de quem passou por isso. É algo intenso, cansaço.

Após as falas, fica mais claro para os coordenadores e participantes que as lembranças e a memória também se dão num movimento ambíguo e contraditório. Os familiares não querem e não conseguem esquecer o episódio violento que viveram, mas também não podem fazê-lo, já que se não se lembrarem, quem lembrará? A memória e o pensamento passam a ser ocupados apenas com a violência ocorrida, não sobrando “espaço” para mais nada. Defender a memória do “morto” torna-se mais uma ocupação, um “peso”, uma tarefa:

Se estamos aqui é porque não queremos esquecer. Precisa desta memória.

Às vezes quero esquecer para levar uma vida normal, mas não podemos.

A coordenação questiona o grupo sobre o papel e a função das instituições nesse processo: Se as instituições cumprissem seu papel de investigar, processar, oferecer apoio e acolhida, não tratar as mortes como estatísticas e banais, isso ajudaria em relação ao peso da memória? O grupo responde que sim, que quando as instituições não cumprem seu papel *fica mais uma carga*. Esse é o significado do *precisar*, do *não podemos* esquecer.

Essa responsabilidade em relação a manter e preservar a memória do morto gerou questões importantes no e para o grupo:

Nós somos inocentes em relação à violência, mas, por estarmos aqui, somos culpadas de alguma forma, não se sabe ao certo o que. Estamos aqui buscando uma justiça e nos sentimos culpadas, nos questionando porque estamos aqui. Somos culpadas e inocentes ao mesmo tempo.

Outra participante complementou a fala observando que elas estão no lugar das pessoas que não podem estar no grupo - as vítimas diretas:

Estamos aqui no lugar de pessoas que perdemos, que poderiam estar se defendendo. Estamos aqui para lutar por Justiça.

A primeira justifica sua fala:

Eu falo culpados porque a gente está buscando e chega num ponto onde se questiona: Será que estou fazendo a coisa certa, por que tantas portas estão se fechando? Quanto mais a gente busca mais vai dificultando...

Dessa discussão surgem, no encontro seguinte, falas sobre a impotência e a falta de visibilidade que as participantes sentem. Relatam se sentirem um *incômodo* para a sociedade, *não terem importância* e *querem ter voz e visibilidade, aparecerem, se mostrarem*, mas não sabem como:

Somos incômodos na sociedade. Buscamos empatia. Não querem comprometimento, é preciso uma responsabilização.

Buscamos visibilidade; estamos no Cravi como um meio, não como um fim. Como dar voz e visibilidade a nós?

A sociedade não sabe que existimos. Vamos pôr a cara? De que maneira fazemos isso?

Nos sentimos feridas, doloridas. Sabe o que eu acho que a gente quer? Empatia. Que os outros sintam o que a gente sente. Reconhecer e respeitar a nossa dor.

Esta última frase repercutiu no encontro seguinte e a discussão continuou tendo como pauta o que é possível e o que é impossível. A coordenação direcionou a discussão buscando construir o que se pode partilhar, o que se pode construir: Não é possível fazer com que outras pessoas sintam o que os familiares sentem, mas o que dá para fazer? O grupo responde que precisam ser *vistas, enxergadas, reconhecidas*; querem uma relação de alteridade. Corrigem quando a coordenação fala em reconhecimento: *Como reconhecer aquilo que não se conhece?*, questiona uma das participantes, e relata que a sociedade diz aos familiares: *A dor é sua! Não vamos falar no assunto*. Como possibilidade surge a questão: *O que podemos fazer para sermos reconhecidas? Tem que ser alguma coisa para além do grupo*.

No final desse módulo, o grupo escolhe dois temas que querem aprofundar: Instituições de Acesso à Justiça; e Ética e Direitos Humanos na Polícia. Decidem também receber informações sobre esses temas de duas pessoas de fora do Cravi e a coordenação auxilia na escolha indicando dois profissionais.

Módulo III - Trabalhando as temáticas (16^o ao 21^o encontro)

Esse terceiro módulo foi constituído por seis encontros que objetivavam trabalhar as temáticas escolhidas pelo grupo, através do ‘dentro e fora’ do Cravi. Como duas participantes do grupo trabalhavam, optaram por não sair da instituição, pois isso demandaria um tempo extragrupo do qual não disponibilizavam. Os coordenadores, então, iniciaram as discussões dos temas e depois convidaram dois palestrantes para irem ao Cravi falar com o grupo.

Para trabalhar a temática Ética e Direitos Humanos na Polícia, a coordenação utilizou o documentário Notícias de uma Guerra Particular, como disparador da discussão. Após o filme, surgiram os seguintes comentários:

É difícil, mas é isso aí a realidade... Isso a gente sabe que é assim. A gente até olha, mas sozinho você vai fazer o quê? (dizendo sobre a polícia ser corrupta)

Senti muita coisa ruim, não tinha ciência dessa realidade, é muito forte; não sabia que realmente era assim. É cruel!

Num segundo momento, um convidado da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo compareceu ao grupo para discutir o tema com as participantes. Para elas, foi difícil ouvir as opiniões do convidado, que afirmou, dentre outras coisas, que a polícia não é preparada para exercer sua função baseada nos princípios dos Direitos Humanos.

Para trabalhar o tema Instituições de Acesso à Justiça, a coordenação mapeou com as integrantes os caminhos que elas haviam percorrido desde o homicídio até a chegada ao Cravi. Todas haviam passado pelo IML, pelas Delegacias de Polícia ou DHPP, e constataram que o atendimento nessas instituições é de baixa qualidade, porém, são as que podem promover o acesso à Justiça. Atribuem grande importância à investigação e, portanto, à função das delegacias:

A saída é a delegacia, se a investigação não for bem feita... é o coração; tem que ser bem feita.

Após o mapeamento do percurso feito após o homicídio, o segundo convidado, ex-funcionário da Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos (FidDH), compareceu ao grupo para falar sobre a temática. Ele abordou a questão dos Direitos Humanos em sua historicidade e convocou o grupo para se mobilizar socialmente, conhecendo seus direitos e exercendo-os. Uma participante se manifestou dizendo: *Eu ouvia falar de DH, mas não sabia como acessar.*

No último encontro desse módulo, os coordenadores propuseram o fechamento desses encontros. Uma participante deu a tônica da conversa dizendo:

De tudo que falamos aqui, cheguei numa conclusão: se todos nós acionássemos o governo, aí eles tomariam uma posição.

Sobre a discussão dos Direitos Humanos, outra participante afirma:

Incomoda saber que o outro é parecido com você.

Apesar de terem ouvido aspectos negativos a respeito da ética na polícia e sobre a dificuldade no acesso às instituições, o grupo termina a etapa retomando a elaboração do produto. Falam das ideias que tiveram e que receberam apoio dos familiares e vizinhos.

Módulo IV - Produto e fechamento do grupo (22^o ao 32^o encontro)

Esse módulo foi composto por 11 encontros que objetivavam a elaboração do produto escolhido pelo grupo e o fechamento de todo o processo grupal.

As integrantes falaram de suas propostas para o produto: a criação de um *blog*; uma exposição com imagens das vítimas diretas; o relato de suas histórias e o percurso realizado pelas vítimas indiretas; produção de um jornal ou folheto divulgando o grupo e as discussões realizadas nesse espaço.

No vigésimo terceiro encontro, o grupo passou por uma experiência diferente, recebendo a visita de uma equipe de jornalistas do programa Trocando Ideias, da TV Justiça⁵⁴. Duas das integrantes aceitaram conceder entrevista ao programa, porém apenas uma das falas foi ao ar:

Quando acontece um crime de morte, as pessoas são chamadas, as que ficam a volta com esse acontecimento, todos os familiares são chamados de vítimas indiretas, só que com o passar do tempo a gente vai percebendo que a gente não é uma vítima indireta, a gente passa a ser uma vítima mesmo, porque aí você começa a fazer um percurso muito difícil, porque você não tem orientação nenhuma, que todos os canais, todas as possibilidades estão fechadas... as pessoas ligadas à Justiça, aos órgãos, às delegacias, as

⁵⁴ Anteriormente ao encontro, duas das coordenadoras do grupo foram convidadas a falar no programa sobre o tema A vítima no Processo Penal. No dia da entrevista, a produtora do programa ficou interessada em conhecer o Grupo de Cidadania. As coordenadoras entraram em contato com as participantes, que aceitaram conceder a entrevista no espaço do Cravi, no dia do encontro do Grupo de Cidadania.

instituições tratam você como mais um, você é mais uma pessoa que tá com problemas indo lá reclamar. E aí o que você faz? Além do seu problema de depressão, que você acabou de perder uma pessoa da forma mais cruel possível, você começa a pensar: onde estão os meus direitos? Afinal de contas a gente não está há 20 anos num estado democrático de direitos?

Essas pessoas que estão na Justiça, elas não são obrigadas a saberem que nós cidadãos temos direitos? Como é possível a gente viabilizar isso tudo? E aí você vê que não é bem assim. Eu, por exemplo, cheguei aqui por conta do assassinato do meu irmão, uma morte absolutamente cruel, que até hoje não foi nem um pouco elucidada, e soube da existência do Cravi por conta de estar no IML; assim, um aviso pequenininho, num vidro, disse que existia a possibilidade de eu ter um acompanhamento. E aí, quando eu me senti um pouco melhor, eu acabei vindo pra esta instituição, que tem me dado respaldo, tem me dado apoio, tanto psicologicamente, quanto na matéria do Judiciário, o apoio das minhas colegas de percurso, de percurso difícil... E nisso tudo você vai vendo que nós, vítimas indiretas, eu não sei nem se eu concordo muito com esse termo, a gente acaba não tendo visibilidade, a gente acaba não tendo voz.

E a nossa proposta desse grupo aqui de Cidadania, assim, muito conversado, né, é que a gente passe a ter isso, e que a gente passe, também, sabe, a mostrar para outras pessoas, porque existem muitas vítimas e vai continuar existindo, infelizmente, que esse percurso pode ser menos doloroso... Porque a gente já chegou num momento que a gente adquiriu muito conhecimento, conhecimento triste, conhecimento difícil, mas que pra todas nós, tem uma implicação. E nós gostaríamos disso, que não só as autoridades, mas que, assim, as pessoas em geral, tivessem conhecimento disso tudo: que é um percurso difícil, mas nós precisamos ter visibilidade e voz.

A entrevista foi um passo em direção à visibilidade, após ter sido oferecido um espaço de discussão em que a voz das vítimas foi escutada, porém num programa televisivo a que poucas pessoas têm acesso, inclusive as integrantes do grupo. Por esse motivo, a coordenação levou a gravação do programa para o grupo assisti-lo na íntegra, no qual outros atores institucionais deram seus depoimentos sobre o assunto.

Nos encontros seguintes, as participantes discutiram o produto e escolheram um *blog* e um *cordel*, que foi considerado, pois muitas pessoas não têm acesso a computadores. Essa tarefa era perpassada por outras discussões importantes, por exemplo, o que é ser vítima; diziam que além de terem que lidar com a morte inesperada, ainda precisam reivindicar o que é de direito. Isso se torna mais um ‘peso’, pois é mais uma tarefa, mais uma demanda. Sobre a morte violenta dizem:

Acho que é vítima duas vezes... tanto pela morte violenta como pela própria culpa que carrega.

Uma fala que perpassa todo o processo do grupo retorna: a invisibilidade das vítimas indiretas e diretas e o tratamento que lhes é concedido pela sociedade:

O que escuto todo mundo falar é: esquece, deixa isso pra lá.

Reclamam, também, do tratamento recebido de uma defensora pública (que fazia atendimento jurídico no Cravi). Quando a participante questionou-a sobre se já havia sido designado um promotor para seu caso, esta se indignou com a pergunta:

Essa fala traz uma culpa junto de todas as outras que carregamos, parece que estamos pedindo uma coisa, que é nosso direito!

Olha como nosso trajeto é complicado, temos que passar por isso e mais outras coisas; além de tudo ainda vamos ter mais essa demanda.

O grupo constata que, para serem reconhecidos, seus membros precisam ter um nome, uma razão, uma identidade, pertencerem e criar uma associação:

Nós seremos um nome, uma razão..., se não for assim, ninguém vai ouvir a gente.

Os avanços e retrocessos para elaborar o produto também acontecem nesse grupo. Ao mesmo tempo em que conseguem agrupar as propostas de todas as integrantes e formular dois produtos, relatam a dificuldade que têm para escrever, pois precisam *relembrar* do episódio violento e toda a trajetória após o fato. A coordenação questiona o significado do produto e o “custo” deste para o grupo; as participantes colocam:

Eu fiz chorando, mas eu fiz.

De volta para um começo, mas algo mudou porque chegamos até aqui. Vale a pena, meu filho era tudo pra mim.

O alto custo que tem a elaboração do produto para as integrantes justifica-se pelas razões que as movem:

Ter visibilidade, contribuir para uma mudança e deixar algo para o futuro.

A coordenação discute com o grupo que reviver a história violenta, a dor da perda violenta, ter a sensação de que escrever significa *voltar pra trás*, indicam que esses sentimentos e ações fazem parte do processo de atravessar a violência. É

considerando, acolhendo e entendendo todos esses movimentos, que se pode fazer algo para mudar. O processo de elaboração da perda e superação da condição de vítima pode acontecer reconhecendo esses processos ambíguos e difíceis. Essas colocações fazem sentido para o grupo:

Estou contribuindo um pouquinho para alguma coisa mudar.

Antes eu não conseguia falar, hoje falo, agora consigo escrever, mas não é fácil.

Tenho que fazer uma boa ação para os que vêm.

No final desse módulo, o grupo conseguiu criar o *blog*⁵⁵ com os depoimentos de cada participante contando suas histórias sobre o episódio violento, a trajetória do Grupo de Cidadania de 2009, e, ainda, publicaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder. Para explicar quais são os objetivos do *blog*, escreveram juntas uma apresentação:

O grupo de cidadania é formado por quatro vítimas indiretas da violência: Angela, Cristina, Elisabeth e G. Nasceu no Centro de Referência e Apoio à Vítima (Cravi), com o apoio dos profissionais: Adriana, Bruno e Karina e da estagiária Michele. Este grupo tem como prioridade o desejo de Justiça.

Entendemos que a violência não é natural, mas uma construção social. É por isso que afirmamos a necessidade de Justiça. A voz e a visibilidade são meios que nós, vítimas, temos para que a violência pela qual passamos não seja esquecida. As informações discutidas no grupo foram importantes para nos orientar por qual caminho seguir. Portanto, o produto deste grupo é coletivizar as informações recebidas, indicando caminhos a serem percorridos pela vítimas e seus familiares, em direção à Justiça, acesso a direitos, exercendo nossa cidadania.

No último encontro, a coordenação propôs ao grupo fazer uma avaliação. Seguem as opiniões das participantes:

Achei que um grupo destes não existia; eu tinha uma visão individual. O trabalho que a gente fez é para o que vem, o que a gente não conhece. Eu aprendi muito; tirei um pouco daquele meu eu, sozinha, só para mim. Isso foi válido, me abriu. Eu mudei bastante. No outro grupo, eu já ia meter a boca

⁵⁵ O endereço do *blog* é: <<http://vitimaindiretas.blogspot.com>>. O cordel não havia sido publicado até o momento final desta dissertação.

na mulher⁵⁶. Talvez foi a mudança de pensamento; até o lado de mãe que eu não tava vendo.

Cheguei com expectativa diferente. Aprendi muito. O produto final foi de fundamental importância. Quero agradecer a todos do grupo; foi de suma importância. Quando eu vim pro Cravi meu objetivo era o jurídico... que deixou a desejar. Não estou indo com a resposta que vim buscar, mas outras coisas que aprendi.

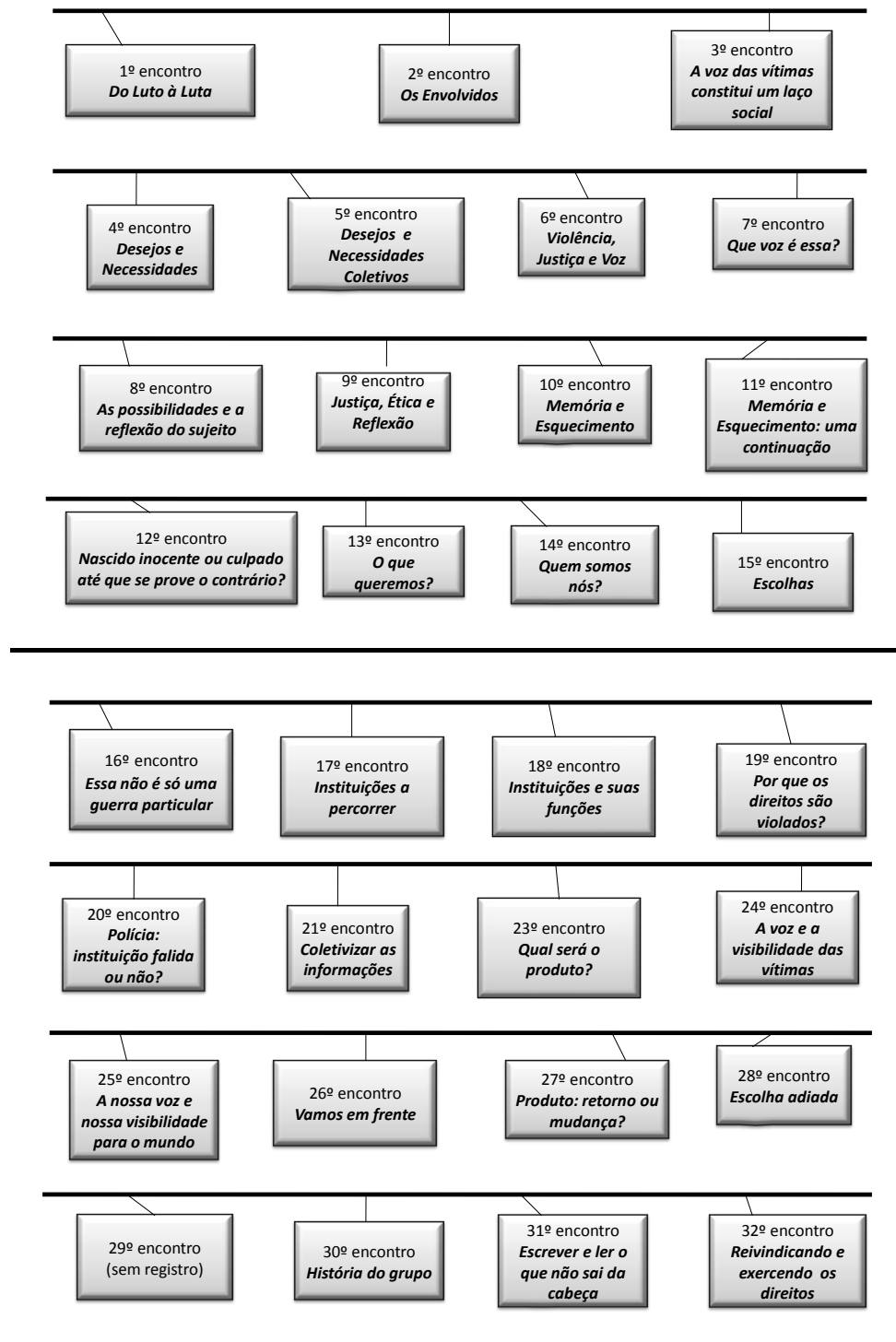
Eu vim (para o Cravi) atrás de psicólogo e Justiça... lógico que sempre quero um pouquinho mais. O atendimento psicológico me mudou bastante, em todos os sentidos. Entrei aqui já querendo ir para alguma associação e achei que foi bom o trabalho. Eu tô bem. Às vezes tem recaída, mas é assim mesmo. Tô conseguindo pensar, melhorei como pessoa.

A partir das falas citadas, acreditamos que o trabalho desenvolvido alcançou seus objetivos em relação à passagem da condição de vítima para a condição de sujeitos-cidadãos de suas histórias. O grupo produziu questionamentos, reflexões e discussões que forneceram outros elementos no trato com a violência e a perda. Puderam se perceber enquanto sujeitos coletivos, construir uma identidade a partir da violência vivida, mas, também, ultrapassá-la, com o objetivo de serem reconhecidas e vistas para além dessa condição. Construíram possibilidades de luta em direção ao exercício dos direitos e acesso à justiça possível.

As participantes também receberam uma devolutiva da coordenação do grupo; avaliamos que duas participantes estavam em condições de seguirem apenas no dispositivo de atendimento jurídico e que as outras duas precisariam ser avaliadas com o restante da equipe do Cravi.

Assim como no Grupo de Cidadania de 2006, esse grupo também nomeava os encontros realizados. Abaixo, apresentamos a trajetória do Grupo de Cidadania de 2009, sintetizado pelas participantes:

⁵⁶ A participante refere-se a outro grupo do qual fez parte no Cravi e desistiu por causa desse episódio relatado. Ela optou por sair daquele grupo, pois uma das participantes era mãe de uma vítima direta de homicídio, que foi assassinado em decorrência de seu envolvimento com o tráfico de drogas.



6 DO LUTO À LUTA

(...) no campo da ética não é possível se eximir de escolhas e de responsabilidades, daí a importância do trabalho educativo, do debate coletivo, da participação cívica e política que vincula a profissão à sociedade e exercita os profissionais para uma vivência comprometida com escolhas de valor. (BARROCO, 2006, p. 18)

6.1 O Trabalho do Serviço Social Mobilizando Potências de Transformação

A partir dos referenciais citados, como o Serviço Social desenvolve sua prática no trabalho com as vítimas indiretas de homicídio? O trabalho do Serviço Social contribui com as outras áreas de saber no atendimento, apoio e na autonomia dos familiares de vítimas de violência? O Grupo de Cidadania pode ser considerado um dispositivo de intervenção que mobiliza potências de transformação para uma passagem da condição de vítima para a condição de sujeitos de direitos?

No Cravi, a área de Serviço Social integra a equipe de profissionais com as áreas de Psicologia e Direito, realizando os dispositivos de acolhimento, atendimento social, atendimento psicossocial e atendimentos grupais.

Os acolhimentos dos sujeitos que procuram o serviço são considerados a “porta de entrada” da instituição. São realizados por um profissional da área de Psicologia ou Serviço Social, numa média de três a quatro encontros, e têm como objetivo receber os sujeitos que procuram a instituição, compreender as queixas e/ou demandas apresentadas e estabelecer um “contrato verbal” de trabalho. Esse contrato baseia-se numa conjunção entre o que o usuário demanda e o que o profissional indica como dispositivos que possam auxiliar da melhor forma o sujeito.

O atendimento social é realizado pela área de Serviço Social e não tem duração prévia, pois depende do alcance dos objetivos contratados. Esse dispositivo tem como objetivo desvendar a realidade social do sujeito e as relações que estabelece, visando transmitir informações sobre direitos sociais e seu exercício, no sentido de buscar autonomia e a cidadania possível. A equipe de Serviço Social desenvolveu uma notação que indica o processo da relação entre usuário e Assistente Social, no atendimento. É

constituído de questões⁵⁷ sobre a situação de vida antes e depois da violência sofrida, em relação à empregabilidade, situação financeira, bairro e moradia, dinâmica familiar, cotidiano, laços de sociabilidade, cultura do medo, alteração (ou não) de valores, como justiça, rede social, demandas, condição de vítima, entre outras.

Assistente Social e psicólogo compõem a dupla no atendimento psicossocial de natureza interdisciplinar. Esse dispositivo tem como objetivo que essas duas áreas possam oferecer escuta e intervir em casos nos quais as demandas sociais e psicológicas apresentam-se de forma intimamente ligadas, dependentes ou confusas. Nesses casos, indica-se a atuação dos dois profissionais, pois se entende que as intervenções feitas por uma área refletem-se diretamente na outra. O atendimento é feito de forma integrada, cada área contribuindo com o seu saber,

(...) sustentando o recorte das disciplinas, propondo um reconhecimento de seus limites e possibilidades, viabilizando assim a produção de conhecimento de diversos relevos à altura da complexidade do fenômeno (da violência). Esta posição ética favorece intervenções mais consistentes e pertinentes. (CARITÁ et al, 2006)

Os atendimentos grupais oferecidos pela área de Serviço Social, desde 2004, foram realizados também com caráter interdisciplinar, contando com o saber da área de Psicologia. O Grupo Interdisciplinar, em 2004, contou com as áreas da Psicologia, Serviço Social e Direito; o Grupo de Cidadania, em 2006, 2007 e 2009, com as áreas de Serviço Social e Psicologia. Esse dispositivo tem como objetivo integrar os usuários com demandas semelhantes e coletivas em relação ao enfrentamento das histórias de violência sofrida.

Em todos esses dispositivos o Serviço Social adota a visão de homem e mundo fundada na concepção materialista dialética que concebe as relações sociais como constitutivas e constituintes do processo histórico, produzido e reproduzido pelos homens. Uma sociedade fundada na divisão de classes e, portanto, produtora e reprodutora das desigualdades sociais. Nesse sentido, a questão social é manifestação desses processos e matéria-prima do trabalho dos Assistentes Sociais.

Em todos os dispositivos, o Serviço Social também adota a intervenção profissional nos atendimentos, conforme estabelecido nos Parâmetros da Abepss (2007):

⁵⁷ Essas questões não são feitas, em forma de questionário, para os usuários, mas preenchidas no processo do atendimento pelo profissional, a partir do que é observado.

o reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional, demanda uma atuação profissional em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação dos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais.

Considerando a violência como uma das expressões da questão social, e esta como produção e reprodução de uma sociedade fundada na desigualdade social, temos um olhar, uma escuta e uma postura muito consolidada e enraizada para a questão. As violências não ocorrem somente no momento atual, mas há muitos séculos, causando posições autoritárias, estigmatizadas e alienadas no trato da questão. Por isso, um dos primeiros aspectos aos quais os profissionais devem estar atentos é em relação aos seus valores e julgamentos morais.

O olhar, a escuta, as perguntas e o diálogo devem ser norteados por um posicionamento ético que objetive a equidade, democracia, autonomia e liberdade dos sujeitos.

Aprendi na própria pele que a gente vê o que a cultura e a sociedade permitem que se veja. Essas operações não são racionais e conscientes. Ninguém planeja ver o que não via ou, por livre e espontânea vontade, num estalar de dedos, deixa de ver o que é incômodo ou impróprio. A gente simplesmente percebe ou deixa de perceber, de acordo com limites e pressões psicológicas, sociais e culturais. Nossa sensibilidade segue uma disciplina que está longe de ser apenas cognitiva: é também emotiva, psicológica, simbólica e valorativa. (SOARES, 2005, p. 164)

Escutamos todo o tempo, dos familiares de vítimas, como são vistos pela sociedade; os olhares de julgamento, repúdio, preconceito e repulsa são constantes. Outro modo de serem vistos é pelo olhar de piedade; ambos relegando as famílias a um lugar de invisibilidade, porque o que se vê não é o ser humano, mas a mãe do traficante, a avó do bandido, a tia do assassino. Queremos dizer que ver e ser visto está baseado numa relação, e esta, por sua vez, em alteridade:

Quando não se é visto e se vê, o mundo oferece o horizonte, mas furta a presença, aquela presença verdadeira que depende da interação, da troca, do reconhecimento, da relação humana. (SOARES, 2005, p.167)

No final do Grupo de Cidadania de 2009, registramos o relato de uma participante que disse ter preferido sair de outro grupo que freqüentava, no Cravi, após saber que uma participante era mãe de traficante. Em suas palavras, disse que não permaneceu no grupo porque *ia meter a boca na mulher*. Após a vivência no Grupo, ela

refez sua percepção, afirmando sua mudança de olhar e de lugar: *Talvez foi a mudança de pensamento; até o lado de mãe que eu não tava vendo.*

Nessa frase, a participante expressa que seu olhar percebeu ‘a mulher que tinha um filho traficante’ e não a mãe que perdeu um filho e, portanto, vítima indireta como ela. Seu olhar estigmatizou e criou a diferença que não podia conversar sobre ou suportar, abandonando a convivência no grupo. Porém, a experiência no novo Grupo possibilitou a mudança, promoveu uma reflexão, proporcionando um novo lugar de onde pudesse ver o outro em sua dor e sofrimento e, portanto, em sua humanidade.

Uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito. Quando o fazemos, anulamos a pessoa e só vemos o reflexo de nossa própria intolerância. Tudo aquilo que distingue a pessoa tornando-a um indivíduo; tudo o que nela é singular desaparece. O estigma dissolve a identidade do outro e a substitui pelo retrato estereotipado e a classificação que lhe impomos. (SOARES, 2005, p. 175)

O exemplo exposto é de uma participante do grupo, mas também pode ser utilizado para descrever posturas profissionais que têm essa direção do estereótipo e classificação. Se nos distanciamos da população atendida, considerando-as números ou categorias, reproduzimos visões estigmatizadoras e não vemos mais os sujeitos.

Cotidianamente, atendemos pessoas da classe-que-vive-do-trabalho, que sobrevivem em condições precárias e demandam serviços de várias ordens, porém, não podemos considerar um trabalho rotineiro, ao partirmos do princípio da singularidade. Apesar das particularidades de um grupo de pessoas, temos que considerar a premissa de que cada sujeito é portador e construtor de sua história, que é única.

Ao denominarmos “familiares de vítimas de homicídio” não queremos criar um estigma ou uma classificação, mas reconhecer a situação de violação de direitos pela qual esses sujeitos passaram. Sendo assim, considerando essa denominação uma passagem – condição de vítima – é que surge a possibilidade de não cristalizarmos essa visão.

Então, a partir do reconhecimento de uma condição de vítima é que se torna possível o trabalho com o sujeito para ultrapassar esse lugar, promovendo a construção de uma passagem para o lugar de cidadão.

(...) quando circunscrevemos determinado grupo ou indivíduo como vulnerável, exposto ao risco (...) nossa intenção é protegê-lo, humanizá-lo, abrir-lhe alternativas, evitando a criminalização repressiva que os estigmatiza, demoniza e condena ao círculo vicioso das profecias que se autocumprem. Nossa intenção é

esta, mas, frequentemente, caminhamos sobre o fio da navalha, porque tangenciamos, nós mesmos e contra a vontade, a estigmatização e a criminalização. (...) o jeito é assumir a plena consciência sobre a ambivalência desta (grifo nosso) posição, evitar sua degradação no seu contrário, exibindo, preventivamente, a dimensão crítica que a autoconsciência do problema comporta. (SOARES, 2005, p.210)

Falamos do olhar da participante do grupo, do profissional de Serviço Social e, agora falaremos do olhar da sociedade (que inclui esses outros sujeitos) para a violência e suas vítimas.

Precisamos nos perguntar: Que se quer ver? Que esta sociedade quer e não quer ver?

Na cidade de São Paulo, há índices de vulnerabilidade, exclusão social e homicídios extremamente diferentes nos diversos distritos. Segundo o Mapa da Exclusão/Inclusão Social, a taxa média de homicídio no Jardim Ângela é 28 vezes maior do que em Moema, por exemplo. Em distritos do extremo sul e leste da cidade, há índices alarmantes de homicídio, situação que já provocou marcas na estrutura demográfica da cidade e do País.

Há um déficit de jovens, entre 15 e 24 anos, na sociedade brasileira – fenômeno que só se verifica nas estruturas demográficas de sociedade que estão em guerra. Portanto, o Brasil vive as consequências de uma guerra inexistente e, mais que qualquer outro, determinado setor social está pagando com a vida o preço dessa tragédia. Este processo pode ser descrito, sem qualquer exagero retórico, como genocídio: um genocídio paradoxal, autofágico e fraticida. (SOARES, 2005, p.247)

Portanto, as vítimas diretas e seus familiares pertencem, na maioria das vezes, à classe que vive do trabalho e, historicamente, são sujeitos que vivenciam as consequências mais avassaladoras do processo de desigualdade e exclusão social.

São reconhecidos por serem “pobres”, “marginais”, “delinquentes”, “vagabundos” e, assim classificados, são vistos pela sociedade. Desta forma, são considerados “inúteis” e “descartáveis”, numa sociedade capitalista. Portanto, as vidas que são perdidas ganham o caráter de matáveis.

A desigualdade cotidianamente ratificada tem como consequência imediata a construção de uma malha que articula e desdobra novas formas de violência que, por sua vez, se colocam a serviço da manutenção das desigualdades e cuja lógica repousa em contradições e paradoxos que inibem a criação de formas para enfrentá-las. É quando a violência encontra apoio e suporte em todos os setores da sociedade, que alimentam e a mantêm como dispositivo aceitável e mesmo desejável. (ENDO, 2005, p.26)

Essa ideologia dominante faz com que os familiares de vítimas de violência reclamem por outra forma de reconhecimento e tratamento, diferente da que recebem da maior parte da sociedade. Pedem que sejam respeitados em sua dor e sofrimento, porém sem piedade:

Não adianta contar só minha história, tenho que dizer o que eu quero (Justiça). Se não, a pessoa vai ler o livro e falar: “Tadinha, como dói...”

As famílias querem ter seu tempo para o luto; querem voltar aos seus trabalhos, mas com condições para fazê-lo; querem ser consideradas cidadãs, em seus direitos e deveres, mas para isso precisam contar com serviços, instituições e uma sociedade que as acolham e as considerem seres humanos. Uma participante disse sobre essa questão: *Incomoda saber que o outro é parecido com você*, referindo-se aos outros, à sociedade, que não enxerga os demais como iguais.

Há uma fome mais funda que a fome, mais exigente e voraz que a fome física: a fome de sentido e de valor; de reconhecimento e acolhimento; fome de ser – sabendo-se que só se alcança ser alguém pela mediação do olhar alheio que nos reconhece e valoriza. Esse olhar, um gesto escasso e banal, não sendo mecânico – isto é, sendo efetivamente o olhar que se vê – consiste na mais importante manifestação gratuita de solidariedade e generosidade que um ser humano pode prestar a outrem. Esse reconhecimento é, a um só tempo, afetivo e cognitivo, assim como os olhos que vêem e restituem à presença o ser que somos não se reduzem ao equipamento fisiológico. O olhar (ou a modalidade de percepção fisicamente possível) que permite ao ser humano o reencontro com sua humanidade, pela mediação do reconhecimento alheio, é o espelho pródigo que restaura a existência plena, reparando o dano causado pelo déficit de sentido, isto é, pela invisibilidade. (SOARES, 2005, p. 216)

Assim sendo, como o profissional pode estabelecer uma relação de alteridade com os sujeitos que atende?

Além de evitar o olhar estigmatizador e julgador, que traz como consequência a invisibilidade e a indiferença, vê-se a possibilidade de transformação por meio do acolhimento, da escuta e do diálogo. Portanto, os atendimentos podem ser feitos por meio de “escuta-diálogo-reflexão-intervenção” entre o profissional e usuário. Dessa forma, o sujeito e as manifestações da questão social que expressa se tornam centrais para o atendimento.

A escuta é fundamental para compreender e desvendar a realidade dos sujeitos. No caso da violência, conforme já explicitado, as ambiguidades e paradoxos são constantes, e, para não cair em posições moralistas e condenatórias, é preciso estarmos atentos às relações sociais estabelecidas, aos sujeitos e suas histórias.

As falas dos participantes dos Grupos são reveladoras em relação a essa escuta:

Meu caso é mais um caso, porque ninguém quer falar.

Lá fora você fala com as pessoas e quando vira as costas elas te apontam e dizem que o que aconteceu é culpa dos pais...

(...) as pessoas falam de violência, mas eu nem consigo ouvir direito...

Aqui não sou julgada pelo que falo, é o lugar onde conseguem me ouvir.

Assim como o olhar, a escuta também precisa ser atenta, despida de prejulgamentos e constituída pelo estabelecimento de uma relação de confiança entre profissional e sujeito. Caso o profissional não desenvolva essa postura, pode desenvolver uma prática de não reconhecimento daquele sujeito enquanto ser humano genérico, mas estabelecer com uma relação de tutela, assistencialista e moralista.

A escuta é ferramenta essencial para o profissional ultrapassar as “primeiras impressões” sobre a situação relatada pelo sujeito, estabelecendo com os familiares de vítimas uma relação de desvelamento da realidade social, e, portanto, das queixas inicialmente apresentadas. A escuta qualificada possibilitou que a coordenação do Grupo de Cidadania de 2006 se posicionasse de forma crítica diante do *sem resposta*, das falas sobre vingança e das impotências apresentadas pelos participantes. Os coordenadores mantinham uma escuta interessada em “ir além” do explícito, buscando o que estava “por trás” da fala.

Desta forma, a coordenação pôde questionar e intervir no sentido de compreender o que não se revelava nas falas aparentes. Em relação às falas de vingança, entendemos que se referiam à impotência diante da realidade da impunidade que se impunha a todo momento no trajeto dos familiares e discutimos formas de acesso à Justiça, contando com outras instituições, além do Cravi, que pudessem constituir redes de apoio, por exemplo.

Em relação ao *sem resposta*, a coordenação escutou a possibilidade de construir uma demanda, a partir do diálogo com os participantes do grupo:

O *sem resposta* nomeado no grupo foi manejado como possibilidade de articulação da subjetividade (dor, trauma) a uma construção do laço social (manifestação, elaboração de um produto a ser apresentado à sociedade). E a escolha que o grupo fez na construção de um produto que os representasse para a sociedade foi um livro. Ao *sem resposta*, foi dada a resposta possível: o livro de cidadania”. (CARITÁ; OLIVEIRA; ERNESTO, 2008)

Consideramos o olhar, a escuta, o diálogo e a intervenção como ferramentas para a prática profissional, e, com essas ferramentas, a coordenação construiu, junto com os participantes, possibilidades de enfrentar a impotência diante da violência.

A partir das ambiguidades e da falta de referência dos familiares, o Serviço Social ancorou-se em princípios do Código de Ética profissional, entendendo a ética como contraposição à violência. Partimos desse princípio ao entendermos que os atos de violência desconsideram o sujeito em sua dignidade humana, enquanto sujeito de direitos e livre.

A partir do Código de Ética de 1993 a profissão adota uma visão de homem e de mundo, norteador primeiro para o exercício de uma prática comprometida com a crítica e superação do modelo capitalista dominante, estabelecendo um compromisso com a democracia, liberdade, equidade, cidadania, entre outros.

A obra marxiana, que ampara essas concepções, compreende o homem como um ser que precisa da natureza para sobreviver, e que a transforma de forma teleológica – por meio da atividade vital – para responder às suas necessidades. Portanto, o ser social reproduz-se a partir do trabalho, categoria ontológica fundante e atividade vital desenvolvida na relação com a natureza; configurando-se como um ser genérico e indivíduo singular.

O trabalho proporciona o desenvolvimento de mediações como: sociabilidade, consciência, universalidade e liberdade, pois só se objetiva socialmente, ou seja, na relação com outros homens, por meio da linguagem, representações e costumes.

A sociabilidade acontece com a (re)criação de necessidades e formas de satisfação, cuja consequência é a transformação do sujeito e do objeto. Para responder às suas necessidades e satisfações, o homem transforma a natureza e agrega valor aos objetos necessários ao seu desenvolvimento; a essa transformação, dá-se o nome de consciência humana, que é uma capacidade racional e valorativa. Ao valorar e, portanto, escolher o “produto” de sua transformação da natureza (o produto objetivo da prática personifica suas intenções e seus projetos), o homem pode exercer sua liberdade e sua ética.

Ao criar um objeto, o homem se reconhece no produto de sua ação e, ao mesmo tempo, há um reconhecimento desse objeto por outros seres humanos, independentemente do indivíduo que o criou. A partir do outro, esse objeto ganha (outros) valores, proporcionando a consciência da generalidade humana. Portanto, o

produto da prática está sempre numa relação dialética entre sujeito-objeto e indivíduo-gênero humano.

As mediações – sociabilidade, consciência, liberdade e universalidade – orientam a prática e a intervenção no processo de atendimento da equipe de Serviço Social do Cravi. Essas categorias norteiam o diálogo profissional-sujeito e amparam a reflexão, que se constitui no processo de atendimento, com vistas a garantir a equidade, autonomia, o exercício da cidadania e aprofundamento da democracia.

Principalmente no Grupo de Cidadania de 2006 tivemos exemplos dessa passagem e transformação dos participantes. Os integrantes que se apresentavam, num primeiro momento, com suas queixas, demandas, desejos e necessidades individuais, puderam, ao longo do processo grupal, estabelecer outra relação com os demais integrantes do grupo. A relação, que a princípio se dava de forma individualista, foi se transformando com o olhar e a interação voltada ao coletivo.

Neste início de grupo as faltas eram frequentes, não havia muita implicação em relação às tarefas propostas, havia muita desconfiança entre os participantes do grupo que tinham dificuldades em colocar suas opiniões e falar sobre a perda e o sofrimento causado por esta. A posição inicial do grupo era de que a violência era um problema individual, portanto de responsabilidade de cada um, em âmbito privado. (CRA VI, 2009)

Por meio da sociabilidade pôde-se construir as relações que esses sujeitos estabeleciam com outros sujeitos, no seu ambiente de trabalho, com sua família, no seu cotidiano. Como esses sujeitos transformam suas necessidades? Houve ou há consequências da violência sofrida em suas vidas? Quais? Que fez com essas consequências? Conseguiu transformá-las? Transformou como? Quais recursos foram utilizados? Estabeleceu vínculos com sua comunidade? Constituiu uma rede de sociabilidade? Faz parte de associações de bairro, de sindicatos, ou organizações que representem seus interesses? Que este sujeito faz com as expressões da questão social que se refletem em sua vida?

Ouvimos relatos de muita descrença na coletividade, já que a sociedade costuma responder aos familiares de forma muito individualista, sem se envolver com as consequências da violência e sem perceber sua responsabilidade na questão. Os participantes relatam escutar: *Deixa pra lá, isso não vai dar em nada*, ou para esquecerem o que aconteceu, porém, esses não são seus desejos. Lutam para ser reconhecidos e conhecer outros que passaram pela mesma situação, e, assim, identificar

parceiros nessa luta. Querem coletivizar sua dor e as consequências da violência com a sociedade, mas esta responde com indiferença e com invisibilidade.

Muitos participantes dos dois grupos relataram as mudanças ocorridas em suas vidas, após perder um familiar vitimado pela violência. Contaram que não conseguiam mais sair de casa, ou que abandonaram suas casas, com medo de represálias; que largaram seus empregos, pois não conseguiam mais trabalhar, produzir, pois só pensavam na violência ocorrida; questionavam se era justo ficarem dentro de suas moradias, com medo, e o responsável pela violação estar solto nas ruas. Questionavam os Direitos Humanos, dito ser só para bandidos, questionavam a justiça e a Justiça, o Sistema Judiciário, a polícia corrupta... questionavam, em todos os momentos, sobre seus valores e como esses tinham mudado, após viver a situação de violência.

Com a mediação consciencial, observamos como o sujeito constitui o valor (“o significado”) em sua vida: Qual(is) valor(es) tem os objetos, as pessoas, suas relações. Qual o valor empregado na violência que sofreu? Qual o valor agregado à justiça, vingança, liberdade, paz? Qual valor designado ao trabalho, à família, ao bairro? Os valores mudaram após a violência sofrida? Como? Por quê?

Essa categoria permitiu trabalharmos com os significados atribuídos pelos sujeitos aos objetos, pessoas, relações sociais, entre outras. Os valores são produto da prática humana; “(...) o produto de sua transformação torna-se um valor que não existe no objeto em si, mas que é produto da atividade humana” (BARROCO, 2006, p. 29). Portanto, se o sujeito perde a consciência desse processo, ou seja, se o sujeito não reconhece os valores que ele atribui às coisas, há possibilidade dele se alienar dos significados atribuídos a isso.

Entendemos a alienação como uma cisão entre sujeito e objeto – criador e criatura – um estranhamento, um não-reconhecimento de si enquanto sujeito. Numa sociedade capitalista, por causa da apropriação privada dos meios de produção, o trabalho – atividade que poderia ser emancipadora – passa a ter o caráter de atividade alienada, pois o sujeito não se reconhece no produto da sua prática. O indivíduo e as relações sociais passam a ter valor de “coisa”.

Essa situação apareceu inúmeras vezes nos grupos. Os participantes se perguntavam se eram possuidores de direitos garantidos em lei; por que os direitos só eram válidos para bandidos; por que deveriam falar em justiça se só vivenciavam a injustiça.

As intervenções da coordenação nessas situações eram no sentido de problematizar e faz refletir a respeito das falas apresentadas. A prática era norteada para compreender as falas, tentando entender em quais valores estavam referenciadas, para oferecer outras e novas informações, com o objetivo de construir outras possibilidades:

Antes eu não sabia o que era violência, para mim, bater era algo normal. Depois me dei conta que era um ciclo de violência. Violência que se faz com mais violência. Na terça, eu briguei com meu marido e dei graças a Deus que meus filhos não estavam lá. Quero criar meus filhos sem violência.

Podemos pensar na violência num aspecto social, a pobreza, a desigualdade, e a impunidade também.

Tanto no grupo de 2006 quanto no de 2009, os participantes agregaram um valor à violência como sinônimo de desrespeito e, este, como sinônimo de injustiça. Puderam se perceber, a partir de suas singularidades, num contexto comum: São vítimas da violência, causada pelas desigualdades sociais, numa sociedade que desrespeita direitos, causando a injustiça e a impunidade.

(...) Respeito está associado ao espaço pelo outro. A sociedade não tem mais isso... o desrespeito gera a violência.

Diante dessa constatação, os grupos oscilavam entre a potência e a impotência. O que fariam em relação à sociedade que não os enxergava? Como driblariam as consequências das desigualdades sociais? Como seriam respeitados em seus pedidos e de que forma poderiam ter seus direitos assegurados pela Justiça?

Os integrantes dos grupos perceberam que uma das saídas era se unirem. Consideraram suas diferenças e passaram a identificar possibilidades coletivas para atravessar a situação de violência e de vitimização.

Pudemos perceber a mobilização do grupo em direção à resolução coletiva dos problemas, primeiramente os do próprio grupo e posteriormente se desdobrando para ações no bairro e em outros espaços de participação coletiva, como escolas, associações de bairro, etc. As trocas de experiências tornaram-se mais constantes, desde fazerem o trajeto para casa juntos até a troca de informações relacionadas ao acesso à Justiça... (CRA VI, 2009)

Em muitos momentos, os integrantes dos grupos ficaram “perdidos” em relação a como fazer alguma coisa, de que forma, porém concluíram que algo precisava ser feito e de forma coletiva. Um produto que atingisse a sociedade, que lhes oferecesse voz e visibilidade, que tivesse utilidade a outros familiares que passaram por situações de

violência, enfim, algo em que pudessem ser reconhecidos na condição de vítimas, mas que fosse para além desse lugar: que promovesse a ocupação do lugar de sujeito de direitos, produtores e construtores de uma sociedade voltada para a prevenção e combate da violência.

Necessitamos de justiça e menos violência, desejamos a paz...

Você não está isento, o fato de fazer parte da sociedade você se torna responsável por ela também, todos somos responsáveis pela violência.

Eu acho que a gente tem que passar (a experiência do grupo) adiante, para outras pessoas, levar para outras pessoas que não conhecem.

Pensemos então em relação à categoria liberdade. Entende-se que “a autoconsciência é um ato de autodeterminação; capacidade humana posta em movimento pelo trabalho”, e que, “ao ser capaz de autodeterminar-se, o ser social evidencia sua vontade racional libertadora de sua autonomia” (BARROCO, 2006, p. 28). O produto de sua prática contém suas intenções e projetos, portanto, o sujeito pode fazer escolhas. Esse movimento é o gerador da liberdade e da ética.

Entendemos que o sujeito, ao significar, pode desenvolver a autoconsciência, e, a partir daí, fazer escolhas mais pertinentes para sua vida. O sujeito ético é o sujeito consciente, e, portanto, com mais possibilidade de ser livre e alcançar sua generalidade humana.

O objetivo é que o sujeito possa transformar sua queixa numa demanda, ou seja, o sujeito pode direcionar seu pedido a alguém, constituindo uma relação; pode passar de um lugar de objeto para o de sujeito de suas ações, ser responsável por elas, e o profissional pode auxiliar o sujeito nessa passagem.

Fazer escolhas que façam sentido e tenham pertinência para o sujeito nas relações sociais, parece ser um caminho na direção da liberdade e da ética, pois se espera que o sujeito possa se responsabilizar pelas alternativas escolhidas, dentre as possíveis.

Criar um sentido nas relações sociais significa chegar à universalidade. Da mesma forma que o objeto – produto da ação do sujeito – é criado a partir das escolhas, necessidades e significados de um sujeito, quando esse objeto passa a existir independentemente do sujeito que o criou, pode ser reconhecido pelos demais e ganhar, nessa relação, outros valores e significados.

Sabemos que há muitos familiares de vítimas que não conhecem seus direitos e nem instituições de atendimento às quais possam recorrer. Sabemos, também, que muitos sujeitos vivenciaram de forma direta e indireta a violência e não conseguem sair de casa para pedir ajuda. Outros, chegam até o Cravi, mas têm dificuldades para libertar-se da condição de vítima e permanecem numa posição individualista e de impotência.

Porém, buscamos realizar um trabalho que ultrapasse essas posições, por meio da reflexão, do diálogo e da efetiva construção de outras possibilidades, que considerem todos esses elementos, para que esses familiares redirecionem suas vidas, inserindo-se na sociedade como sujeitos de direitos e não criminalizados e discriminizados.

Os Assistentes Sociais têm papel importante nessa construção e, estabelecendo esse compromisso ético com a população, também fazem escolhas e se posicionam eticamente nas relações estabelecidas.

Os integrantes dos Grupos foram indicados, pelos profissionais que os atendiam, para participarem do Grupo de Cidadania, mas também tinham a escolha de participar ou não. Alguns integrantes decidiram não participar dessa forma de atendimento, preferindo continuar nos dispositivos individuais.

Os participantes que integraram os Grupos de 2006 e 2009 optaram por conhecer outros familiares de vítimas, compartilhar publicamente sua dor e sua busca, estabelecer vínculos com desconhecidos, se co-responsabilizar por uma sociedade desigual e violenta, não se conformar com sua condição de vítima e, finalmente, resistir e lutar coletivamente por outras condições de vida e contra a violência.

Escolheram o árduo caminho de acreditar na Justiça e não nas formas de vingança; decidiram estabelecer relações de alteridade e constituir laços sociais; optaram pela difícil visibilidade, mesmo na condição de familiar de vítima, tão estigmatizada e condenada; assumiram a responsabilidade de enxergar outras pessoas nessa mesma condição e compartilhar suas trajetórias.

Enfim, construíram produtos que respondessem, mesmo que em parte, às suas angústias e falta de respostas. Os produtos dos grupos deram “(...) sentido para os relatos, sentimentos e ações dos participantes, em direção a um fazer coletivo que colaborasse para o rompimento do silenciamento” (CRAVI, 2009).

Além da produção de um livro e de um *blog*, também, percebemos mudanças em relação aos lugares e posicionamentos dos integrantes dos grupos. Ainda durante os processos grupais, alguns familiares passaram a participar de eventos e mobilizações

sociais que tratavam da violência e Direitos Humanos, indicando ações voltadas ao coletivo, à resistência e luta por uma sociedade mais justa. Outra integrante formou um grupo de discussão sobre as consequências do uso de drogas na escola onde estudava. Uma participante, que já era militante dos Direitos Humanos, mesmo após sua perda, deu continuidade à luta pelo reconhecimento e afirmação dos direitos iguais para os seres humanos.

A maioria dos participantes, após o processo grupal, disse que a saudade e o sofrimento, em relação à perda violenta, jamais deixariam de existir, porém, junto com esses sentimentos, estaria a resistência e a luta na direção de uma sociedade mais democrática e equitativa:

Encontramos espaço para falar e ouvir, desabafar, aprender a lidar com os sentimentos, amparo, saídas para os problemas, orientações e desejos de dias melhores. Recebemos orientações sobre cidadania. Tudo isso contribuiu para dar força, esperança, qualidade de vida, ter otimismo, caminhar sem medo e ser cidadão.

... a gente acaba não tendo visibilidade, a gente acaba não tendo voz. E a nossa proposta, desse grupo aqui de Cidadania..., é que a gente passe a ter isso, e que a gente passe, também, a mostrar para outras pessoas, porque existem muitas vítimas e vai continuar existindo, infelizmente, que esse percurso pode ser menos doloroso...

(...) Entendemos que a violência não é natural, mas uma construção social. É por isso que afirmamos a necessidade de justiça. A voz e a visibilidade são meios que nós, vítimas, temos para que a violência pela qual passamos não seja esquecida. As informações discutidas no grupo foram importantes para nos orientar por qual caminho seguir. Portanto, o produto deste grupo é coletivizar as informações recebidas, indicando caminhos a serem percorridos pela vítimas e seus familiares, em direção à justiça, acesso a direitos, exercendo nossa cidadania.

Assim sendo, entendemos que o Serviço Social contribui, com o dispositivo do Grupo de Cidadania, e com as demais áreas de saber, para mobilizar as potências de transformação dos sujeitos participantes. Esse dispositivo possibilitou passagens de lugares de subalternidade, alienação, vitimização e invisibilidade, para lugares de potência, ação responsável, coletividade, mais liberdade e, portanto, de sujeitos de direitos.

Não temos uma resposta única, pronta e suficiente para a violência, mas podemos pensar em alternativas para isso. O grupo de cidadania foi uma tentativa de construção de outros caminhos, outros olhares sobre a perda violenta. (CARITÁ;, ERNESTO; OLIVEIRA, 2008)

Essa prática interdisciplinar e social proporcionou aos coordenadores dos Grupos de Cidadania desenvolver um trabalho crítico e desafiador, no sentido de que constantemente nos deparávamos com questões éticas fundamentais para serem dialogadas. O projeto metodológico do grupo foi elaborado antes dos encontros, porém, na maioria das vezes, a coordenação alterou as tarefas destinadas aos encontros, pois o grupo demandava a discussão de outras questões.

A própria metodologia abria outras possibilidades, já que os temas eram escolhidos pelos integrantes dos grupos. A importância do diálogo e da troca nunca foi subestimada e a participação dos integrantes foi fundamental para que o grupo alcançasse seus objetivos.

Da mesma forma que os participantes não tinham respostas para a questão da violência, a coordenação também se propôs a construí-las em conjunto, jamais se posicionando de forma superior, de quem “sabia mais”; ao contrário, quando os grupos colocavam os coordenadores nesse lugar, nossa posição era problematizar a questão e mobilizar o conhecimento do grupo para construir juntos outras possibilidades de enfrentamento da situação.

Em muitos momentos, as coordenações dos Grupos também ficaram “sem respostas”, diante das questões:

O que fazer com o fato de alguns dos integrantes permanecerem em silêncio em um grupo que convoca para um posicionamento frente aos outros? De que forma escuta-se e responde-se à demanda de vingança num grupo de cidadania, onde os princípios dos Direitos Humanos foram tomados como norteadores? Como manejar os relatos que provocam, ao mesmo tempo, o horror e o fascínio? Como articular a dor, a violência, o trauma ao conceito de cidadania? Isto é possível? Como lidar com questões como: Por quê? Por que comigo? Por que aconteceu isso na minha família? (CARITÁ; ERNESTO; OLIVEIRA, 2008)

Porém, o trabalho foi pautado em muito estudo, discussões, reuniões de planejamento e avaliação e, desta forma, construímos alternativas que foram melhor desenvolvidas junto com os participantes.

Algumas dessas questões e muitas outras puderam ser trabalhadas pelas coordenadoras através das técnicas de suas profissões; outras ainda foram respondidas pelos próprios integrantes do grupo. Outras foram agrupadas e nomeadas em grupo como sem resposta. (CARITÁ; ERNESTO; OLIVEIRA, 2008)

Alguns “sem resposta” permanecem, já que, diante da complexidade do fenômeno da violência, não basta que alguns se coloquem a refletir e a construir alternativas e soluções. Assim trabalhamos a consciência, a co-responsabilização, a sociabilidade, liberdade e universalidade, nos Grupos de Cidadania, elementos fundamentais nos quais toda a sociedade deve se apoiar para iniciar um movimento de acolhimento dessas questões trazidas pela violência.

Somente após o reconhecimento de que vivemos numa sociedade desigual e, portanto, violenta, na qual todos somos responsáveis por suas causas é que poderão se dar a transformação e a passagem para a construção de uma sociedade equitativa, justa, democrática, composta por sujeitos livres e de direitos.

6.2 Considerações Finais

Nos grandes centros urbanos, a violência tem deixado marcas profundas na sociedade. O cenário urbano foi se alterando e gerando mudanças no espaço geográfico, social e demográfico. A população sofre os impactos da violação de direitos cotidianamente e, como consequência, as relações sociais cada vez mais estão baseadas no individualismo, medo, na desconfiança e exclusão.

Os crimes violentos, especificamente os homicídios, produzem vítimas diretas predominantemente nas periferias das metrópoles. São homens, na faixa etária de 18 a 35 anos, frequentemente pardos ou negros, pertencentes à classe-que-vive-do-trabalho que são assassinados por outros homens com o mesmo perfil.

Após o homicídio, a maioria dos familiares dessas vítimas, denominados vítimas indiretas, inicia um percurso na busca pela justiça, pelo acesso e pela garantia de seus direitos, como, por exemplo, o de se realizar a investigação e a resolução do crime, o direito de participar do julgamento, e direito ao luto.

Nesse trajeto, as vítimas indiretas deparam-se com as injustiças e violações de uma sociedade que se recusa a partilhar da experiência do luto, que não se vê como responsável e copartícipe da violência e que não as vê como sujeitos na condição de vítimas.

A maior parte dessas famílias desconhece seus direitos e não acredita na possibilidade de obter algum tipo de justiça em relação à perda violenta. E se tornam descrentes em relação à sociedade, pois, muitas vezes, acabam por conviver com os responsáveis pelo crime em seu próprio bairro.

Outras famílias têm a possibilidade de buscar ajuda para suas demandas psicológicas, sociais e jurídicas, em instituições que trabalham na perspectiva dos Direitos Humanos, oferecendo apoio e proporcionando acesso à tão esperada e dolorida justiça.

O Cravi, órgão da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, é uma dessas instituições. Foi inaugurado em 1998, com a missão de promover, de forma interdisciplinar, por meio das áreas do Direito, Psicologia e Serviço Social, a acolhida, os apoios e o acesso à Justiça aos familiares de vítimas de crimes violentos, mais especificamente, homicídio, latrocínio e crimes contra a vida.

A partir da experiência de estágio e das informações do TCC e da Pesquisa PUC-Fapesp-Cravi pudemos conhecer e aprofundar o perfil das vítimas diretas e indiretas. As vítimas indiretas que forneceram as entrevistas e que procuram o Cravi são, em sua maioria, mulheres: mães, companheiras e esposas das vítimas diretas, moradoras da periferia da cidade e pertencentes à classe-que-vive-do-trabalho. Relataram suas trajetórias de vidas marcadas por outros tipos de violência, suas necessidades e demandas. Choraram por lembrar-se de seus entes perdidos, revoltaram-se ao lembrar-se que foi de forma violenta e expressaram indignação por não serem reconhecidas, ouvidas e não terem tido justiça.

O trabalho dos profissionais com vítimas indiretas também foi trazido pela Pesquisa PUC-Fapesp-Cravi e pelo TCC e são rerepresentados nesta dissertação por ainda serem válidos hoje. Os profissionais devem realizar o trabalho numa perspectiva interdisciplinar, promovendo acolhida e escuta qualificada dos sujeitos; ultrapassar as demandas imediatas, buscando as reais necessidades e pedidos para promover acesso aos direitos, às informações e à Justiça. Os dados e análises foram fundamentais no aprimoramento do trabalho oferecido no Cravi e continuam sendo referências importantes para tratar das temáticas da violência, suas vítimas e do trabalho profissional do Assistente Social.

Nesse sentido, como fomos entendendo a violência, seus conceitos e historicidade e suas consequências nos dias atuais?

Por meio do relato de um caso atendido no Cravi e a partir do referencial do materialismo histórico dialético, problematizamos a sociedade capitalista e seus desdobramentos, verificando que a violência é um dos principais desafios a ser enfrentado dentre as expressões da questão social. Apontamos que a violência é uma

construção histórica e social, e que numa sociedade que tem em seu cerne a desigualdade social, a violência ganha expressões e consequências importantes.

Problematizamos a relação que o Estado e seus agentes estabelecem com a sociedade civil e sua omissão no enfrentamento da violência. Este tem se mostrado ineficaz e muitas vezes bastante violento. Ao visualizar o povo como inimigo, o Estado promove a cultura de violência, que geralmente gera nos sujeitos descrença em suas instituições.

Nesse sentido, as vítimas indiretas clamam pelos seus direitos e por justiça, já que reconhecem viverem numa sociedade que as exclui. A saudade, o luto, a impotência, a revolta e a desesperança são componentes na trajetória que os familiares fazem em busca de justiça, porém pedem acolhida, apoio, escuta e informações para que não precisem realizar esse trajeto de forma individual e solitária. Querem ultrapassar sua condição de vítima, mas para isso precisam contar com uma sociedade mais justa e solidária e com serviços especializados no trato dessas questões. Para que consigam superar sua condição de vítima, esperam ser reconhecidos como sujeitos que sofreram violações de direitos, esperam ser escutados em seus pedidos por justiça, terem voz e visibilidade na sociedade, para então conseguir exercer a cidadania de forma mais autônoma e crítica.

Com essas demandas destinadas aos profissionais do Cravi, o trabalho torna-se um constante desafio. No início das atividades da instituição, advogados, psicólogos e Assistentes Sociais trabalhavam numa perspectiva mais individual e multidisciplinar, porém, com o aprimoramento e mais informações sobre as temáticas, foram desenvolvendo outras práticas que visavam ao atendimento em grupos e de forma mais coletiva.

Relatamos a experiência de um grupo atendido por profissionais das três áreas de saber, de forma multidisciplinar, porém com resultados bastante significativos na compreensão e construção de novas alternativas no trato da perda violenta.

A partir do amadurecimento da instituição e da equipe, conseguimos efetivar uma proposta de trabalho interdisciplinar – o Grupo de Cidadania. Essa experiência é inicialmente apresentada a partir de seus referenciais teórico-político-metodológicos, seus objetivos e justificativa.

Concomitantemente a essa experiência, discutimos as possibilidades e desafios em realizar um trabalho interdisciplinar, propondo uma prática social entendida como

expressão do saber, prática educativa e política voltada para a autonomia dos sujeitos, solidificação da democracia e fortalecimento da cidadania.

A partir desses referenciais, a equipe acompanhou três Grupos de Cidadania, nos anos de 2006, 2007 e 2009, porém, utilizamos, nesta dissertação, apenas a primeira e a última experiências. Nos grupos de 2006 e 2009, participaram 15 vítimas indiretas, que puderam trocar experiências e saberes e produzir trabalhos significativos como respostas à violência e falta de justiça.

Apresentamos o relato dos grupos a partir da trajetória e da fala dos participantes, e problematizamos os desafios e conquistas tanto da coordenação dos grupos quanto dos integrantes. As falas confirmam que, desde a inauguração do Cravi (1998) – quando começamos a ouvir as vítimas indiretas – até a formação do Grupo de Cidadania, de 2009, poucas mudanças ocorreram em relação à desigualdade social e violação de direitos.

As vítimas indiretas continuam sendo invisíveis aos olhos da sociedade e, como resultado, não há políticas públicas efetivas e consolidadas para lidar com essa questão. Por isso, apresentamos suas demandas, desejos, potências e impotências, ambiguidades, formas de luta e resistência à violência como mais uma forma de proporcionar visibilidade e alternativas de enfrentamento dessas temáticas.

Se temos uma sociedade omissa em relação à violência e suas vítimas, como os Assistentes Sociais e outros profissionais estão se posicionando perante os desafios e deficiências colocadas?

Trazemos, por fim, a discussão sobre a prática do Serviço Social enquanto mobilizadora das potências de transformação das vítimas indiretas. A partir da escuta, diálogo e reflexão, pautados pelo Código de Ética da profissão e da proposta marxista, acreditamos que os Assistentes Sociais podem propor práticas e desenvolver metodologias que contribuam para o enfrentamento da violência e quebra de ciclos de violações.

Para isso, são necessários profissionais comprometidos com as direções estabelecidas no Código de Ética da profissão, com formação sólida e consistente; o desenvolvimento de linhas de pesquisas sobre as temáticas da violência, sobre vítimas diretas e indiretas, e Direitos Humanos; e políticas públicas inovadoras para o trato das questões.

Necessitamos e desejamos também construir uma sociedade mais democrática e crítica, com troca de saberes, e que proponha novas alternativas para ultrapassar a violência.

O desafio é alcançar uma sociedade sem guerras particulares ou coletivas, que possa se responsabilizar por não perpetuar qualquer tipo de exclusão, desigualdade e violência e que proporcione transformações significativas como foi a obtida com a experiência “do luto à luta”.

REFERÊNCIAS

ABESS. **Proposta de currículo mínimo para o curso de serviço social**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <www.abepss.org.br/briefing/documentos/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf>. Acesso em: 6 jul.2010.

ABEPSS. Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na política de assistência social, Brasília, 2007. Disponível em: <www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Finalgrafica.pdf>. Acesso em 23 jul. 2010.

AGAMBEN, Giorgio. Homo sacer: o poder soberano e a vida nua. In: OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho e, PAVEZ, Graziela Acquaviva. **Relatório final de atividades** – 1998-2003. No prelo.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

ALMEIDA, Suely Souza de. Violência e direitos humanos no Brasil. **Revista Praia Vermelha**, n.11, segundo semestre 2004.

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social**: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.

BAPTISTA, Myriam Veras. A ação profissional no cotidiano. In: MARTINELLI, Maria Lúcia, ON, Maria Lúcia Rodrigues, MUCHAIL, Salma Tannus. (Orgs.) **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 2. ed, São Paulo: Cortez, 1998.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. A historicidade dos direitos humanos. **Revista PUC VIVA**, n. 33, out. 2008. Disponível em: www.apropucsp.org.br/apropuc/index.php/revista-puc-viva/39-edicao-33/433-a-historicidade-dos-direitos-humanos1. Acesso em: out. 2009.

_____. Ética, direitos humanos e diversidade. **Cadernos Especiais**, n. 37, 28 ed., ago. a set. 2006. p. 1-13. Disponível em: www.assistentesocial.com.br/biblioteca.php#cadernos. Acesso em: 6 jul. 2010.

_____. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CARITÁ, Karina Pierrobon, ERNESTO, Maria de Lourdes Gurian, OLIVEIRA, Adriana Massocato de. Cidadania: um tema possível no trabalho com vítimas de violência. **Psicologia Revista**, v. 17, n. 1 e 2, São Paulo: Educ, 2008. p. 113-130.

_____, KUWAHARA, Shiguelo, OLIVEIRA, Adriana Massocato de, PÁDUA, Ariane Carolina de, SCHUTT, Eliane, VENEZIAN, Luciana de Albuquerque. **Intervenção**

interdisciplinar entre as áreas jurídica, psicológica e social no centro de referência e apoio à vítima. 2006. Disponível em: <www.justica.sp.gov.br>. Intranet. Acesso em: 2010.

_____, FEDRI, Bruno Cervilieri, OLIVEIRA, Adriana Massocato de. **Projeto grupo de cidadania** - 2008. Disponível em: <www.justica.sp.gov.br>. Intranet. Acesso em: 2010.

_____, FERMÍN, D., KAMIMURA, Akemi, PARADINHA, Júlia. **Projeto do grupo interdisciplinar.** 2004. Disponível em: <www.justica.sp.gov.br>. Intranet. Acesso em: 2010.

_____, FERMÍN, D., KAMIMURA, Akemi, PARADINHA, Júlia. **Relatório final grupo interdisciplinar.** 2005. Disponível em: <www.justica.sp.gov.br>. Intranet. Acesso em: 2010.

_____, FURTADO, Monica, VENDITTI, Giuliana. **Vítimas de homicídio e latrocínio na Grande São Paulo:** uma primeira aproximação do serviço social na discussão da violência. (Trabalho de Conclusão de Curso)- Pontifícia Universidade Católica - PUC-SP, São Paulo, 2000.

CFESS. **Código de ética do assistente social.** 13 de março de 1993.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil:** mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. Ensaio: ética e violência. In: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Teoria & Debate**, out.dez.1998. Disponível em: <www.fpabramo.org.br/conteudo/ensaio-etica-e-violencia>. Acesso em: 6 abr. 2010.

CONNECTAS DIREITOS HUMANOS. **Análise dos impactos dos ataques do PCC em São Paulo em maio de 2006.** Coordenadores: Ignacio Cano e Alberto Alvadia, junho de 2008.

COSTA, Jurandir Freire da. O medo social. In: OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho, LIPPI, Luzia Fátima Baierl, COSTA, Marcia Regina da. Em defesa da vida, contra a violência – homicídios em São Paulo: reflexões sobre a qualidade das informações. **Revista Serviço Social e Sociedade**, ano XV, n. 47, abr. 1995, São Paulo: Cortez.

COSTA, Marcia Regina da, LIPPI, Luzia Fátima Baierl, OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho e. Homicídios em São Paulo: reflexões sobre a qualidade das informações. **Revista Serviço Social e Sociedade**, Ano XV, n. 47, abr. 1995, São Paulo: Cortez. p. 123 a 135.

CRAVI. **Quebrando o silêncio:** memória, cidadania e justiça. 2009. Tiragem limitada.

ENDO, Paulo Cesar. **A violência no coração da cidade**: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2005.

FERNÁNDEZ, A. M. O campo grupal. Notas para uma genealogia. São Paulo: Martins Fontes, 2006. In: CARITÁ, Karina Pierrobon, ERNESTO, Maria de Lourdes Gurian, OLIVEIRA, Adriana Massocato de. Cidadania: um tema possível no trabalho com vítimas de violência. **Psicologia Revista**, São Paulo: Educ, v. 17, 1 e 2. p. 113-130.

GOVERNO do Estado de São Paulo. Disponível em: <saopaulo.sp.gov.br/saopaulo>. Acesso em: 9 set. 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 13. ed., São Paulo: Cortez, 2007.

KAMIMURA, Akemi. Linguagem e efetivação dos direitos humanos: o desafio do direito no atendimento interdisciplinar a vítimas de violência. **Revista Urutágua**, Universidade Estadual de Maringá, n. 07, ago./nov., Disponível em: <www.urutagua.uem.br/007/07kamimura.htm>. Acesso em: 6 jul. 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Uma abordagem socioeducacional. In: MARTINELLI, Maria Lúcia, ON, Maria Lúcia Rodrigues, MUCHAIL, Salma Tannus Muchail (Orgs.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 2. Ed., São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Reflexões sobre o serviço social e o projeto ético-político profissional**. Palestra promovida pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, em 10 nov. 2005. Transcrição de Jussara Ayres Bourguignon, em março de 2006.

_____. **Serviço social**: identidade e alienação. 12. ed., São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MEZAN, Renato. Subjetividades contemporâneas? In: **Subjetividades contemporâneas**, Instituto Sedes Sapientiae, ano 1, n.1. São Paulo, 1997.

MICHAUD, Yves. A violência. In: OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho, LIPPI, Luzia Fátima Baierl, COSTA, Marcia Regina da. Em defesa da vida, contra a violência – homicídios em São Paulo: reflexões sobre a qualidade das informações, **Revista Serviço Social e Sociedade**, ano XV, n. 47, abr. 1995, São Paulo: Cortez. p.123-135.

MINAYO, M. C. de S., SOUZA, E. R. de. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. In: BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social**: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Adriana Massocato de. **A vítima no processo criminal**. São Paulo, TV Justiça. Entrevista concedida em 23 ago. 2009 para o programa Trocando Ideias.

OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho. **Trabalho desenvolvido pelo núcleo de serviço social no Cravi**. No prelo.

_____, PAVEZ, Graziela Acquaviva. **Consolidação de política pública de atendimento às vítimas de violência**. Projeto de pesquisa. No prelo.

_____, _____. **Proposta metodológica para atenção aos familiares de vítimas de homicídio**. No prelo.

_____, _____. **Relatório final de atividades – 1998-2003**. No prelo.

_____, _____. Vidas nuas, mortes banais: nova pauta de trabalho para os assistentes sociais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.70, ano XXIII, jul. 2002, São Paulo: Cortez. p. 80-91.

ON, Maria Lucia Rodrigues. O serviço social e a perspectiva interdisciplinar. In: MARTINELLI, Maria Lúcia Martinelli, ON, Maria Lúcia Rodrigues, MUCHAIL, Salma Tannus (Orgs.) **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 2. ed, São Paulo: Cortez, 1998.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Escritos indignados. In. ALMEIDA, Suelly Souza de. Violência e direitos humanos no Brasil. **Revista Praia Vermelha**, n.11, 2. sem. 2004.

SALES, João Moreira, LUND, Kátia. **Notícias de uma guerra particular**. Brasil: Vídeo Filmes, 1999, 56min, cor. Documentário.

SALES, Mione Apolinario. Metáforas da violência: adolescentes infratores sob a mira da mídia, da polícia e da política. In: FRANCISCO, Elaine Marlova Venzon, ALMEIDA, Carla Cristina Lima de (Orgs.) **Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 171-192.

SANTOS JÚNIOR, Belizário. **Os direitos humanos das vítimas – história da criação de um centro de referência a vítimas**, 1998. Disponível em: <www.justica.sp.gov.br>.

SCHILLING, Flávia. **Quando novos atores entram em cena...** fala promovida na ocasião do 1º SEMINÁRIO DO CRAVI, 2002.

SOARES, Luiz Eduardo, ATHAYDE, Celso, BILL, M.V. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

_____. A violência e o símbolo. In: MARLOVA, Elaine, VENZON, Francisco, e ALMEIDA, Carla Cristina Lima de (Orgs.) **Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas**, São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, Aldaíza. Conhecimento da verdade e o exercício do poder. In: MARTINELLI, Maria Lúcia, ON, Maria Lúcia Rodrigues, MUCHAIL, Salma Tannus

(Orgs.) **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 2. ed, São Paulo: Cortez, 1998.

SAWAIA, Bader Burihan. A falsa cisão retalhadora do homem. In: MARTINELLI, Maria Lúcia, ON, Maria Lúcia Rodrigues, MUCHAIL, Salma Tannus (Orgs.) **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 2. ed, São Paulo: Cortez, 1998.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência dos municípios brasileiros** – 2008. Disponível em:
<www.observatoriodesequanca.org/files/Mapa_da_violencia_PARA_WEB.pdf>.
Acesso em: 25 jul. 2010.

São Paulo, 2008

QUEBRANDO O SILÊNCIO:
MEMÓRIA, CIDADANIA E JUSTIÇA

CRAVI

Copyright© 2008 Centro de Referência e Apoio à Vítima

Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania – SJDC

Dr. Luiz Antonio Guimarães Marrey Filho – SECRETÁRIO DA SJDC

Márcia Amadeu Heleno – SUPERVISORA GERAL DO CRAVI

Centro de Referência e Apoio à Vítima – CRAVI

Cristiane Grilanda Pereira e José Eduardo Assunção Azevedo – COORDENADORES

Elaboração e Execução do Projeto

Adriana Massocato de Oliveira

Karina Pierrobon Caritá

Maria de Lourdes Gurian Ernesto

Capa e projeto gráfico

Ricardo Siqueira

Impressão e acabamento

????

Equipe CRAVI 2006

Fabricio Toledo de Souza – COORDENADOR

Mariana de Salles Oliveira – COORDENADORA DA PARCERIA INSTITUTO THERAPON ADOLESCÊNCIA

Maria Madalena de Araujo Mello – ADMINISTRATIVO

EQUIPE TÉCNICA

Adriana Massocato de Oliveira, Ariane Carolino de Pádua, Eliane Schutt de Almeida,

Karina Pierrobon Caritá, Luciana Albuquerque Venezian, Maria de Lourdes Gurian

Ernesto, Nana Correa Navarro, Pedro Tavares Antunes, Raquel Roitman, Regiane

Aparecida de Oliveira e Shiguelo Kuwahara

Equipe CRAVI 2008

Márcia Amadeu Heleno – Supervisora geral do CRAVI

Cristiane Grilanda Pereira e José Eduardo Assunção Azevedo – COORDENADORES

Claudia Oliveira – ADMINISTRATIVO

Lucilene Firmo – ADMINISTRATIVO

Maria Madalena de Araujo Mello – ADMINISTRATIVO

EQUIPE TÉCNICA

Adriana Massocato de Oliveira, Bruno Cervilieri Fedri, Karina Pierrobon Caritá, Maria

de Lourdes Gurian Ernesto, Matheus Machado Oliveira, Regiane Aparecida de Oliveira,

Siméia Ivo, Tereza Cristina Bersani Ribas e Thiago Martinelli de Vergueiro Lobo

Todos os direitos reservados a

CRAVI - Centro de Referência e Apoio à Vítima

R: Barra Funda, 1032 – Barra Funda cep: 01152000

Tel: 3666.7334 / 3666.7778

Email: cravi@justica.sp.gov.br

É com orgulho que entregamos à sociedade este livro de cidadania. O título Quebrando o Silêncio: Memória, Cidadania e Justiça já dá os indícios do que se apresenta. A obra reúne testemunhos da trajetória de reconstrução de uma vida em sociedade, após a perda de um familiar. E mostra-nos o resgate da dignidade humana, mesmo sobre o árido terreno da irreversibilidade.

O livro é prova viva do esforço de superação e reconstrução de uma cidadania ativa, que não se cala nem frente ao que mais lhe dói. Gosto de pensar que os personagens principais iniciaram a jornada de resgate como “usuários” do CRAVI, mas são agora parceiros na luta pelos Direitos Humanos.

Fico também feliz, como Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo, ao ver a qualidade dos resultados obtidos por um dos nossos programas em prol do cidadão que busca o amparo do Estado. Em especial, porque o CRAVI realiza um serviço delicado e sigiloso. Faz uma espécie de “restauração” com pessoas que sofreram indiretamente as conseqüências do crime contra a vida e seguiram caminhando com as marcas dessa violência e as dores da perda de um ente querido.

Luiz Antonio Marrey
Secretário de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania

AGRADECIMENTOS

Às professoras Isaura Isoldi e Luzia Baierl, coordenadoras do Núcleo de Violência, da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, que contribuíram de forma instigante, construindo uma ponte com o conhecimento universitário;
À instituição Santos Mártires, especialmente a Léa e Pe. Jaime, que recebeu os participantes do Grupo de Cidadania, acolhendo e incentivando idéias;
A Ricardo Siqueira pelo trabalho de diagramação do livro realizado com muita atenção e cuidado.

APRESENTAÇÃO

O CRAVI é um programa da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos. Em 2006, ano no qual foi realizado este grupo, o CRAVI também tinha como parceiros o Instituto Therapon Adolescência e a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social.

O CRAVI tem como missão: ser referência para ações e políticas públicas que visem superar os ciclos de violência e promover o reconhecimento, cidadania e acesso aos direitos de vítimas de crimes contra a vida, violência doméstica e sexual e oferece atendimento público interdisciplinar psicológico, jurídico e social. Em 2007 a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania inaugurou uma nova unidade do CRAVI no Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães.

Como instituição que promove os Direitos Humanos o CRAVI considera o fato violento em sua dimensão pública, articulando à política, escutando e legitimando falas que, normalmente são relegadas a espaços privados. Com isto pretende-se que as vítimas acessem seus direitos no sentido de exercer sua cidadania e protagonismo social e que suas falas tenham valor de testemunho que, segundo Endo (2005) “são parte do conhecimento imprescindível nesse processo de reconhecimento e compreensão das violências, uma vez que sem eles corre-se o risco de produzir reflexões e ações genéricas, preconcebidas e mais violentas”¹.

Diante de inúmeras violações de direitos e o fato disso ser uma constante nas falas dos usuários, o CRAVI propõe mais um dispositivo que busca pensar e repensar o lugar ocupado socialmente pelas vítimas, considerando o ocorrido como ato violento que afeta laços e contratos sociais de forma a dificultar ou até mesmo inviabilizar o exercício da cidadania e o protagonismo social.

¹ ENDO, P. C. (2005). *Violência no coração da cidade. Um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo*. São Paulo: Escuta/Fapesp.

Esse dispositivo recebeu o nome de Grupo de Cidadania e foi realizado pela primeira vez no ano de 2006.

UM CONVITE A UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Os casos de homicídios totalizam 90% da demanda atendida no CRAVI. Os sujeitos que procuram a instituição são principalmente mulheres – mães e companheiras da vítima direta² – que têm entre 30 e 60 anos, residentes nos distritos periféricos das zonas sul e leste da cidade de São Paulo. Segundo o Atlas da exclusão social no Brasil, estes distritos apresentam índices preocupantes em relação ao contexto social, compreendendo: exclusão social, pobreza, emprego formal, desigualdade social, alfabetização, escolaridade, juventude e violência (Poschmann, 2003)³.

Estamos falando de uma população residente em locais onde os equipamentos públicos são escassos ou inexistentes, ou seja, muitas vezes desprovidos de meios para acessar seus direitos sociais, dificultando o exercício da cidadania.

A população atendida no CRAVI experimentou a violação de direitos de diversas formas. A partir deste recorte o norteador principal do trabalho do grupo de cidadania foi provocar o sujeito a refletir criticamente sobre sua realidade expressa em sua história e em seu território.

Utilizamos o conceito de Soares⁴ (2000) sobre *violência simbólica, branca, ideológica*, que é resultado do sistema econômico e político vigente que perpassa todas as relações sociais, produzindo a desigualdade social e, conseqüentemente, a exclusão, como por exemplo, o desemprego, a corrupção, a falta de direitos básicos garantidos por lei etc.

Essa modalidade de violência é institucionalizada e muitas vezes impune, causando na população um sentimento de impotência e descrédito nas instituições públicas; influenciando o pleno exercício da cidadania.

Este tipo de violência aparece nas falas dos usuários do CRAVI, ao relatarem seu cotidiano, nas relações sociais que estabelecem e, particularmente, quando falam sobre a trajetória vivida após o acontecimento do fato violento: os “maus-tratos” que recebem quando chegam às delegacias, o descaso com que são recebidos no IML, a falta de acesso aos procedimentos do Judiciário, entre outros.

² Denominamos “vítimas diretas” os cidadãos que sofreram diretamente o ato violento como homicídio, latrocínio, ameaça contra a vida, violência sexual e doméstica. “Vítimas indiretas” consideramos os familiares.

³ POSCHMANN, M. Atlas da exclusão social no Brasil, volume 2: Dinâmica e Manifestação territorial. São Paulo: Cortez, 2003.

⁴ SOARES, L. E. *Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência*. In: Carlos Alberto Messeder Pereira, (et al.). (Orgs.). *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

As várias violências sofridas pelos sujeitos nos remetem à análise que Oliveira e Pavez (2003) fazem sobre o pensamento de Agamben – e sua discussão sobre o *homo sacer*. “A figura do *homo sacer* é aquela da exclusão, aquela a quem a lei nem atinge, tratando-a apenas como objeto de aniquilação, de extermínio. A vida perde seu caráter de sagrada para todos, e uma grande parcela da população recebe o atributo de *homo sacer*”⁵.

Nos atendimentos realizados no CRAVI identificamos relatos dos usuários que nos remetem a essa análise. Mata-se por qualquer coisa, mata-se por nada, mata-se sem motivo. Os familiares se angustiam ao tentar entender esse ato violento e que lugar seu ente perdido ocupou no enredo do homicídio. Observamos muitas vezes que mesmo após receberem informações relativas ao processo criminal – e obterem uma resposta referente a concretude dos fatos – muitos familiares se lançam num processo de busca por uma solução que aplaque a angústia. Quando os familiares percebem que não há respostas ou soluções únicas e/ou definitivas abre-se a possibilidade de trabalho com a temática luto e elaboração e questionamentos sobre essa falta.

A partir das demandas identificadas nos atendimentos, pensou-se num novo dispositivo que as considerasse institucionalmente, no sentido de convidar o usuário a um exercício da cidadania e um protagonismo social.

Para a efetivação de tal dispositivo os profissionais da instituição entenderam que o Serviço Social e a Psicologia teriam contribuições a fazer. Formou-se então, de forma interdisciplinar um grupo de trabalho que tinha como objetivo pensar numa metodologia, como operacionalizá-la e conceituá-la, para então efetivar esse dispositivo.

Após algumas reuniões este grupo de trabalho entendeu que precisava aprofundar alguns conceitos a serem trabalhados: violência e cidadania; protagonismo social; visão de sujeito; interdisciplinaridade e construção de espaços de trocas.

DA TEORIA À PRÁTICA

Baseado nas reflexões acima apresentadas e na promoção dos Direitos Humanos e da cidadania foi feito um convite para uma vivência coletiva e cidadã considerando posições singulares que, no espaço grupal, reuniria diferentes saberes agregando ao saber proposto pelos profissionais

⁵ OLIVEIRA, I. I. M. e PAVEZ, G. A. (2003). *Guia de recomendações metodológicas para atenção aos familiares de vítimas fatais*. Disponível na Intranet do CRAVI.

o saber dos participantes do grupo, valorizando as perspectivas culturais e territoriais do sujeito. Isto posto, o objetivo foi promover a discussão e construção de um caminho possível para ultrapassar a noção de cidadania tutelada e individualizada em direção a uma cidadania participativa, emancipatória e coletiva.

O grupo foi composto por três coordenadoras (duas psicólogas e uma assistente social) e por nove participantes, que perderam filhos, maridos ou outros familiares.

Para realização deste grupo foi indispensável pensar o espaço grupal como um campo atravessado por fatores múltiplos: singularidades, momento institucional, momento sócio-histórico, expectativas, vulnerabilidade social, posições subjetivas, entre outros. O objetivo era promover responsabilização pela articulação destes múltiplos fatores de forma a consolidar recursos para a passagem de uma cidadania tutelada para uma cidadania ativa.

Neste sentido optamos trabalhar com a abordagem dos grupos operativos que, “com suas propostas de “aprender a pensar”, “romper estereótipos”, “elaborar as ansiedades ante a mudança”, criaram condições para que as palavras e corpos sufocados nas hierarquias instituídas pudessem se pôr em movimento, ligar-se a outras formas sociais, criar novos sentidos para as práticas coletivas” (Fernández, 2006)⁶.

Cada módulo contemplou um objetivo e uma etapa de desenvolvimento do grupo, sendo que o primeiro módulo teve como objetivo a apresentação dos sujeitos e de seu percurso nas instituições e no CRAVI, a formação de um contrato de grupo, a abordagem e reflexão sobre os desejos individuais e coletivos, a introdução da discussão do conceito de cidadania e a escolha do grupo por temas relacionados aos desejos coletivos. O segundo módulo contemplou as escolhas do grupo por temas e as formas destes temas serem trabalhados (dentro e fora do CRAVI). O terceiro módulo abordou o fechamento do processo grupal e a construção do produto, o livro de cidadania.

A proposta de trabalho também contemplou tarefas como leitura de textos, vídeos, músicas⁷, dinâmicas e técnicas específicas da psicologia como facilitadores para uma aproximação com os conceitos utilizados neste trabalho; os conceitos foram introduzidos pela coordenação e apresentados ao grupo no sentido de criar discussões e críticas, num espaço democrático. O objetivo era viabilizar um

caminho de escolhas, aliado à possibilidade de vivenciar um protagonismo, que teve início na própria configuração grupal, desdobrou-se em seu desenvolvimento no espaço externo na forma de visita a uma instituição e finalizou-se com a produção de um livro.

Esta construção representou para este grupo, um objeto com a função de contar histórias reais a fim de sensibilizar e propor para pensar a violência e a violação de direitos, do ângulo de quem a vivenciou⁸. Na avaliação feita pelas coordenadoras este livro, que reconhece pública e socialmente os efeitos da violência vivenciada, foi entendido como um produto capaz de contribuir na sublimação individual e coletiva para a *não-resposta* diante do ato violento que produz sofrimento.

Um livro contado pelos próprios usuários do grupo de cidadania dentro de um Centro de Referência e Apoio à Vítima dentro da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania. Cidadãos que se apresentam ainda através da perda violenta que sofreram, mas de forma diferente; mais fortalecidos em sua coletividade e mais responsáveis em suas relações sociais. A queixa individual tornou-se demanda e esta, uma questão coletiva, pois foi escutada, problematizada e legitimada dentro do contexto grupal e social.

Apreendemos que, o livro para os integrantes do grupo, simboliza o desejo de que suas histórias⁹ não sejam esquecidas, que suas vozes sejam escutadas e reconhecidas pela sociedade, seus familiares não sejam somente números ou estatísticas e falam:

“Há, neste livro, os relatos de famílias que sofreram com a perda de seus filhos, filhas e maridos. Todos têm em comum o desejo de justiça e buscam, nos encontros do Grupo de Cidadania do CRAVI, uma resposta para seus sofrimentos. Encontramos espaço para falar e ouvir, desabafar, aprender a lidar com os sentimentos, amparo, saídas para os problemas, orientações e desejos de dias melhores. Recebemos orientações sobre cidadania. Tudo isso contribuiu para dar força, esperança, qualidade de vida, ter otimismo, caminhar sem medo e ser cidadão”¹⁰.

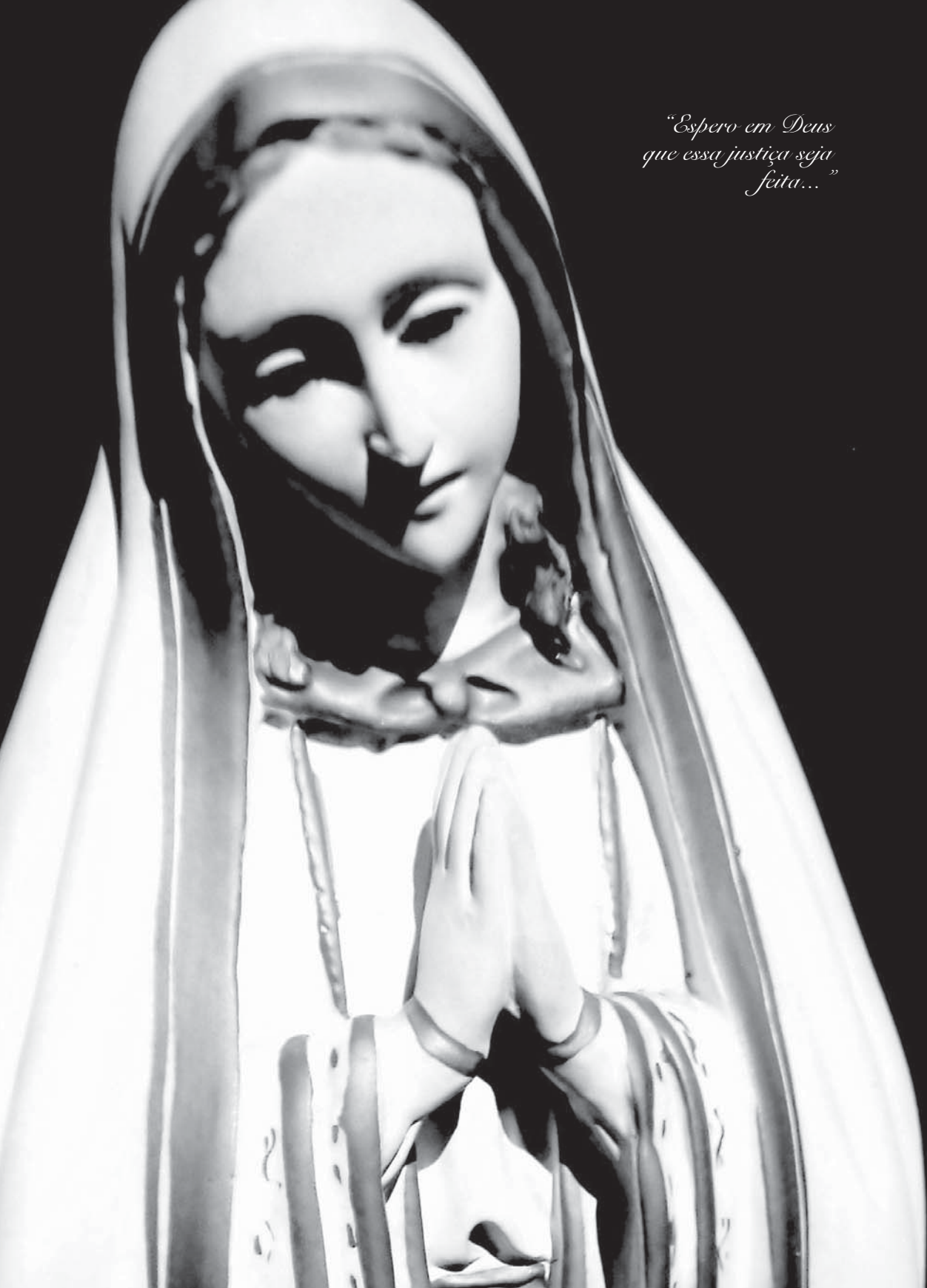
⁸ As coordenadoras revisaram ortograficamente os textos a pedido dos participantes.

⁹ Essas histórias são contadas a seguir, preservando as estruturas originais dos relatos escritos pelos participantes.

¹⁰ Texto produzido pelos participantes do grupo.

⁶ FERNÁNDEZ, A. M. *O campo grupal: notas para uma genealogia*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

⁷ Catalogados no final do livro.



*“Espero em Deus
que essa justiça seja
feita...”*

“RELATO DE UMA DOR DE UMA MÃE QUE PERDEU SEU FILHO”

“Meu nome é Elisete Neves de Melo, moro na zona leste e venho por meio destas linhas, expressar os meus sentimentos de tristeza e revolta.

No dia 16 de maio de 2006, às 21:40, o meu filho, que conversava com os colegas, saiu para ir na casa de outro colega que morava perto. No entanto, ele nem chegou perto da casa do colega, porque foi abordado por 3 policiais militares e acabou sendo morto com 4 perfurações de balas.

Desde esse dia, o meu sofrimento só aumentou, porque procuro justiça e não tenho nenhuma resposta positiva.


No momento estou fazendo terapia no Cravi que foi indicado pela C.M.D.H. (*Comissão Municipal de Direitos Humanos*). Estou recebendo ajuda num grupo de cidadania e num grupo de psicoterapia.

Eu continuo a minha vida esperando que seja feita justiça para que eu possa confiar na mesma.

Quem comete violência tem que ser punido de uma forma ou de outra.

Espero em Deus que essa justiça seja feita enquanto antes para que eu possa, pelo menos, “tentar” ser feliz.

Elisete Neves de Melo



*"Eu tenho fé em
Deus que conseguirei
uma casa..."*

...o sonho se foi..."

"SAUDADE SEM FIM"

"Desde junho de 95, quando conheci o Alan, minha vida mudou. Com ele vivi muitos momentos que só nós sabemos. Momentos bons e ruins também, pelo qual nunca esquecerei.

Dessa relação nasceu a Thayná.

Tive muitos sonhos com eles e um deles, quem sabe até o principal, foi viver em uma casa simples mas bonita e ter tudo de bom que a vida poderia nos dar.


Eu passava às vezes a noite inteira sonhando com isso. Eu ficava fazendo receitas que eu iria fazer para ele e para Thayná. Era um sonho simples para muitos, até comum, mas era o "meu sonho".

Todos temos o direito de sonhar, mas o meu sonho eu sei que nunca mais se realizará por completo, pois uma das pessoas mais importantes desse sonho não está mais aqui comigo.

Esse sonho para mim não tem mais sentido. Agora não é mais sonho e sim obrigações.

Eu tenho fé em Deus que conseguirei uma casa para Thayná, como disse, é "obrigação".

Flávia Regina.



*“... meu filho desaparece
sem nenhum sinal...”*

“DRAMA DE UMA FAMÍLIA”

“Mês de maio, mês das noivas, dia das mães, mês de Maria, mãe de Jesus, deveria ser só alegria, mas se tornou o mês mais triste da minha vida, da minha esposa e filha, e as demais famílias que tiveram seus filhos e filhas, tragicamente mortos, deixando para trás planos e desejos prematuramente consumidos pelos atos de covardia de pessoas que se julgam no direito de tirar a vida de seus semelhantes sem nenhum julgamento. Nem a pena de morte é executada nos países do primeiro mundo sem um julgamento.

Há 8 anos atrás, perdi uma filha vítima da violência e até hoje não foi encontrado o culpado. Só Deus sabe a dor que eu e minha família sofremos, e, agora, neste fatídico mês de Maio, meu filho desaparece sem nenhum sinal: nem se está vivo ou morto.

Passa em minha lembrança um filme que mostra os momentos que eu e minha esposa o visitávamos no semi-aberto, sua alegria, seus planos para quando tivesse sua liberdade, começasse uma vida nova. Enfim ele saiu daquele triste lugar muito contente. Fui buscá-lo e começava uma nova vida; mesmo estando em condicional ele se mostrava otimista.


Apesar das dificuldades que se encontrava, ele trabalhava sempre alegre, vendendo águas e refrigerantes em locais esportivos; mas enfim, neste fatídico mês de Maio seus planos foram bloqueados, deixando em nós um vazio imenso, pois só quem é pai ou mãe, que vê seus filhos sendo gerados, crescendo, correndo pela casa, muitos planos são feitos, tudo de bom a gente sonha, até que um dia, o próprio mundo que nos concedeu a graça de ter filhos se encarrega de levá-los da gente.

Hoje, tento entender o que houve, junto com outras famílias que também perderam seus filhos tragicamente mortos naquela noite do mês de Maio, e, em reunião, vamos adquirindo forças para continuar lutando juntos; mas um vazio sempre irá nos acompanhar.

Até quando vai durar esta impunidade, esta desigualdade social? Sei que é difícil combatê-las, mas é preciso que se faça algo para alertar nossos governantes para que nossos jovens tenham um futuro mais longo e promissor.

As famílias que participam dos encontros no Cravi buscam apoio para seus problemas: diversos casos envolvendo violência, sede de Justiça e paz. As famílias chegam aqui angustiadas e sem esperança e são ouvidas em grupo contando seus dramas e desejos, sempre acompanhadas por assistente sociais e psicólogas. Através da convivência em reuniões nos tornamos mais otimistas, tendo assim uma nova visão para continuar vivendo.”

Francisco Gomes



*“...Fui buscá-lo e
começava uma nova vida...”*



*“Antes dessa tragédia
minha família era feliz.
Hoje, mal conseguimos
sobreviver.”*

“A DOR DE UMA SAUDADE”

“Eu, Ivone, mais uma vítima da violência”

“Senti na pele a dor e a perda, pois fazem 9 anos que sinto esta dor.

Meu filho tinha só 18 anos, quando em uma 6ª feira foi buscar sua namorada no serviço, quando foi abordado por 3 bandidos. Eles lhe pediram a chave do carro, ele entregou, mas os bandidos não conseguiram ligar o carro. Dispararam, então, 6 tiros, sendo que 3 pegaram no meu filho, que morreu na hora.

Hoje estou muito triste, nem sei e nem tenho forças para descrever; só sei dizer que a dor é tão grande que às vezes eu acho que não vou suportar. Tomo remédio pra dormir.

Voltei a estudar. Um dia, na escola, eu passei mal; foi quando conheci uma mulher que é filha da zeladora da escola e ela me falou do Cravi. Eu aceitei e estou participando. Não estou bem, mas pelo menos conheci várias pessoas que passaram pela mesma violência que eu.”

Ivone

A VIOLÊNCIA

“Hoje em dia a violência no Brasil é uma coisa triste. Eu posso falar, pois sofri e sofro até hoje as conseqüências da violência.

Faz 8 anos que mataram meu filho. Ele tinha só 18 anos e 3 bandidos pediram-lhe a chave do carro; ele entregou, mas eles não ficaram contentes e deram-lhe 6 tiros. Ele morreu e isto me deixou muito triste.

Hoje, não tenho como descrever o quanto meu coração dói. Só com a força de Deus eu tenho conseguido não viver, mas sobreviver. Muitas vezes eu desejei que o tiro fosse no meu coração e não no dele.

Tomo remédio para dormir e voltei a estudar, mas não consegui melhorar. Me dava muitas crises, inclusive soluços, crises forte de choro.

Até que um dia eu estava na escola onde estudo e onde meu filho, André estudou; na secretaria encontraram uma foto de André e eu chorei muito. Então a filha da zeladora perguntou para alguém porque eu estava chorando e falaram o porquê. Como ela trabalha no Cravi, ela me ofereceu ajuda, e eu falei que sim. Ela pegou meu nome, e dias depois, ligaram para mim.

Comecei passando, conversando com uma assistente social e uma psicóloga. Elas são muito legais.

Hoje faço parte de um grupo de cidadania, estou conseguindo uma pouca melhora, mas a dor não passa e a saudade também não.”

Ivone

“Que nome se dá a esta dor?”

*Para um filho que perde a mãe
se dá o nome de órfão de pais.*

*Para mulher que morre o
marido, dá-se o nome de viúva.*

*Eu gostaria de saber que nome
é dado para a dor da mãe
que perde um filho morto por
bandidos.”*



“Até hoje eu quero justiça...”


“SEDE DE JUSTIÇA”

“No ano de 1992, de madrugada, meu filho foi com os colegas na casa de uns amigos participar de uma churrascada.

A polícia entrou na casa, no portão dando voz que era a lei, e, sem mais nem menos atiraram, quando um dos tiros matou meu filho e outros dois rapazes.

Até hoje eu quero justiça sobre o acontecido, pois para um pai perder seu filho na adolescência, prematuramente, é muito triste; é como se tirasse um pedaço da gente.”

J.C.



*“...pretendo dar
para eles o que eu não
tive: estudos...”*

“HISTÓRIA DA MINHA VIDA SOFRIDA”

“Eu, M. A., não tive uma infância boa porque não tive os meus irmãos por perto e fui criada por minha avó, perdi a minha mãe muito cedo e por isso fui trabalhar ainda menina. Agora, depois de adulta é que posso dizer que sou feliz.

Tenho 4 filhos e pretendo dar para eles o que eu não tive: estudos.

Quero que no futuro eles consigam um bom emprego. O meu grande sonho é ter minha casa própria, pois pago aluguel e sofro muito porque não posso dar o melhor para eles.

Meu esposo foi vítima da violência, me deixou com 4 filhos menores. Eu estou em tratamento há 2 anos.

M.A. Não tive direito a nenhuma pensão, não tenho emprego, e, vivo na esperança de um dia melhor.”



*“Hoje eu consigo resolver problemas
e andar com as minhas próprias pernas”*

“Tudo começou no dia 30 de junho de 2004, numa 5ª feira; minha filha foi assassinada pelo próprio marido, na cozinha da casa dela. Ele deu pancadas de martelo na cabeça por trás e foi fatal.

Deste dia em diante nossas vidas mudaram: meu filho Aleksandro ficou muito atordoado, ele teve que cuidar de tudo e, eu não tinha condições nem de pensar.

A Kátia era uma menina muito linda e honesta, sempre trabalhou e cuidou de sua própria vida, adorava cuidar de sua casa, de seu filho, e dele também. Aliás, ela cuidava mais dele do que de seu filho. Ele dormia até às 15 horas e depois ia pra casa da mãe dele e só voltava à noite.

Eu e meu filho, sem saber por onde começar fomos ao Fórum Criminal. Lá encontramos por onde começar a fazer justiça. Os promotores arrumaram psicólogas pra mim, meu filho e meu neto. Fomos ao Cravi, onde estamos até hoje. Consegui a guarda do meu neto, entrei em um grupo onde conheci outras pessoas que passaram e passam pelas mesmas coisas.

Hoje eu consigo resolver problemas e andar com as minhas próprias pernas, mas nunca pensei que fosse passar por tudo isso, uma tragédia horrível. Nunca imaginei ter que enterrar uma filha linda e o cara ainda continua solto.

Hoje eu espero justiça e tenho esperança que ele, o assassino de minha filha, vá para a cadeia.”

Maria Nazaré

“DESABAFO DO IRMÃO”

“Dia 30 de junho de 2005, um dia para se esquecer.

Tento esquecer a tragédia do assassinato da minha irmã, afinal uma morte tão terrível prefiro não lembrar!

Tive que cuidar de tudo: da liberação do corpo, do sepultamento, das medidas do caixão. Eu que nunca imaginei fazer essas coisas, andei atrás de tudo, e sempre chorando pelas ruas ou em conduções.

Hoje, sem muito o que fazer eu e minha mãe esperamos pelo julgamento e prisão do assassino que está solto.

Kátia Wroblewski é o nome da minha irmã, que tinha (25) vinte e cinco anos de idade e foi assassinada em seu lar, pelo marido com golpes de martelo na cabeça.”

*Aleksandro Wroblewski
Seu único irmão*



“Antes dele morrer ele deu o último beijo no bebê...”

“SAUDADE DE ALGUÉM QUE NÃO ME DISSE ADEUS”

“Quando nós nos conhecemos, eu tinha 12 anos. Éramos vizinhos e estudávamos perto, uma escola da outra. Aí ele foi em casa pedir permissão para namorar comigo; entre meus 13 e 14 anos nós casamos. Tivemos nosso primeiro filho; assim que o bebê nasceu começaram as brigas.

Fiquei doente; eu não queria cuidar do bebê, mas não queria abandoná-lo. Eu tinha muita raiva do bebê, por causa dele, nós brigávamos muito. A família dele entrava nas nossas brigas e isso atrapalhava nosso relacionamento.

Algum tempo depois eu engravidei pela segunda vez e continuei na mesma, para completar, o bebê nasceu diferente do outro. Para a família do meu marido o bebê não era filho dele. O primeiro filho era igual ao pai e o segundo já não parecia com o pai, e a família do meu marido não aceitava o bebê por ele ser diferente do pai.

Então começaram as brigas para que meu marido registrasse o bebê. Pra ele registrar eu tive que entrar na Justiça. Aí ele registrou obrigado pela Justiça. A família se revoltou para que a gente se separasse. Nós nos separamos porque eu entrei na Justiça. Depois eu entrei na Justiça para que ele pagasse a pensão para os filhos.

Mesmo separados nós não nos esquecíamos um do outro. Mesmo separados nós nos encontrávamos escondidos da família dele, e nessas escondidinhas fiquei grávida pela 3ª vez. Aí foi outra briga para registrar o bebê e tive que entrar na Justiça outra vez. Aí ele registrou o bebê obrigado pela Justiça.

Decidi vir pra São Paulo e deixei os 3 filhos com a minha mãe. Vim na intenção de tirar ele da minha vida de vez, mas foi impossível esquecê-lo. Um mês depois ele veio pra cá na esperança de me encontrar. Então eu voltei pra Bahia e alguém ligou pra ele falando que eu estava na Bahia.

Aí ele ligou pra mim, me falou muita coisa bonita e falou para mim voltar pra São Paulo. Nós marcamos um encontro e voltamos a morar junto, escondido de todo mundo.

Quando descobriram, eles tentaram nos separar, mas não conseguiram. Um tempo depois eu engravidei pela 4ª vez. Ele não queria outro filho, para ele, outro filho era um pesadelo, mas depois de 4 meses ele acabou aceitando.

Seis meses depois eu fui acidentada por um carro, mas o bebê nasceu saudável. Separamos de novo e passamos 7 meses separados, e depois nós voltamos.

Dois anos depois eu engravidei pela 5ª vez. Essa gravidez foi a melhor de todas, essa gravidez foi a que ele amou mais. Ele mudou muito depois que ele soube que era uma menina, e ficou muito feliz. Um tempo depois eu fiz outro ultra som, deu que era uma menina e meu marido ficou mais feliz ainda, porque era um desejo dele ter uma menina, até o nome da menina ele escolheu.

Depois que o bebê nasceu e ele soube que era menino, ele ficou decepcionado, mas as enfermeiras conversaram muito com ele e depois de alguns dias ele foi aceitando e foi amoroso com o bebê. Mesmo não sendo o que ele queria, ele foi muito carinhoso com o bebê. Ele até queria por o nome do bebê igual o dele, mas ele colocou o nome do bebê com a primeira letra do nome dele, e esse foi o bebê que ele mais amou.

Antes dele morrer ele deu o último beijo no bebê que ele mais amou. Ele mudou muito, as brigas diminuíram muito e a gente estava muito feliz. Infelizmente um trágico acidente aconteceu e ele faleceu. Assim fiquei perdida e triste, sem ter amigo e ninguém para conversar.

Aí eu fugi para a Bahia, mas cheguei lá e fiquei pior e sem saber o que fazer, deixei as crianças com a minha mãe, na Bahia. Oito meses depois, mandei dinheiro para que meus filhos e minha mãe viessem para São Paulo. Encararam a realidade e todos ficaram doentes, sentindo muito a falta dele, principalmente eu. Ele é o único grande amor da minha vida e tudo que restou foi sofrimento.

Eu cheguei no Cravi desanimada e sem vontade de viver. Eu fui muito bem amparada e eles me receberam muito bem. Eles estão me ajudando a superar o trauma, a dor, a saudade do meu grande amor.

Hoje eu me sinto melhor, mas há a saudade de um grande amor perdido, e eu ainda não esqueci o meu grande amor. Tudo que restou foi os meus filhos e o bebê que ele

deu tanto carinho e amor. Hoje ele é carinhoso comigo e eu agradeço a Deus por ter colocado ele no meu caminho.

Mesmo que alguém, que se chama A_R_A_N_ me faz pensar que nem tudo está perdido, os nossos filhos e o fruto do nosso amor. Agradeço a Deus que colocou essa pessoa no meu caminho, ela me ajudou muito a suportar a dor."

Zulmira

FIM.

"Beto, nem a morte fez eu te esquecer... continuo te amando do mesmo jeito"

Zulmira

TRABALHOS DOS PARTICIPANTES



As imagens ao lado foram produzidas no espaço coletivo com a finalidade de representar a história de cada participante do grupo.

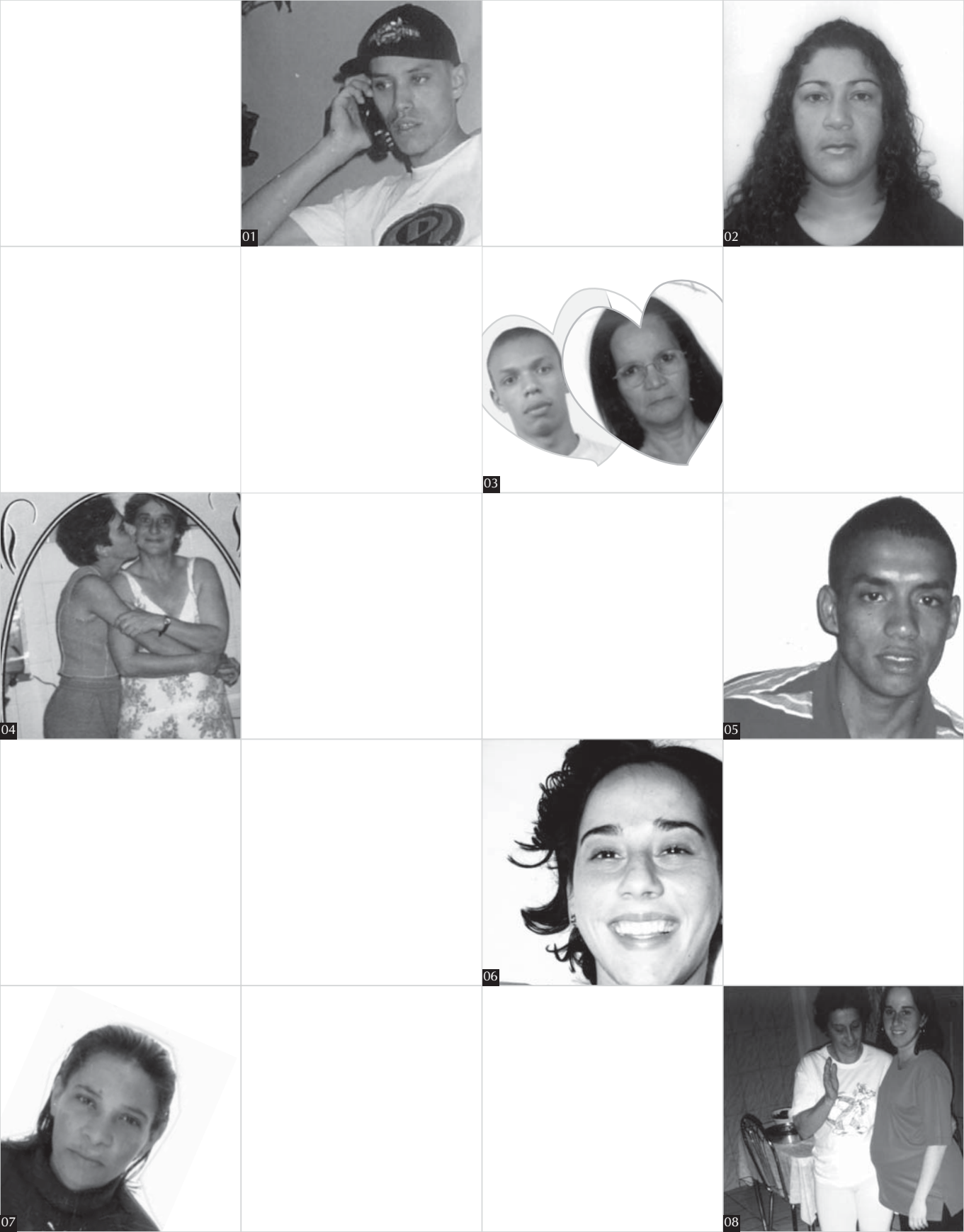
Numa amarração entre histórias particulares e historicidade coletiva, os sujeitos expressam, através de seus desenhos o ciclo vivenciado pelas vítimas da violência urbana:



O que cada história particular diz da totalidade do grupo?

Através dos relatos e sua correlação das imagens observamos que algumas delas expressam os sentimentos dos participantes: amor e saudade pelo familiar que perderam, uma criança e a mulher distantes da vítima assassinada; o desenho da balança simbolizando o sentimento por Justiça, já que a vivência e as falas estão sempre remetidas à desigualdade social e às violências: urbana e institucional.

Portanto é apresentado pelo grupo seu desejo em deixar registrada a cena violenta e também seus desdobramentos – psíquicos, sociais, jurídicos, políticos e históricos – que são silenciados.



O painel ao lado retrata os participantes do livro e seus familiares que sofreram a violência. Segue abaixo legenda das imagens:

- 01** – Filho de Elisete Neves de Melo
- 02** – Flávia
- 03** – “Essa é a dor de uma saudade” - Ivone
- 04, 06 e 08** – Mãe e filha – Maria Nazaré e Kátia
- 05** – “Deus te abençoe onde você estiver” – Francisco Gomes
- 07** – Zulmira

MATERIAIS UTILIZADOS COMO FACILITADORES

Artigos

PINSKY, J. O Brasil tem jeito? In: PINSKY, J., ELUF, L. N. *Brasileiro(a) é assim mesmo – Cidadania e Preconceito*
DALLARI, D. A. *Viver em Sociedade*, São Paulo: Editora Moderna, 1985.

Música

ANTUNES, A., BRITO, S., FROMER, M. *Comida*, álbum “Jesus não tem dentes no país dos banguelas”, 1987

BIBLIOGRAFIA

(Utilizada no primeiro projeto do Grupo de Cidadania 2006)

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FRAGA, Paulo Denisar. *Violência: Forma de dilaceramento do ser social*. Revista Quadrimestral de serviço social, ano XXIII, nº70, ed. Cortez, São Paulo, SP, julho de 2002.

OLIVEIRA, Isaura I. de Melo e PAVEZ, Graziela A. *Guia de recomendações metodológicas para atenção aos familiares de vítimas fatais*.

SOARES, Luiz E. *Linguagens: uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência*.

Agradecemos às imagens fornecidas pelo site www.sxc.hu

Página 12: ID 680470 - Praying

Página 14: ID 761173 - Old and worn out wooden shutter

Página 16: ID 286981 - Barbed wire

Página 19: ID 628784 - Fly away

Página 20: ID 752267 - Bed of roses

Página 24: ID 460840 - Angel

Página 26: ID 671339 - Flipping Pages 2

Página 28: ID 259596 - Old woman walking

Página 30: ID 733281 - Pregnant Heart

Este livro foi impresso em Offset 90g/m².
Utilizando tipografia Optimal, corpo
10pt, para a composição da diagramação